UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

"Intervenções de Reabilitação em Património Construído – Projecto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão"

Susana José Gomes Dias
Licenciada em História, Variante Arqueologia

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Recuperação e Conservação do Património Construído

Orientador: Dr. Fernando Campos de Sousa Real
Co-Orientador: Doutor António Ressano Garcia Lamas

Júri

Presidente: Doutor António Ressano Garcia Lamas
Vogais: Doutor João Luís Serrão da Cunha Cardoso
Doutor António Manuel Candeias de Sousa Gago
Dr. Fernando Campos de Sousa Real

Dezembro de 2008

Resumo:

A presente dissertação encontra-se fundamentada no estudo da evolução arquitectónica e militar do conjunto fortificado de Alter do Chão, bem como na análise e exame crítico das intervenções efectuadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nas últimas décadas do século XX. A descrição do projecto de reabilitação operado no castelo e coordenado pelo município local proporcionou igualmente, a análise de outros elementos mais específicos, relacionados com a evolução histórico-arquitectónica da fortificação e a sua descrição formal, assim como a sua implantação geográfica e história evolutiva no campo das intervenções de restauro.

Palavras-chave: Reabilitação, Evolução Arquitectónica, Restauro, Património

Abstract:

The current thesis is supported in the study of the architectonic and military evolution of the fortified complex of Alter do Chao, as well as in the analysis and critical exam of the building interventions, carried out by the Direcçao Geral dos Edificios e Monumentos Nacionais (DGEMN) in the last decades of the 20th century. The general description of the rehabilitation project performed in the castle, and coordinated by the town's local government – city hall – provided equally, the analysis of other specific elements, such as the historical and architectonical evolution of the fortified building, and its formal description, as well as its geographical settlement and its history in the field of restoration.

Key-words: Rehabilitation, Architectonic Evolution, Restoration, Heritage

Agradecimentos

Agradeço o apoio e disponibilidade prestados pelo meu orientador Dr. Fernando Real, bem como a informação técnica facultada pelos Engenheiros Civis João Moura e Ana de Sousa, responsáveis pelo projecto de execução do plano de recuperação do castelo de Alter do Chão.

Destaco ainda a disponibilidade do arquitecto João Vasconcelos Sousa Lino, pela facilidade concedida no acesso a toda a documentação gráfica, relacionada como o projecto em análise.

Importa igualmente destacar o apoio prestado pelo Arquivo Histórico do Palácio de Vila Viçosa, Fundação Casa de Bragança e Câmara Municipal de Alter do Chão na pesquisa histórica efectuada.

Por fim agradeço ao meu irmão, Eurico José Dias, pela revisão formal da presente dissertação e a Miguel Martinho pela revisão científica de todos os conteúdos.

Índice Geral

Capítulo I – Reabilitação em Portugal
1.1. Introdução……..…….9
1.2. Restauro, protecção e classificação do património……..……13
1.3. Práticas do restauro em Portugal……24
1.4. Intervenções modernas em edifícios antigos……...……32

Capítulo II – O Castelo de Alter do Chão
2.1. Contextualização histórica…….….35
2.2. Castelo – caracterização, implantação e estruturas……..41
2.3. Evolução arquitectónico–militar: do castelo românico ao castelo gótico…….55

Capítulo III – A DGEMN e a intervenção no castelo de Alter do Chão
3.1. História e metodologia de intervenção da DGEMN…….….67
3.4. Restauro do castelo de Alter do Chão: alterações arquitectónicas……...…….75

Capítulo IV – Projecto de Beneficiação: Patologias e Reabilitação
4.1. Estratégias e metodologias de intervenção……..……87
4.2. Intervenção arqueológica……89
4.3. Trabalhos de limpeza da vegetação infestante…….……95
4.4. Consolidação de estruturas de alvenaria……..……98
4.5. Revestimentos de paredes e tectos……...….105
4.6. Reforço da cobertura e terraços……...…….107
4.7. Carpintarias, serralharias e estruturas metálicas…….……112
4.8. Arranjos exteriores e iluminação……...115

Capítulo V – Especificidades de Projecto de Arquitectura: Conclusões
5.1. Especificidades do projecto de recuperação……..121
5.2. Avaliação da qualidade do projecto……..……123
5.3. Conclusão……...…….131

Capítulo VI – Fontes Bibliográficas e Anexos Documentais
6.1. Estudos Especializados……133
6.2. Obras de Referência……136
6.3. Fontes Documentais……137
6.4. Cartas e Convenções Internacionais……....138
6.5. Anexos Documentais……...……139

Siglas e Abreviaturas

AFCB – Arquivo Fundação Casa de Bragança
CMAC – Câmara Municipal de Alter do Chão
DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DREMS – Direcção Regional dos Edifícios e Monumentos do Sul
IGP – Instituto Geográfico Português
IPPC – Instituto Português do Património Cultural
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico
IPA – Instituto Português de Arqueologia
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MOP – Ministério das Obras Públicas

Capítulo I
Reabilitação em Portugal

1.1. Introdução

A análise do *Projecto de Beneficiação e Restauro do Castelo Medieval da vila de Alter do Chão* surge como o resultado de uma reflexão aprofundada, baseada num conjunto de factores associados às intervenções sobre o património construído. Os objectivos da presente dissertação são fundamentados na análise da evolução arquitectónica e militar do conjunto fortificado de Alter do Chão, bem como no estudo e exame crítico das intervenções efectuadas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais nas últimas décadas do século XX. A análise crítica deste projecto de reabilitação, realizado desde 2006 pelo município local e pela Fundação Casa de Bragança[1], sob a nossa responsabilidade, proporcionou a dissertação que sujeitamos à avaliação e que se intitula "Intervenções de Reabilitação em Património Construído – Projecto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão".

Na prossecução destes objectivos foram analisados outros elementos mais específicos, relacionados com o estudo histórico-arquitectónico e a sua descrição formal, a implantação geográfica, a descrição estrutural e a história evolutiva no campo das intervenções de restauro. A especificidade da intervenção de reabilitação encontra-se intimamente associada ao estabelecimento de critérios de intervenção, cujas linhas orientadoras têm vindo a acompanhar a progressiva consciencialização colectiva face a um valor histórico e cultural comum. A noção de conservação patrimonial deriva desta consciencialização, sendo os princípios de preservação actualmente estabelecidos, herdeiros de grande parte da produção teórica entretanto estabelecida neste domínio.

[1] A Fundação Casa de Bragança e a Câmara Municipal de Alter do Chão assinaram um *Contrato de Comodato* em 2005, no qual se estipulou a cedência, por parte da Fundação proprietária, do uso e fruição das estruturas do castelo ao município local. Neste sentido, a Câmara de Alter do Chão apresentou uma candidatura ao Programa Operacional da Cultura [POC] de modo a se procederem a operações de reabilitação daquele imóvel, cuja estrutura se encontrava em avançado estado de degradação. Vd. ANTÓNIO, Jorge – «Contrato de Comodato do Castelo de Alter do Chão», in *Revista Fragmento. Boletim de Arqueologia e História do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alter do Chão*, n.º 3, Novembro 2006, p. 11.

A *Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e Sítios – Carta de Veneza*, elaborada em 1964, surge como uma das mais importantes referências no domínio da recuperação e valorização, registando-se, através deste documento, uma noção de monumento histórico extensiva a unidades comunitárias inevitavelmente associadas num conjunto patrimonial comum. A concepção da noção de "conservação" patente nesta Carta – herdeira directa dos princípios teóricos estabelecidos pela *Carta de Atenas* de 1931 –, frisa a necessidade de conservação de um monumento através da manutenção permanente do mesmo e dos elementos que o constituem e que a ele estarão associados. Neste âmbito, a prática do restauro e beneficiação corrente adoptou uma metodologia de intervenção baseada, essencialmente, na preservação do elemento existente, tendencialmente adaptado a uma função útil à sociedade, em que esta se assuma como garante da sua preservação.

A actual conjuntura respeitante aos princípios recomendados para a actuação sobre os edifícios ou os conjuntos de interesse histórico, artístico ou arquitectónico resulta assim, da análise atenta de um conjunto de documentos, Cartas, Declarações e Recomendações. Tal conteúdo permite definir claramente os limites operacionais de conceitos como os de "conservação", "restauro" e "renovação", dentro de um conjunto de operações e noções tão vastas como as da "preservação", "salvaguarda" e "reconstituição", "reconstrução" ou simples "recuperação". A preocupação comum pela manutenção dos valores patrimoniais torna-se, por consequência, um objecto de responsabilização comum.

A evolução gradual dos conceitos de "monumento" e de "património histórico", aos quais são inerentes os conceitos de "elementos de interesse cultural", "património arqueológico e arquitectónico" ou "património urbano e industrial", encontra uma correspondência com o desenvolvimento de noções relativas à evolução social e das mentalidades em geral. Esta interligação motivará a introdução gradual de novos elementos essenciais ao entendimento do objecto patrimonial, surgindo como o culminar deste processo, uma crescente complexidade no tratamento e abordagem das questões relacionadas com intervenções sobre património reconhecido.

A noção de "património" enquanto conjunto de elementos identificáveis e reconhecíveis por uma determinada sociedade, consolidou-se gradualmente a partir do século XIX, uma época caracterizada pelo aparecimento de uma crescente consciencialização da noção de bem comum, ao qual será associada uma noção de manutenção, indissociável da preservação. A ideia conceptual de monumento evolui gradualmente do reconhecimento

do elemento singular para um conceito de carácter mais abrangente, em que se institucionalizam ideias relativas à articulação dos monumentos com toda a sua envolvente, com claras repercussões no âmbito da gestão e planeamento urbanos.

Actualmente, a noção de "património" resulta do desenvolvimento teórico de formação oitocentista, reconhecido como um universo em permanente mutação, onde dificilmente se poderão estabelecer barreiras físicas. Este processo de natureza claramente sócio-cultural e em constante transformação, colocará sistematicamente em causa os critérios de classificação e inventariação, cuja redefinição afectará tanto as políticas de salvaguarda como os próprios critérios e sistemas de intervenção. Trata-se, na verdade, de uma alteração do conceito predominantemente qualitativa que interage com uma diversidade de critérios, colocando os elementos anteriormente isolados numa interacção sistemática com o seu enquadramento físico, económico, social e cultural.

A crescente tomada de consciência da enorme complexidade do conceito de "património arquitectónico" requer um maior cuidado nas suas abordagens, sendo notória a existência de uma articulação com outros valores de carácter simbólico, imaterial ou meramente referencial, cuja existência deverá ser sempre tida em consideração aquando da avaliação de uma determinada metodologia de intervenção[2]. Revela-se, por este processo, o carácter profundamente heterogéneo do património – sobretudo do património arquitectónico –, estando cada vez mais presente a necessidade de um sistema de operação interdisciplinar, capaz de abranger todas as dimensões sócio-culturais inerentes a um determinado objecto de intervenção.

Princípios orientadores

A reconhecida complexidade dos princípios orientadores de um qualquer projecto de intervenção em património arquitectónico requer um leque muito abrangente de capacidades técnicas de investigação e conhecimentos especializados, aplicáveis em cada uma das operações específicas a executar. Torna-se necessária e inerente, uma profunda reflexão e definição dos níveis admissíveis de profundidade da intervenção e dos cuidados a deter nas acções de recuperação de elementos patrimoniais com o objectivo de salvaguarda dos valores fundamentais que caracterizam o objecto a intervir. Ou seja, a adequação das metodologias de abordagem a um determinado projecto, deverão revelar-se como um benefício cultural *per si*, com contributo para o valor documental do objecto a restaurar.

[2] A constante transformação dos conceitos de "monumento" e de "património" poderá encontrar-se associada a elementos de carácter intangível, cuja preservação será tanto ou mais importante que a manutenção do objecto individual construído.

Assim sendo, o projecto materializado poderá dar continuidade ao objecto patrimonial enquanto documento histórico, fundamental ao acto de salvaguarda. Esta continuidade deverá ser, no entanto, claramente diferenciada do elemento preexistente, de modo a que se possa realizar uma identificação dos variados componentes constituintes de um conjunto e da sua origem temporal.

A falta continuada de manutenção de edifícios de valor patrimonial, o descuido e o abandono a que tem vindo a ser votado grande parte do património construído do nosso país tornaram as intervenções de reabilitação num processo altamente complexo, de difícil execução em função de uma única especialidade científica. A fundamentação científica das intervenções de natureza reabilitativa não deverá por conseguinte, limitar-se à recolha de breves informações histórico-culturais acerca de um imóvel, sendo necessário o recurso a equipas multidisciplinares dotadas de meios de investigação passíveis de intervenções específicas globais.

Nesta medida, torna-se oportuno reflectir sobre os projectos de valorização – que não sendo na sua essência operações de restauro propriamente ditas –, representam, todavia, uma atitude cultural indissociável do conceito de reabilitação e preservação da cultura comum. A valorização dos sítios arqueológicos, monumentos religiosos e militares ou património industrial, bem como conjuntos edificados civis de reconhecido valor patrimonial dependerá de filosofias de intervenção distintas, em função do estado da preexistência e a função social que se lhes pretende atribuir. No entanto, deverá parecer claro que as propostas de intervenção deverão basear-se em atitudes fundamentadas de carácter valorativo e reabilitativo, ainda que se procure genericamente um conceito de *não intervenção*, com a necessária ausência de marcos simbólicos contemporâneos.

Construir e Restaurar

As práticas de *bem construir* e *bem restaurar* deverão possuir como linhas orientadoras, o respeito primordial pelo património cultural e a sua importância no seio de uma comunidade. Previamente ao início de uma qualquer intervenção será necessário, por conseguinte, avaliar o estado de cada elemento e da sua envolvente, com o intuito de garantir a preservação de todos os materiais originais utilizados na sua construção ou seja, os materiais originais deverão ser mantidos na medida do possível, sendo imperativo que os materiais novos se compatibilizem com os previamente existentes.

Assim sendo, as evidências históricas patentes no edifício não deverão ser removidas, adulteradas ou destruídas devendo o projectista assegurar-se da integridade física do

conjunto edificado, permitindo uma prática reversível. Ou seja, não deverão comprometer-se futuras intervenções, nem tão-pouco deverá procurar-se uma situação de incompatibilidade entre a realidade preexistente e a nova intervenção. Estas orientações serão válidas em qualquer situação, quer se trate de património arqueológico ou de património arquitectónico, abandonado ou recuperado, assim como em uso, não existindo necessidade de imposição de cunhos pessoais ou marcas contemporâneas em património de valor histórico, cujo valor é precisamente, a sua história e antiguidade[3].

1.2. Restauro, protecção e classificação do património

Na perspectiva do tratamento das questões relativas às intervenções sobre o património arquitectónico, importa reflectir sobre os antecedentes históricos que justificam determinadas atitudes disciplinares actuais. Dever-se-á retirar desses antecedentes algumas noções que permitam a compreensão global dos actuais princípios orientadores das intervenções sobre elementos patrimoniais.

O conceito de "restauro", usado na sua forma mais frequente para designar quase todo o tipo de operações sobre um determinado elemento patrimonial, abrange um leque de acções muito específicas destinadas a restabelecer a unidade de uma edificação, do ponto de vista da sua concepção e legibilidade originais[4]. Este conceito sempre encerrou alguma ambiguidade, tendo-lhe sido sistematicamente atribuídos significados distintos, quer pelo próprio âmbito da sua aplicação, quer pelas alterações de contexto dessa mesma aplicação:

> "Restauro significa restituir o estado inicial (mesmo que parcialmente) ou um estado posterior à edificação de um edifício, deteriorado pela acção do tempo e/ou alterado em épocas seguintes. A acção de restauro vai para além de uma acção de conservação, tendo dois objectivos: restabelecer a unidade de edificação e acentuar os valores artísticos e históricos de um edifício. O restauro tem frequentemente lugar no contexto de uma avaliação ou interpretação de um objecto artístico ou arquitectónico. Assim, numa obra de restauro pode remover-se uma parte ou estrato de um objecto (arquitectónico) para expor outro mais antigo, considerado de maior

[3] "Como em qualquer outra actividade, a conservação do património histórico edificado deve estar sujeita a um código ético próprio e bem definido que balize de forma clara e inequívoca os limites admissíveis a este tipo de operações […]. O contexto cultural próprio de cada país determina também o estabelecimento de prioridades diferentes das de outros países". HENRIQUES, Fernando – «Teoria da Conservação», in *A Conservação do Património Histórico Edificado*, Memória n.º 775, LNEC, Lisboa, 1991, pp. 5-8.

[4] Trata-se de um tipo de acção com algumas dificuldades éticas que deve ser baseado em investigações e análises históricas inquestionáveis e utilizar materiais que permitam uma distinção clara, quando observados de perto, entre o original e o não original.

> importância histórica e/ou artística. Devido aos problemas de autenticidade inerentes ao restauro, este deve ser realizado somente em casos excepcionais e baseado em levantamentos e análises anteriores de carácter científico. É sobretudo em acções de restauro que a diferenciação entre original/novo deve ser identificável, como está expresso na Carta de Veneza de 1964. Duas traduções diferentes da mesma frase no artigo IX salientam os limites que se impõem ao restauro: 'O restauro deixa de ter significado quando se levanta a hipótese de reconstituição' e 'Qualquer operação deste tipo deve terminar no ponto em que as conjecturas começam[5]".

Carácter e Conceito de Restauro

O carácter da intervenção de restauro coincide, até finais do século XVIII, com o significado que o próprio termo encerra, ou seja, renovar, restabelecer, reparar o objecto de intervenção, assumindo formas interventivas marcadamente actuantes e muito diversificadas. De uma forma geral, a acção de restauro e conservação andará associada à prática da salvaguarda e preservação, expressa necessariamente em atitudes protectoras e de defesa. A preservação implica por inerência, a vigilância e manutenção do monumento com o objecto de travar os inúmeros fenómenos de decaimento que o poderão atingir, através de acções de cariz muito diverso[6].

O termo "restauro" é aplicado frequentemente a diferentes tipos de operações e intervenções operadas sobre elementos com algum tipo de valor patrimonial. O conceito em si, tornou-se de uso comum desde o início do período contemporâneo, embora primordialmente o significado de restauro tenha tido outro tipo de associações[7]. Na verdade, até ao século XIX o restauro era entendido como uma renovação, sendo os monumentos visados, alvo de operações de renovação. Ou seja, os elementos arquitectónicos eram frequentemente refeitos parcial ou totalmente, tendo em consideração o gosto pessoal do executor e a necessidade de evidência de um ou outro elemento estilístico considerado mais relevante à época.

Restauro Estilístico de Viollet-Le-Duc

Com o aparecimento da denominada *Escola Francesa* amplamente desenvolvida com o contributo de Eugéne Emmanuel Viollet-Le-Duc (1814-1879), ganhará novo ímpeto a prática do restauro estilístico, cuja acção procurou devolver aos elementos intervencionados

[5] PEREIRA, António Nunes – «Para uma Terminologia da Disciplina de Protecção do Património Construído», in *Jornal dos Arquitectos*, n.º 213, Lisboa, Novembro/Dezembro 2003.

[6] A manutenção pressupõe um grande conjunto de operações, como inspecções de rotina, limpezas periódicas e aplicação de pinturas novas. Veja-se HENRIQUES, Fernando – *ob. cit.*, pp. 5-8.

[7] A etimologia da palavra *restauro* aparenta derivar do termo latino *instaurare* cujo significado se traduz por *reparar* ou *renovar*. Cf. «Restauro», in *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, vol. XVI, Temas & Debates, Lisboa, 2005, p. 6987.

a sua forma original, completando uma determinada construção de acordo com uma imagem dele previamente idealizada. Esta prática era justificada pelo conceito de autenticidade prevalecente desde o século XVIII, de acordo com o qual a conservação de uma obra se traduzia na preservação das suas formas e proporções, em detrimento dos materiais originais nela utilizados. Desta forma, uma qualquer cópia apresentava idêntico valor patrimonial do original, mesmo que fossem sacrificados alguns elementos menores[8].

Na verdade, a prática do restauro estilístico passaria frequentemente pela supressão e anulação de construções adicionais num edifício, com o objectivo de repor a sua suposta unidade estilística original. No caso da remoção de algum elemento descaracterizador poder criar um espaço vazio, seria ainda aceite uma reconstrução nova ou uma cópia, de modo a que o edifício restaurado não apresentasse qualquer sector incompleto. Segundo Viollet-Le-Duc, os monumentos deveriam ser restaurados ou refeitos estilisticamente, em completo alheamento pelo estado actual do monumento, anulando todos os estilos que o tempo tenha estratificado. Este tipo de restauros visou sobretudo as construções do período gótico, tendo sido removidas todas as alterações renascentistas e barrocas, consideradas como descaracterizadoras do objecto primitivo[9]. Neste contexto o projecto de reconstrução baseava-se essencialmente no conhecimento e domínio dos vários estilos arquitectónicos, ainda que não existisse respeito pelas preexistências ou posteriores adaptações[10].

John Ruskin e o Restauro Romântico

O radicalismo da destruição protagonizada pelas práticas do restauro estilístico encontrou muita resistência por parte dos teóricos contemporâneos. O escritor inglês John

[8] Para Viollet-Le-Duc restaurar um edifício não significaria somente conservar, reparar ou refazer os seus elementos constituintes. Significava, essencialmente, restituí-lo a um estado de pureza original, que pode nunca sequer ter existido primitivamente. Cf. VIOLLET-LE-DUC, Eugène – *Encyclopédie Médievale*, Bibliothèque de l'Image Paris, 2004.

[9] Nesta clara preferência pelo período medieval, os estilos próprios do período Moderno e Contemporâneo foram totalmente anulados. A partir da segunda metade do século XIX, encontravam-se já em Portugal alguns restauros com evidente influência da *Escola Francesa*, em confronto progressivo com a *Escola Italiana* difundida por Camilo Boito. Ao restauro estilístico e pureza de estilo começou a opor-se paulatinamente, o respeito pela substância histórica e estratificação construtiva do conjunto edificado. As práticas de Viollet-Le-Duc prevaleceram, todavia, em Portugal, com a adopção do restauro integral como política de intervenção nos monumentos, política essa que veio influenciar já no século XX a ideologia do Estado Novo e as primeiras intervenções da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Os primeiros restauros de natureza estilística efectuados em Portugal foram efectuados no Mosteiro da Batalha, Mosteiro dos Jerónimos, Convento de Mafra e Sé de Lisboa durante o reinado de D. Maria II (1819-1853).

[10] Na aplicação do restauro estilístico seria frequente a eleição da seguinte metodologia: um castelo gótico de fundação românica, com posteriores adaptações renascentistas e barrocas, seria destituído de toda a sua aparente artificialidade. Os elementos modernos e contemporâneos eram anulados, sendo as preexistências alto-medievais românicas completamente apagadas. O restauro seria finalizado quando todo o conjunto apresentasse unicamente elementos de natureza gótica, mesmo que estes nunca tivessem existido enquanto entidade arquitectónica única, destituída de qualquer estratificação evolutiva.

Ruskin (1819-1900) assumiu uma oposição clara às operações da *Escola Francesa*, tendo protagonizado como contraponto a teorização de um novo modelo de intervenção sobre o património arquitectónico. Para John Ruskin, a natureza e a arquitectura possuíam vínculos comuns, pelo que os monumentos deveriam ser conservados como *seres vivos*, assumindo-se com naturalidade o seu fim de vida e destruição natural. Neste sentido, o restauro assumia uma desonrosa falsidade, sendo necessário que os elementos construídos encontrassem com dignidade a inevitável destruição operada pelo tempo. O culto pela ruína, próprio do período romântico, tal como o culto pela Natureza, ganhava por este meio, uma nova qualidade artística, sendo absolutamente grotesca qualquer adulteração inerente a um processo de restauro, qualquer que fosse a sua natureza ou propósito[11].

Camilo Boito e o Restauro Científico

A conciliação entre as posições extremadas das *Escolas francesa* e *inglesas* será efectivada por acção de Camilo Boito (1836-1914), cuja participação foi fundamental na transformação da historiografia da arte e na formação de uma nova cultura arquitectónica. Camilo Boito partilha a crítica de John Ruskin contra o *falso histórico*, ainda que não aceite espontaneamente a visão fatalista do desaparecimento inevitável de um monumento. O restauro científico aceita e potencia as práticas de restauro, ainda que as condicione a condições muito específicas[12].

A prática deste tipo de restauro determina, sobretudo, a diferenciação entre o elemento ou material preexistente do novo restaurado, sendo essencial a manutenção de uma austeridade estética dos elementos entretanto adicionados ao monumento restaurado. Determina também a marcação ou delimitação da nova intervenção, exigindo uma clara diferenciação visual entre o elemento original e o elemento de restauro.

Camilo Boito alertou para a perigosidade do restauro estilístico em função da arbitrariedade que o mesmo continha e que, inevitavelmente, conduziria à adulteração histórica de determinado elemento patrimonial. Ao distinguir-se de John Ruskin e Viollet-

[11] O culto romântico pela ruína e pelos elementos pitorescos da natureza foi potenciada pelos arquitectos do século XIX, tendo sido construídos alguns elementos particulares. Em Portugal, o restauro de natureza romântica foi potenciado pelo arquitecto e cenógrafo italiano Giuseppe Cinatti (1808-1901). É da sua autoria a construção do Jardim do Palácio de D. Manuel na cidade de Évora, onde ergueu um conjunto romântico conhecido como *Ruínas Fingidas*. Neste espaço foram utilizadas as janelas e portais manuelinos do demolido Paço dos Condes do Vimioso, construindo-se um espaço arruinado de origem, onde a fruição da ruína assumia o papel fundamental.

[12] Camilo Boito advoga que as práticas de restauro e conservação são duas coisas distintas e frequentemente autónomas. A conservação de um determinado elemento será inevitavelmente necessária, sendo o restauro frequentemente supérfluo e perigoso. Desta forma, determina a necessária precedência da conservação sobre a prática do restauro, devendo esta última limitar-se ao mínimo essencial.

Le-Duc, o restauro científico criou simultaneamente uma teorização intermédia, defensora de uma intervenção meramente paliativa, sem necessidade de acréscimos ou supressões nos elementos intervencionados. A aproximação de Camilo Boito ao restauro romântico será somente visível no seu fundamento inicial, apontando principalmente para a necessidade de não sobrecarregar um monumento com demasiadas intervenções de restauro.

Na verdade, esta aproximação refere-se ao mesmo princípio fundamental, consubstanciado na manutenção de um elemento original, admitindo unicamente operações de contenção, não descaracterizadoras. A teorização desenvolvida pelo restauro científico da *Escola Italiana* representa uma evolução muito concreta sobre as práticas de restauro, abrindo caminho para a consolidação dos princípios de intervenção patrimonial expostos na *Carta de Atenas* e na *Carta Internacional de Veneza* de 1964.

Carta de Atenas de 1931

A *Carta de Atenas* surge em Outubro de 1931, no âmbito de uma conferência promovida pela Sociedade das Nações, que reflectiu a tendência geral dos Estados membros no abandono progressivo das práticas de restauro descaracterizadoras, levadas a cabo na Europa do século XIX. Da conferência surge, então, uma carta de princípios, cujas linhas orientadoras se aproximam claramente da teorização proposta por Camilo Boito e a escola do *restauro científico*. Este documento manterá uma actualidade impressionante ao longo de todo o século XX, servindo, inclusivamente, de base a outros encontros internacionais, de extraordinária relevância para a formação de uma legislação específica dedicada ao património, sobretudo a partir da década de 1960[13].

Este documento assume características particularmente interessantes, ao permitir o alargamento do conceito de "monumento", ao "conjunto" e "ambiente" no qual este se encontra inserido, formando um complexo de formas e elementos indissociáveis entre si. A introdução da problemática ambiental do entorno estrutural constituirá um dos aspectos mais importantes para o tratamento contemporâneo destas questões. Pretendeu-se, na verdade, alertar para o respeito pelo carácter e fisionomia das cidades, nomeadamente nas

[13] Embora não sejam determinantes para a presente análise, será necessário referenciar o *Convénio Europeu para a Protecção do Património Arqueológico* (Londres, 1969; Malta, 1992), a *Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado* (UNESCO, Haia, 1954-1960), a *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Natural e Cultural* (UNESCO, Paris, 1972-1982), *Convenção sobre as medidas a adoptar para proibir e impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícita de Bens Culturais* (UNESCO, Paris 1972-1986), a formação do *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos* (ICOMOS), as *Recomendações para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos* (Nairobi, 1976), a *Carta dos Jardins Históricos* (Florença, 1981) e o *Convénio para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa* (Granada, 1985-1989) entre outros documentos, onde se inclui legislação e recomendações aplicáveis directamente às práticas de protecção de salvaguarda do património histórico e cultural.

proximidades e áreas adjacentes aos monumentos, preservando-se, por este meio, o enquadramento de um determinado elemento patrimonial.

Em relação à teorização sistematizada por Camilo Boito, a *Carta de Atenas* pouco problematizou, caracterizando-se este documento, sobretudo, pela contemporaneidade conceptual atribuída à temática da protecção e salvaguarda patrimonial. No fundo, recomenda o abandono das reconstituições integrais, a conservação estabelecida através de um conjunto de acções de manutenção regular, a interacção de todas as preexistências e o necessário uso contínuo do espaço construído, como forma de combater um abandono inconsequente.

Na *Carta de Atenas* bem como na *Carta de Veneza* (1964), a prática de operações de restauro assumiu um carácter de excepção, cuja aplicação deverá resumir-se a casos absolutamente excepcionais. De acordo com estes documentos, o restauro deverá respeitar a obra histórica e artística do objecto de intervenção, sem que seja admissível a anulação de um qualquer elemento estilístico[14]. Alerta-se também para a necessidade de interdisciplinaridade dos intervenientes no processo de restauro e conservação, bem como para a cooperação internacional na prática de inventários sistemáticos de natureza patrimonial.

O projecto de revisão deste documento permitiu uma posterior alteração de uma série de critérios de ordem prática, cuja aplicação se encontrou directamente relacionada com as novas realidades urbanísticas e de gestão dos espaços, a partir da segunda metade do século XX. Esta revisão serviu de base a um novo documento de extraordinária importância no âmbito da legislação internacional, cuja teorização será exposta na *Carta de Veneza* de 1964.

Carta de Veneza de 1964

Esta nova Carta resultou do 2.º Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos (Maio de 1964), vindo consolidar os princípios teóricos explícitos no documento de Atenas. A Carta aprofunda e alarga o conceito de "monumento" e "sítio", independentemente da escala, apela à interdisciplinaridade e atribui ao monumento o valor de *obra de arte* e de *testemunho histórico,* preconizando ainda a prática da manutenção, como condição básica para a sua conservação.

[14] Sobre esta matéria revejam-se as doutrinas e princípios da *Carta de Atenas* referenciados pela obra de LOPES, Flávio – «Carta de Atenas», in *Cartas e Convenções Internacionais*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 1996, pp. 23-25.

O documento define um novo conceito de monumento, passando a considerar não só a criação isolada, como também os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma cultura particular ou obras mais modestas com relevante significado patrimonial. Apela ainda à manutenção permanente dos monumentos e à sua adaptação a funções úteis à sociedade, sem que por este meio seja admissível qualquer alteração substancial do elemento original. O enquadramento tradicional do monumento deve ser preservado, sendo evitados todos os trabalhos de construção, destruição ou alteração da sua envolvente. Neste sentido, considera-se o monumento como parte do meio em que este se insere, não sendo aceitável a sua deslocação total ou parcial[15].

A importância científica dada às práticas de restauro e à consciencialização da importância de uma intervenção correcta na reparação de elementos de valor patrimonial, foi traduzida desde meados do século XX, na ampla publicação de documentos destinados a travar as descaracterizadoras operações levadas a cabo, sobretudo no continente europeu. Neste sentido, surgirão novas Cartas e Recomendações internacionais de âmbito geral, mas também documentos de natureza específica, como a *Carta de Restauro de Itália*, redigida em 1972.

Carta de Restauro de Itália, 1972

Este documento, elaborado por uma série de institutos científicos italianos define normas de intervenção, cuja aplicação se destina somente a acções de restauro e conservação patrimonial[16]. A Carta começa por distinguir as práticas de restauro das práticas de

[15] A *Carta de Veneza* apresenta princípios de aplicação inovadora face aos documentos anteriormente publicados, estabelecendo regras muito específicas para a prática do restauro, cuja aplicação histórica nem sempre foi consensual. O restauro assume-se neste documento, como uma operação de carácter excepcional, destinando-se apenas a conservar e revelar os valores históricos e artísticos de um monumento ou elemento de reconhecido valor patrimonial. Ainda que estes princípios encontrem fundamento nas teorias do restauro científico ou na *Carta de Atenas*, não poderá deixar de se referenciar o carácter inovador que o documento de Veneza atribui ao restauro, ao defender o acompanhamento técnico das operações por investigadores especializados. A Carta determina ainda a aceitação da utilização de técnicas e materiais modernos nas operações de conservação, quando os modelos de intervenção tradicional se revelem insuficientes ou inadequados. Sobre esta matéria reveja-se a obra de LOPES, Flávio – *ob. cit.* pp. 23-25.

[16] "Artigo 1.º – Todas as obras de arte de qualquer época, na acepção mais ampla, que compreende desde monumentos arquitectónicos até às de pintura e escultura inclusive fragmentados, e desde o período paleolítico até às expressões figurativas das culturas populares e da arte contemporânea, pertencentes a qualquer pessoa ou instituição, para efeito da sua salvaguarda e restauração, são objecto das presentes instruções que adoptam o nome de Carta de Restauro de 1972.

Artigo 2.º – Para além das obras mencionadas no artigo precedente, ficam assimiladas a essas, para assegurar a sua salvaguarda e restauração, os conjuntos de edifícios de interesse monumental, histórico ou ambiental, particularmente os centros históricos; as colecções artísticas e as decorações conservadas na sua disposição tradicional; os jardins e parques considerados de especial importância.

Artigo 3.º – Ficam submetidas à disciplina das presentes instruções, além das obras incluídas nos artigos 1 e 2, as operações destinadas a assegurar a salvaguarda e a restauração dos vestígios antigos

salvaguarda, dando especial relevância às operações preventivas. A particularidade deste documento prende-se essencialmente com a publicação de um conjunto de regras a seguir numa operação desta natureza, estabelecendo um vasto anexo de instruções a ter em consideração, de acordo com a especificidade de cada elemento patrimonial.

São ainda terminantemente negadas quaisquer práticas de reconstituição ou restauro de natureza estilística[17], ainda que existam documentos históricos comprovativos da sua disposição original. As remoções ou demolições ficam proibidas, exceptuando quando se trate de falsificações ou de elementos diminutos que não contribuam para o valor histórico do conjunto. Nega-se ainda a transladação do elemento patrimonial bem como a eliminação de patinas, cuja presença revela uma estratificação natural, cuja manutenção deverá ser assegurada. O princípio da reversibilidade prevê porém que seja possível a reintegração de alguns elementos de presença historicamente comprovada (anastilose)[18], bem como a reconstituição de pequenas lacunas, totalmente identificáveis e reversíveis.

Carta de Washington de 1987

A *Carta de Veneza* e a *Carta de Restauro de Itália* serão completadas já na década de 1980 por uma série de outros documentos, resultantes de um conjunto de Convenções determinantes para a consciencialização contemporânea do valor intrínseco do objecto histórico. A *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades e Áreas Urbanas Históricas*, publicada pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites) vem posteriormente completar a *Carta de Veneza*, definindo novos princípios, objectivos, métodos e instrumentos para a salvaguarda da qualidade das cidades históricas[19].

---

relacionados com as pesquisas subterrâneas e subaquáticas". *Carta do Restauro* de 6 de Abril de 1972, Circular n.º 117 do Ministério de Instrução Pública do Governo de Itália.

[17] Note-se a absoluta negação dos princípios teóricos do *restauro estilístico* defendidos pela *Escola Francesa* oitocentista de Viollet-Le-Duc, no seguimento ainda das normativas propostas pelo *restauro científico,* revistas e publicadas pelas *Cartas de Atenas e Veneza*.

[18] Remontagem ou recolocação de elementos originais de uma determinada estrutura, que tenham sido removidos ou dispersos pela passagem do tempo ou acção humana. Esta operação somente será admissível, em casos em que a localização primitiva de um determinado elemento de uma estrutura esteja perfeitamente documentada.

[19] "Todos os conjuntos urbanos do mundo, resultantes de um processo gradual de desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projecto deliberado, são a expressão material da diversidade das sociedades ao longo da história. A presente Carta concerne a todos os núcleos urbanos de carácter histórico, grandes ou pequenos, povoações (cidades, vilas ou aldeias) e mais concretamente os centros históricos, bairros, arrabaldes ou outras zonas de semelhante carácter, bem como a sua envolvente natural ou humana. Para além da sua utilidade como documentos históricos, os referidos núcleos são a expressão dos valores das civilizações urbanas tradicionais. Actualmente estes encontram-se ameaçados pela degradação, deterioração e por vezes, pela destruição provocada por uma forma de desenvolvimento urbano surgida com a era industrial, que afecta todas as sociedades". Preâmbulo da *Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades e Áreas Urbanas Históricas*. Tradução da versão castelhana, ICOMOS, 1987.

O seu conteúdo expõe a percepção de novos valores de carácter histórico – como conjunto de elementos materiais expressos na imagem urbana –, relacionando a cidade e os distintos espaços construídos, com o ambiente e a envolvente natural. O conceito de restauro alarga-se, desta forma, ao ambiente e ao território, determinando a prevalência dos valores estruturais preexistentes, sobre a construção nova e contemporânea. Pela primeira vez reconhece-se a experiência histórica do *restauro*, estabelecendo pontos essenciais para a criação de princípios de intervenção uniformes e universais:

– Recusa-se um enunciado com regras globais de intervenção e reconhece-se a individualidade de cada intervenção de restauro;

– Promove-se um critério de intervenção mínima e a necessidade de reversibilidade das intervenções;

– Reafirma-se a necessidade de diferenciação entre as preexistências e os novos elementos restaurados;

– Promove-se a necessidade de estudo e conhecimento dos monumentos no âmbito da sua conservação, de forma a evitar operações de restauro demasiado intrusivas.

Carta de Cracóvia de 2000

No seguimento destas premissas, foram revistos os princípios para a conservação e restauro de elementos patrimoniais, na sequência da Conferência Internacional Sobre Conservação, realizada em Cracóvia, 2000. Deste encontro seria editado um documento de extrema importância no âmbito da União Europeia, dada a sua diversidade cultural, contribuindo para a forçosa *praxis* de uma série de normativas em espaço europeu[20]. O

[20] "A Europa actual caracteriza-se pela diversidade cultural e portanto, pela pluralidade de valores fundamentais, relacionados com os bens móveis, imóveis e património intelectual, com os seus diferentes significados associados e consequentemente também, com os conflitos de interesses a eles associados. Isto obriga a todos os responsáveis a salvaguardar o património cultural e a prestar cada vez mais atenção aos problemas e alternativas que este enfrenta, de modo a que possam ser atingidos os objectivos. Cada comunidade, tendo em conta a sua memória colectiva e a sua consciência do passado, é responsável pela identificação e gestão do seu património. Os elementos individuais deste património são portadores de inúmeros valores que podem ser alterados com o tempo. Esta variabilidade de valores específicos em cada elemento define a particularidade de cada património. Por causa deste processo de transformação, cada comunidade desenvolve a consciência e o conhecimento da necessidade de cuidar dos valores próprios do seu património. Este património não pode ser definido de modo unívoco e estável. Somente se pode indicar a direcção pela qual ele pode ser identificado. A pluralidade social implica uma grande diversidade nos conceitos de património gerados por uma comunidade inteira; ao mesmo tempo os instrumentos e métodos desenvolvidos para a correcta preservação devem ser adequados à situação actual, sujeita a um processo de evolução contínua. O contexto particular de eleição destes valores requer a preparação de um projecto de conservação, através de uma série de decisões de eleição crítica. Tudo isto deve ser materializado num projecto de restauração de acordo com critérios técnicos e organizados". Tradução do Preâmbulo da versão castelhana da Carta de Cracóvia exposta em BLANCO, Javier e ARROYO, Salvador Pérez – *Carta de Cracovia 2000.*

objectivo primordial desta Carta prende-se com a consciencialização colectiva da importância da preservação do património, cuja protecção e gestão deve ser assegurada pelas distintas comunidades.

A manutenção do património arquitectónico, urbano e paisagístico, assim como os elementos que o compõem, deverá ser alvo de um conjunto de operações de conservação, reparação e restauro a título pontual mas contínuo, de modo a que possam ser evitadas ao máximo, quaisquer acções mais intrusivas necessariamente descaracterizadoras para o objecto original. Neste âmbito, torna-se particularmente importante o estabelecimento de projectos de intervenção que incluam estratégias a longo prazo, bem como modelos de gestão e formação concretos, passíveis de potenciar o uso e manutenção de um determinado elemento construído.

Pela *Carta de Cracóvia* são definidas claramente as diversas classes de património edificado cuja preservação merece, necessariamente, métodos de abordagem distintos. Destaca-se deste conjunto o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade e à sua íntima relação com o território e paisagem em que se insere. Distingue-se também a classe dos edifícios históricos e monumentos, inseridos em contextos distintos, cuja integridade e autenticidade deverá ser mantida, não obstante a evolução urbanística circundante. Num sentido ainda mais restrito, distingue-se uma classe particular de acções em que se inserem os elementos decorativos de natureza arquitectónica, bem como a escultura e outros elementos artísticos, cuja manutenção deverá ser efectuada com um cuidado particular. No sentido mais lato de património, o documento de Cracóvia define ainda as cidades e povoações rurais e paisagem, como entidades patrimoniais individuais de natureza obviamente mais abrangente, mas de singular importância cultural.

A enunciação de classes distintas de património edificado na Carta de 2000 surge da necessidade crescente em individualizar cada intervenção de acordo com as suas características básicas de construção e implantação. Estas abordagens recusam por este meio, a existência de enunciados de intervenção globais, cujos princípios sejam aplicáveis de forma similar para todas as classes de património. O documento define ainda princípios para uma correcta planificação e gestão do património cultural, salientando a importância

---

Principios para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construid, Instituto Espanhol de Arquitectura, Universidade de Valladolid, 2000.

da adopção de medidas legais de protecção patrimonial, cujo conhecimento passe também pela formação e educação das comunidades.

A teorização expressa na Carta de Cracóvia, denuncia a existência de uma consciencialização colectiva que, sobretudo a partir da década de 1980, tem vindo a adoptar uma visão globalizante dos problemas relacionados com os distintos tipos ou classes de património, provocando o aparecimento de uma infinidade de abordagens e critérios de intervenção, expressos sobretudo nos inúmeros documentos produzidos pela UNESCO, ICOMOS e pelo Conselho da Europa.

A quantidade de documentos produzidos[21] desde meados do século XX prende-se essencialmente, com a rapidez das transformações urbano-culturais e pela mutação acelerada das paisagens naturais, com clara afectação na vida das comunidades. Em consequência deste fenómeno, surgiu a necessidade de protecção patrimonial, no sentido de restabelecer o equilíbrio entretanto quebrado entre o elemento construído e o elemento natural. Porém, ainda que o processo de transformação sócio-cultural tenha sido acompanhado pela evolução dos conceitos e abordagens, persistem ainda em execução métodos e técnicas pouco científicos, cuja aplicação se revela frequentemente danosa para a preservação do património construído. Esta situação deve-se sobretudo à lentidão na adaptação de novas práticas e modelos de intervenção, travados frequentemente pela inexistência de meios financeiros e humanos que garantam a preservação e manutenção do património comum.

Por este meio, e tendo em consideração a morosidade da acção humana face à produção intelectual de novos conceitos e abordagens, parece claro que o património poderá ser efectivamente preservado se verificada uma evolução na participação das comunidades. Somente a consciencialização colectiva do valor intrínseco do património comum poderá constituir uma garantia para a manutenção do elemento patrimonial, tendo em consideração a sua importância cultural no seio de uma determinada comunidade.

[21] A descrição realizada menciona somente os documentos que se considera de maior relevância para a caracterização histórica do processo evolutivo das noções de património e restauro patrimonial. Outros documentos de singular importância poderão ser consultados nas obras: LOPES, Flávio – *ob. cit*; NABAIS, José Casalta – *Introdução ao Direito do Património Cultural*, Edição Almedina, Coimbra, Março de 2004; SILVA, Suzana & NABAIS, José Casalta – *Direito do Património Cultural: Legislação*, Edição Almedina, Coimbra, Abril de 2003.

1.3. Práticas do restauro em Portugal

Em Portugal, a preocupação com a conservação e restauro patrimonial incidiu principalmente sobre os edifícios religiosos e militares, em que a sua protecção era assegurada quase sempre pelos poderes governamentais. Praticamente durante todo o período medieval foram accionadas medidas de protecção a conjuntos edificados, mormente as fortificações militares, o alvo primordial das operações de restauro, por motivos imperativos de estratégia e defesa territorial. Antigos recintos amuralhados dos períodos clássico e islâmico foram sucessivamente ocupados e restaurados, surgindo no século XIII os primeiros esboços de legislação régia relacionada com a manutenção das estruturas fortificadas.

O Restauro em Portugal

A preocupação dos monarcas medievais castelhanos e portugueses na reparação de fortalezas, nomeadamente dos conjuntos localizados em áreas fronteiriças ou em conflito, foi decisiva para a implementação de um conjunto de medidas legais expressas na obrigação das populações na construção, reparação e financiamento dos sistemas defensivos.

Surgem no século XIII, por acção do rei D. Afonso III, o *Bolonhês*, as primeiras obrigações contributivas[22] impostas à população com o intuito de auxílio às campanhas de repovoamento e construção militar. A prestação da *adua* foi meticulosamente regulamentada por este monarca, tendo-se promovido, por este meio, uma das primeiras campanhas consertadas de reconstrução e restauro de um espaço edificado de natureza militar. Ainda que a contribuição popular tenha sido determinante para a reabilitação de estruturas fortificadas no reinado afonsino, a partir do reinado de D. Dinis, as comunidades começaram a ficar um pouco mais aliviadas desta contribuição, pois as tarefas reconstrutivas seriam delegadas a mestres e arquitectos, muitos deles estrangeiros, responsáveis por projectos visivelmente mais específicos do que as construções que caracterizaram a Alta

[22] Este tipo de contribuição designa-se por *adua* ou *anúduva*. Significava frequentemente a contribuição exigida à população, podendo também reflectir-se na obrigatoriedade de construção e reparação de estruturas defensivas e outras estruturas militares. A palavra *anúduva* é geralmente empregue para designar este contributo nos territórios de Castela, tal como se encontra expresso no *Código das Sete Partidas* de Afonso X. Em Portugal era usado, sobretudo, o primeiro termo, cuja origem se prende com a prestação pessoal de um serviço, transformada mais tarde numa contribuição ou tributo pecuniário. Sobre esta matéria veja-se a designação de «*adua*» exposta emVITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa – «Adua» in *Elucidário das palavras, termo e frases que em Portugal antigamente se usaram*, vol. I, Livraria Civilização, Porto, 1965, pp. 228-232.

Idade Média. Na verdade, a partir do reinado de D. Dinis, as contribuições[23] financeiras para a construção e reparação de espaços fortificados diminuíram gradualmente, ainda que se tenham mantido as obrigações gerais de manutenção dos espaços militares. Surgem por esta nova postura, novos métodos de edificação devidamente coordenados por mestres construtores de cunho e influência decisiva para a manutenção, reabilitação e readaptação das antigas estruturas românicas e outras edificações similares.

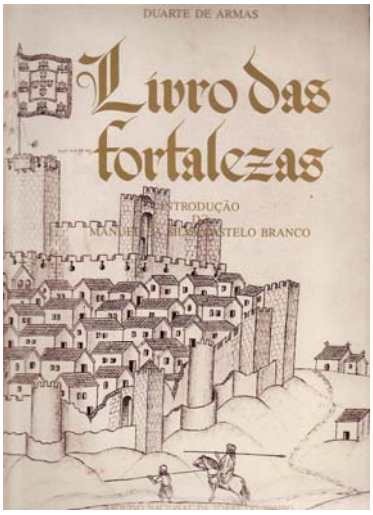
As longas campanhas militares portuguesas que se prolongaram até ao final do século XIV obrigaram a uma constante conservação e reedificação das fortalezas atingidas pelos conflitos, bem como à construção de novos espaços fortificados, que proporcionassem simultaneamente apoio logístico e operacional ao processo de Reconquista e repovoamento do novo território ocupado, assim como da confirmação da nacionalidade.

No reinado de D. João I (1357-1433), surgem fortes medidas no sentido de reforçar as fortalezas nacionais, das quais se destacam as praças fronteiriças, garantindo-se a preservação de um conjunto de estruturas militares, indispensáveis à manutenção da independência política de Portugal. No seguimento deste processo, será de destacar o papel protagonizado pela obra de Duarte d'Armas – já no reinado de D. Manuel I (1469-1521) – onde se encontra esquematizado pela primeira vez um plano de reabilitação concreto baseado na avaliação individual de todas as fortificações da fronteira luso-castelhana. Esta obra surge como uma referência ao longo de toda a Época Moderna, aludindo às bases para o estabelecimento de um plano concertado de restauro e preservação do património construído.

Ao longo do período medieval foram comuns, as acções de protecção dos edifícios em Portugal, nomeadamente os de cariz militar, pela sua utilização enquanto garante da defesa territorial. O aproveitamento de espaços amuralhados preexistentes das épocas Clássica e Islâmica, bem como o estabelecimento de quadros legais de promoção da

[23] Em Castela, este tipo de obrigações foram mais especificadas no *Código das Sete Partidas,* o que irá determinar as primeiras regras de manutenção e conservação dos espaços edificados. Este código, elaborado no século XIII por Afonso X, rei de Castela e Leão (1252-1284) abraça todos os ramos do Direito de um ponto de vista legal, prático e doutrinal. Começado em 1256, a obra demorou cerca de uma década a compilar, contendo um prólogo e sete capítulos de legislação que regulam todo o Direito eclesiástico, político, administrativo, processual, mercantil, matrimonial e penal em vigência à época. A obra aborda questões relacionadas com a construção e manutenção de conjuntos fortificados, estabelecendo um conjunto de regras muito específicas para a sua estruturação. Veja-se MONTEIRO, João Gouveia – Os *Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média – Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando,* Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Lisboa, 1999, p. 162.

manutenção dos recintos militares foi determinante para o estabelecimento de um conjunto de procedimentos, cujo eco e impacto se propagará até ao período contemporâneo.



O *Livro das Fortalezas*, de Duarte d' Armas.
Frontispício Edição do Arquivo Nacional da Torre do Tombo [1997].

Academia Real de História

Será somente durante o reinado de D. João V (1708-1787) que surgem as primeiras políticas articuladas de conservação e restauro patrimoniais, acompanhadas por uma ampla produção legislativa e pelo aperfeiçoamento dos suportes técnicos de intervenção[24]. Esta nova atitude processual teve como base de actuação um alvará régio de 20 de Agosto de 1721, cujos princípios atribuíram à Academia Real da História[25] uma função protectora face à conservação e preservação do património edificado nacional. Deve-se, na verdade, à Academia de História, a difusão dos primeiros princípios teóricos de conservação e restauro patrimoniais em Portugal, cujo contributo se revelou de extraordinária importância nos inícios do período contemporâneo.

[24] "Um Alvará que D. João V assinou em 1721 atribuía à Academia Real de História, de fundação recente, o exame dos monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no reino, dos tempos em que n'elle dominaram os Phenices, Gregos, Persas, Romanos, Godos e Arábios. O considerável alargamento do próprio conceito de monumento carreou para a atenção dos académicos, além de edifícios, estátuas, mármores, cippos, lâminas, chapas, medalhas e outros artefactos". SOROMENHO, Miguel & SILVA, Nuno Vassalo – «Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos. Da Idade Média ao século XVIII» in Dar Futuro ao Passado, IPPAR, Lisboa, 1993, p. 28.

[25] A Academia Real de História foi criada em 1720, durante o reinado de D. João V por iniciativa régia. A partir da primeira década do século XIX, as competências da Academia foram atribuídas ao Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa, ficando sob a sua coordenação até à extinção da instituição em 1860. A instituição académica deixou uma colecção de quinze volumes (1721-1736) de memórias e documentos, fundamentais para a construção da historiografia dos séculos XVIII e XIX.

A partir de meados do século XIX difunde-se na sociedade liberal e romântica a consciência da necessidade de salvaguarda e conservação do património, sem que para tal tivesse que existir necessariamente uma intervenção governamental. A extinção das Ordens Religiosas e Militares em 1834[26] e a consequente venda dos bens nacionais de natureza laica, e, em particular, os de natureza religiosa, propiciou a descaracterização de inúmeros conjuntos edificados de elevado valor patrimonial, cujo processo de deterioração dificilmente pôde ser travado. Este processo acabou por provocar uma reacção muito intensa por parte dos teóricos românticos, tendo Alexandre Herculano sido um dos personagens mais activos na defesa do património nacional.

Alexandre Herculano e o Património

O século XIX assistiu à consciencialização da importância da salvaguarda do património cultural, enquanto elemento definidor de uma comunidade. Este processo, intimamente ligado aos movimentos liberais e românticos de Oitocentos, implicou o reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais que importava salvaguardar *a posteriori*. Neste sentido, Alexandre Herculano procurou impulsionar a herança cultural portuguesa, criticando e denunciando todos os actos descaracterizadores infringidos ao património nacional[27]. Como resultado desta acção, surgem uma série de publicações das quais se destaca o periódico *O Panorama*, onde se publicaram a partir de 1838 um conjunto de artigos denominados de *Os Monumentos*.

Estes documentos, compilados posteriormente em *Opúsculos*[28] reflectem a preocupação da defesa da herança cultural portuguesa, cujo destino se traçou frequentemente sem recurso a qualquer análise de natureza histórica ou científica. A publicação e difusão destes manifestos, viria a constituir uma das primeiras acções concertadas de divulgação da problemática da salvaguarda do património arquitectónico e

[26] O processo de extinção das Ordens Religiosas em Portugal a partir de 1834, assumiu um papel muito negativo no que diz respeitou à preservação do património cultural nacional, nomeadamente com a passagem dos bens clericais para a alçada do Estado. A mudança drástica das funções dos imóveis, a cedência de todo o tipo de instalações para uma variedade imensa de funcionalidades e a sua venda abusiva, contribuíram para a instalação de um processo de deterioração do conjunto edificado, de danosas repercussões ao longo dos séculos XIX e XX.

[27] "Para Herculano – consciente das perturbações que o abalo social estava a provocar na herança histórica – importava reconhecer a ideia de pátria na sucessão dos tempos. Urgia salvar o que de mais válido subsistia do antigo edifício social que acabara de ruir. Diariamente assistia-se a excessos que punham em causa edifícios religiosos, monumentos, bens móveis, cuja função se perdera pela lógica das transformações sociais. Graçava um vandalismo de camartelo e uma impunidade sem freios, permissivos em relação à herança e aos valores antigos, contra a qual importava, desde logo, pôr travão". CUSTÓDIO, Jorge – «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza», in *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993, p. 37.

[28] HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos, Questões Públicas*, volume II, Livraria Bertrand, Lisboa, 1872-1873.

artístico português, tendo uma influência determinante para a consciencialização social dos finais do século XIX[29].

A extinção das Ordens Religiosas e a dispersão dos seus modelos de gestão, suscitou o aparecimento de todo um novo leque de responsabilidades da competência do Governo central e dos municípios. A nacionalização forçada de um conjunto vastíssimo de mosteiros, conventos e igrejas colocou, problemas muito sérios relacionados com a reutilização dos imóveis para fins que não os religiosos, que acabaram por interferir com a sua manutenção, preservação e disposição original. Esta temática, de contornos verdadeiramente preocupantes, abalou o meio intelectual português de Oitocentos, desencadeando uma série de acontecimentos de assinalável alcance até ao início do período Republicano.

Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses

Em 1864, foi fundada a Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses pelo arquitecto Joaquim Possidónio da Silva, cuja função se centrou na denúncia dos actos praticados contra o património, bem como na sua defesa, salvaguarda e valorização. A partir de 1876, a Associação enceta a publicação do primeiro *Boletim de Arquitectura e Arqueologia*, elaborando posteriormente em 1880 a primeira lista de imóveis a classificar como Monumento Nacional[30].

Esta iniciativa, aliada à inexistência de um quadro legal de protecção do património português constituiria um marco assinalável na história do património cultural em Portugal,

[29] "A acção de Herculano não se limitou à denúncia da política do camartelo e à sensibilização da opinião pública. Procurou estimular uma primeira associação voluntarista ou junta para a defesa dos valores nacionais. Cerca de 1840 a Sociedade conservadora dos Monumentos Nacionais, cujo destino depois deste ano se ignora, conseguiu obter o Convento do Carmo para depósito ou museu das suas antiguidades artísticas, havia redigido os seus estatutos e obtivera dinheiro por subscrição pública para as suas actividades. Eleito deputado do Parlamento durante a legislatura de 1840-1842, consegue que sejam votadas verbas para os monumentos históricos, em especial para o Castelo de Santa Maria da Feira. Procede ainda a estudos de diversos monumentos entre os quais o da Igreja de Cedofeita e o Castelo de Almourol. Interessa-se pela defesa dos arquivos históricos do país e publica-os em grande parte nos *Portugaliæ Monumenta Historica*. Foi o instigador de inúmeras ciências auxiliares da história, entre as quais a numismática. Enfim, projecta a sua filosofia salvacionista nos intelectuais das gerações de 1850 a 1870, até ao início da Iª República". CUSTÓDIO, Jorge – *ob. cit.* p. 41.

[30] "Em Portugal não fora publicada qualquer lei referente ao património cultural e não existia sequer uma lista dos monumentos a classificar e a salvaguardar. As sucessivas comissões que o Estado havia criado, desde 1870 apenas mexeram no problema sem encontrar soluções adequadas […]. Finalmente, por portaria de 24 de Outubro de 1880 do Ministério das Obra Públicas, foi solicitado à Associação a indicação de edifícios que pudessem ser classificados pelo Governo como Monumentos Nacionais. Em 30 de Dezembro desse mesmo ano, a comissão eleita para o efeito apresentou um extenso relatório com a primeira lista conhecida, intitulada *Monumentos Nacionais e padrões históricos e comemorativos de varões ilustres e que são elementos apreciáveis para o estudo da história das artes em Portugal.* Os monumentos apresentados foram divididos em seis classes de acordo com um esquema simples, embora justificado, que abrangia as obras primas da arquitectura e da arte portuguesa, os edifícios com significado para o estudo da história das artes, os monumentos militares, a principal estatuária erguida no país, os padrões e arcos comemorativos, lugares memoráveis, pelourinhos, cruzeiros, cipos e marcos miliários e os monumentos pré-históricos de reconhecido relevo, em especial dólmens ou antas". CUSTÓDIO, Jorge – *ob. cit.* p. 49.

muito embora nunca tenha sido aprovada oficialmente. Apesar dos esforços desta associação, a acção do Governo português do último quartel do século XIX veio a revelar-se ineficaz na adopção de medidas concretas de salvaguarda patrimonial, sem que se tenham verificado quaisquer efeitos práticos de relevância.

Conselho Superior dos Monumentos Nacionais

Na sequência deste processo foi publicado em 1898 o regulamento do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, constituído por elementos dissidentes da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. A formação deste Conselho, dependente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, conduziu à revisão do conceito de "monumento" promovendo um novo e abrangente debate crítico, destinado a apurar a existência de novos valores na sociedade portuguesa, directamente ligados com o processo de consciencialização e sensibilização sócio-cultural. Como complemento, o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais estabeleceu novas bases para a classificação dos imóveis nacionais, divulgando entre 1904 e 1908 novas listagens de monumentos a classificar.

A implantação da República em 1910 foi determinante na implementação de novos quadros legais, reorganizando os serviços artísticos e arqueológicos e oficializando em lei a primeira lista oficial dos Monumentos Nacionais[31]. Por este processo, foram alargadas as bases de análise e estudo do património, adoptando critérios mais eficientes de divulgação e fruição dos bens culturais. Um dos acontecimentos mais relevantes para a salvaguarda e protecção do património nacional nas primeiras décadas do século XX prendeu-se com a criação da Direcção Geral das Belas Artes[32] e respectivo Conselho em 1924, cujas bases de orientação foram determinantes para a criação posterior da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

O Restauro do século XX português

[31] Ainda que o rol dos Monumentos Nacionais date de 16 de Julho de 1910, só com a implementação do regime republicano em Outubro desse mesmo ano, será promulgada a listagem dos Monumentos Nacionais. A reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos, sob a tutela do Governo Provisório, será efectivada a 26 de Maio de 1911. Cf. NABAIS, José Casalta – *Introdução ao Direito do Património Cultural*, Almedina, Coimbra, 2004, pp. 73-74.

[32] "De 1924 é de referir a Lei n.º 1700 de 18 de Dezembro que: 1) estabeleceu a competência do Ministério da Instrução Pública, através da Direcção Geral das Belas Artes, para o arrolamento de móveis e imóveis que possuíssem valor histórico, arqueológico, numismático ou artístico, digno de inventariação, bem como para a classificação dos imóveis; 2) criou o Conselho Superior de Belas Artes, junto do Ministério da Instrução, como entidade consultiva nos domínios da arte e arqueologia […]. Em 1926 foi editado o Decreto n.º 11 445, de 13 de Fevereiro que: 1) definiu que competia à Direcção Geral das Belas Artes manter actualizado o inventário geral dos imóveis classificados; 2) introduziu a zona de protecção em torno de cada um dos imóveis classificados (não inferior a 50 metros); 3) estabeleceu regras respeitantes à alienação de imóveis classificados e a preferência do Estado nessa alienação". NABAIS, José Casalta – *ob. cit*. p. 76.

A DGEMN criada pelo Decreto n.º 16 791 de 30 de Abril de 1929, permitiu atribuir uma nova modernidade à aplicação dos quadros legais de defesa e salvaguarda do património, tendo determinado na sua fase inicial a extinção da Repartição dos Monumentos Nacionais do Ministério da Instrução Pública. À nova Direcção passou a competir, a partir de 1930, a realização de todos os trabalhos de recuperação e manutenção dos monumentos nacionais e edifícios públicos, sob tutela do Ministério do Comércio e Comunicações. Ainda na década de 1930 lançaram-se os fundamentos legais para a defesa do património histórico edificado, consolidando-se a distinção entre *monumentos nacionais* e *imóveis de interesse público*, bem como a aplicação de *zonas de protecção* em torno de edifícios de reconhecido valor histórico e arquitectónico. Foi ainda de particular relevância a publicação do Decreto-Lei n.º 27 633 de 3 de Abril de 1937, que de modo progressivo e inovador, regulamentou o tráfico ilícito de bens culturais, protagonizando uma atitude pioneira no âmbito da legislação nacional.

A década de 1940 foi marcada pela Concordata com a Santa Sé[33], pela qual os templos católicos de Portugal passaram a ser propriedade da Igreja,[34] exceptuando os imóveis classificados como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público. Destacou-se ainda a atribuição de novas competências aos municípios, na classificação e salvaguarda do património de âmbito concelhio, a partir de 1949[35]. Esta lei foi particularmente relevante, ao determinar conceitos inovadores como o *valor de conjunto*, *valor concelhio* ou *valor paisagístico*, cujos princípios se encontravam esboçados na *Carta de Atenas* de 1931.

A segunda metade do século XX marcou um retrocesso no desenvolvimento das práticas de salvaguarda e restauro científico do património nacional, tendo o Estado Novo desenvolvido uma acção claramente contrária aos princípios e orientações internacionais. Pela mão da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais registou-se um

[33] A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa foi assinada a 7 de Maio de 1940, tendo sido aprovada por Resolução da Assembleia Nacional e promulgada na Lei n.º 1 984 de 30 de Maio de 1940. Sobre esta matéria veja-se SILVA, Suzana & NABAIS, José Casalta – *Direito do Património Cultural: Legislação*, Almedina, Coimbra, 2003, p. 15.

[34] Os bens da Igreja foram nacionalizados com as reformas de 1834, após o findar das Guerras Liberais, tendo grande parte desse património permanecido na posse do Estado ou de particulares até à assinatura da Concordata com a Santa Sé em 1940.

[35] "Um marco importante constituiu a Lei n.º 2 032 de 11 de Junho de 1949, que atribuiu às Câmaras Municipais competência para: 1) promover junto das entidades responsáveis a classificação como monumentos nacionais ou móveis ou imóveis de interesse público, de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existentes nos respectivos concelhos; 2) promover junto das mesmas entidades, a sua classificação como valores concelhios". NABAIS, José Casalta – *ob. cit*. p. 81.

interesse crescente pela teorização de Viollet-Le-Duc, tendo a filosofia de restauro das décadas de 1950 e 1960 procurado explicação em muitas das ultrapassadas concepções estilísticas do século XIX. A ideologia nacionalista do Estado Novo deu frequentemente primazia à questão da *renovação nacional*, sendo as intervenções deste período marcadas pela tentativa de restauração dos elementos identificativos do país, fortemente alicerçados nos monumentos medievais do país. Esta orientação nacionalista de restauro do património inverteu-se pouco depois do 25 de Abril de 1974, acentuando-se até à década de 1980, uma abertura às concepções europeias de protecção do património. O Instituto Português do Património Cultural[36] – determinante na aplicação das normas de intervenção científicas –, surge em 1980 com novas atribuições, principiando um novo ciclo histórico no âmbito da defesa e protecção do património cultural.

Como marco determinante para a legislação nacional surge a Lei do Património Cultural[37] – Lei n.º 13, de 6 de Julho de 1985 –, cuja aplicação permitiu o alargamento do âmbito do património cultural, destacando-se a valorização dos bens imateriais sem suporte físico ou material, ou seja, do património intangível cuja salvaguarda nem sempre foi contemplada. A criação subsequente do Instituto Português do Património Arquitectónico e do Instituto Português de Arqueologia,[38] já na década de 1990, viria consolidar a aplicação da Lei do Património Cultural, cujo contributo permitiu para a sistematização de uma metodologia de estudo histórico e arquitectónico, aliada necessariamente à aplicação de rigorosas medidas de recuperação do património, cuja expansão se tornou clara ao longo de todo o século XX.

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais revelará, igualmente, um cuidado muito particular nas suas intervenções de restauro, principalmente a partir da década de 1990, através da aplicação de critérios de reabilitação muito específicos. As suas intervenções, amplamente divulgadas pela Direcção Geral, encontram-se particularmente explícitas na *Revista Monumentos*, bem como nas suas demais publicações avulsas.

[36] O Instituto Português do Património Cultural foi criado pelo Decreto-Lei n.º 59, de 3 de Abril de 1980, tendo a respectiva Lei Orgânica sido aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 34, de 2 de Agosto do mesmo ano.

[37] Refira-se que foi aprovada em 2001 nova lei estabelecendo as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural (Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001). Porém a sua não subsequente regulamentação, tem contribuído para que dela não resultem efeitos práticos significativos.

[38] O Instituto Português do Património Arquitectónico foi criado por Decreto-Lei n.º 106/F de 1 de Junho de 1992, tendo a sua lei orgânica sido promulgada por Decreto-Lei n.º 120 de 16 de Maio de 1997. O Instituto Português de Arqueologia viu aprovada a sua Lei Orgânica pelo Decreto-Lei n.º 117 de 14 de Maio de 1997.

1.4. Intervenções modernas em edifícios antigos

A reabilitação do património construído actualmente tem exigido análises prévias muito profundas, variavelmente abrangentes consoante a tipologia e as características de base do objecto em intervenção. Este processo resulta da necessidade de estudar mais atentamente as possibilidades de adaptação dos edifícios a novos usos, bem como da sua implantação num espaço específico, necessariamente variável no que respeita às suas componentes históricas e culturais.

A prática de reabilitação ou restauro, cuja aplicação nem sempre se revestiu dos critérios mais precisos e cuidados, pressupõe uma especial atenção à cultura local na qual o objecto está inserido, atendendo à actualização do seu contexto de implantação. A aceitação de critérios de natureza científica nas intervenções praticadas nas últimas décadas –, dependente dos quadros legais entretanto adoptados –, tem permitido a criação de formas correctas de intervenção no património construído, aumentando paulatinamente a possibilidade de fruição dos espaços culturais.

Património e contexto de implantação

A evolução social verificada no decorrer do século XX permitiu a delimitação de estratégias de intervenção que tendem crescentemente a tornar efectivos os modelos e padrões de referência do espaço construído, cuja valorização andará intimamente ligada à execução de planos de reabilitação devidamente alicerçados. Este princípio de intervenção encontra frequentemente obstáculos de ordem diversa – nomeadamente com o crescimento dos centros urbanos – sendo necessário ter em consideração em qualquer projecto de reabilitação, a adaptação dos monumentos ou sítios às transformações urbanísticas do espaço de implantação.

A adaptação dos sítios históricos ou monumentos às transformações das comunidades em que se inserem levanta continuamente diversas questões, cuja solução nem sempre possibilita a total recuperação e fruição do objecto patrimonial. Ao invés, também se verifica um condicionamento do crescimento urbano em torno dos monumentos, dada a dificuldade em dimensionar o grau de permissividade das alterações sócio-urbanísticas, sem que isso entre em colisão com a preservação e salvaguarda do património. Este processo deve-se ao facto da transformação urbana afectar necessariamente o conjunto edificado de uma comunidade, reflectindo-se os efeitos da reabilitação de um edifício no restante conjunto construído.

A legislação adoptada em Portugal, bem como a regulamentação operada pelos institutos patrimoniais, tem vindo a contribuir para o delineamento de uma estratégia de intervenção que equilibra a intervenção isolada do objecto de valor patrimonial com a manutenção do seu contexto urbano ou rural. Ainda que, na prática, as questões urbanísticas apresentem quase sempre uma resolução pouco pacífica, tende a verificar-se uma valorização dos espaços de integração dos monumentos, na tentativa de equilibrar o objecto histórico e o objecto novo[39].

Espaços com novas funções

O processo gradual de transformação urbana – sobretudo, o registado ao longo dos séculos XIX e XX –, contribuiu progressivamente para que o património construído tenha entrado em declínio, sem que tenham sido equacionadas, na maior parte dos casos medidas de contenção e reabilitação do objecto patrimonial. Consequentemente, constatou-se que a atribuição de novos usos de carácter contemporâneo[40] a um determinado imóvel, se revelou como uma das mais práticas soluções de manutenção do património construído, com óbvios benefícios para a sua salvaguarda. A readaptação de um imóvel a um novo uso implica, deste modo, a criação de novas relações entre o património e a comunidade, em que o diálogo será essencial para a sua preservação. Neste sentido, qualquer projecto de reabilitação ou recuperação patrimonial deverá ter em consideração as seguintes orientações:

– Preservação da contextualização do objecto de intervenção, no meio urbano ou rural de implantação, analisando atentamente a relação existente entre o objecto patrimonial e a comunidade que o rodeia e produziu. O contexto geográfico e sócio-cultural do elemento deverá ser explorado, de modo a que se possam estabelecer soluções de continuidade e integração nas malhas urbanas;

– Criação de um relacionamento eficaz com as políticas de planeamento urbanístico, que permita a convivência entre o espaço de valor patrimonial e as necessidades expansionistas dos novos núcleos construídos;

Estratégias de intervenção

– Adequação entre o tipo de uso a atribuir a um imóvel reabilitado e as suas características morfológicas, resultantes da sua função original;

[39] A criação de *Zonas Especiais de Protecção* (ZEP), bem como de *Zonas Non Aedeficandi* como instrumentos de protecção do património edificado, têm contribuído para a preservação dos contextos do património construído, tal como se encontra previsto na legislação nacional e nas diversas Cartas e Convenções internacionais.

[40] A atribuição de funções culturais, turísticas, comerciais e económicas aos espaços ou imóveis reabilitados, tem vindo a revelar-se como a mais viável solução de manutenção dos espaços construídos, destituídos na maior parte dos casos, da sua função original.

– Compatibilização entre a intervenção técnica e a transformação progressiva do contexto em que esta se pratica, de modo a que uma determinada operação de reabilitação possa acompanhar as mutações físicas do contexto em que se insere.

As intervenções sobre o património arquitectónico levantam questões muito pertinentes, sob o ponto de vista metodológico e processual, e que vão variando em função dos distintos tipos de relação estabelecida entre as preexistências e o objecto novo, restaurado ou reabilitado. A necessidade de alteração de alguns elementos num determinado conjunto edificado – resultantes de um qualquer projecto de reabilitação, onde se inscrevem as necessidades de nova compartimentação do espaço ou da alteração estética dos novos materiais –, permanecem como questões sempre discutíveis, às quais não será alheia a opinião pública.

Uma das metodologias de intervenção mais correntes, tende a admitir a natural continuidade dos estratos do objecto em restauro, aceitando a presença de novos elementos – novos materiais ou compartimentações – como uma evolução necessária à manutenção do património. Oposta a esta metodologia, surgem critérios algo fundamentalistas de intervenção, que recusam qualquer transformação de natureza contemporânea – incompatível com quaisquer novas funções atribuíveis ao imóvel restaurado – na tentativa de preservar o valor documental do espaço construído, sem recurso a artificialidades. A natureza de cada projecto deverá ter em consideração ambas as metodologias, devendo aceitar-se no entanto, o inevitável processo de modificação operado pelo tempo, que só uma intervenção concreta e equilibrada poderá travar.

Capítulo II
O Castelo de Alter do Chão

2.1. Contextualização histórica

Oito séculos na vivência de um espaço abarcam praticamente toda a História do nosso país como uma unidade política bem diferenciada do conjunto geopolítico ibérico. Porém, o horizonte histórico da vila de Alter do Chão projecta-se muito para além do ano de fundação cristã da vila. Ainda que não abundem indícios da ocupação paleolítica do espaço, proliferam, no entanto, monumentos do período neolítico, em consonância com a notória importância do Alto Alentejo no conjunto megalítico português[41]. Indícios de natureza arqueológica, igualmente expressivos, afirmam a presença de uma ocupação metalúrgica nos escassos relevos propícios à edificação de povoados proto-históricos.

Antiguidade Clássica

Da Antiguidade Clássica – nomeadamente do período de ocupação romana –, surgem no entanto, indícios históricos de maior relevância. Será no século I d. C. que Alter do Chão terá atingido o auge da sua importância histórica, tendo sido equipada com um conjunto urbano de extensão desconhecida, de onde se destaca uma das mais bem conservadas pontes fluviais integrada no consolidado sistema viário romano Lisboa/Mérida, da qual subsistem alguns troços significativos[42].

Esta via estaria certamente dividida em ramais – de características seguramente mais rudimentares –, de contacto entre as diversas estações arqueológicas disseminadas em redor da vila. Os indícios de ocupação romana estão bem presentes nos sítios arqueológicos de Ferragial d'el Rei, Quinta do Pião, Casa de Alvalade e Vila Formosa, atestando a

Vias de Comunicação

[41] FERREIRA, António Manuel – «A Vila de Alter do Chão na História de Portugal» in *A Cidade*, n.º 3, Portalegre, 1982.

[42] A principal fonte literária para o estudo das estradas romanas em Portugal é o chamado *Itinerário de Antonino*, um guia ou roteiro das mais importantes vias do Império, com a indicação dos percursos e as distâncias entre *stationes* por elas servidas. O itinerário refere onze vias: três de *Olisipo* (Lisboa) a *Emérita*, capital da província da Lusitânia, duas das quais com percurso comum na sua parte final. Uma via de *Salacia* a *Ossonoba*, uma de *Olisipo* a *Bracara Augusta* (Braga), quatro vias de *Bracara* a *Asturica* (Astorga) e duas de *Esuri* (Castro Marim) a *Pax Iulia* (Beja). São numerosos os troços de vias romanas que se podem seguir durante extensões variavelmente longas ou que permitem definir percursos. Cf. FIGUEIREDO, Paulo – «As Vias Romanas», in *Dicionário de Termos Arqueológicos*, Prefácio, Lisboa, 2003, pp. 262-262.

permanência de quatro séculos de ocupação prolongados até ao período visigótico alto-medieval.

Localização de *Abelterium* no mapa das vias romanas de Portugal, de acordo com o *Itinerário de Antonino*.

Da ocupação humana da região durante a Antiguidade Clássica subsistiram topónimos como *Eltori* e *Abelterium*[43], de que terá derivado o termo *Alter*,[44] subdividindo-se posteriormente em *Alter Planus* (Alter do Chão) e *Alter Pedrosus* (Alter Pedroso) para distinguir duas partes de uma mesma região com topografias e proprietários distintos ao longo do período medieval[45].

Período Medieval

No contexto da Reconquista Cristã da Península Ibérica, a região do actual Alto Alentejo foi ocupada a partir de meados do século XIII com alguns consequentes avanços e recuos tendo Alter do Chão recebido foro de repovoamento em 1216 por D. Afonso II (1211-1223). Durante o reinado do seu sucessor D. Sancho II (1223-1248) a vila de Alter passa a ser mencionada na *Carta de Povoamento* (1232) dada pelo bispo da Guarda, Mestre

[43] Veja-se a referência a *Abelterium* no mapa das *civitates* romanas da parte portuguesa da Lusitânia. ALARCÃO, Jorge – «O Domínio Romano» in *Portugal – das Origens à Romanização*, coordenação de Jorge de Alarcão, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

[44] Sobre a temática da derivação toponímica veja-se a obra de LEÃO, Duarte Nunes – *Descrição do Reino de Portugal*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002, p. 149, fl. 15v.

[45] No período tardo-medieval, sensivelmente por meados do século XIII, a vila de Alter do Chão era pertença da Coroa portuguesa, estando o povoado de Alter Pedroso sob a alçada da Ordem de Avis.

Vicente Hispano, sendo-lhe pouco depois oferecido foral, já no reinado de D. Afonso III (1248-1279).

O primeiro foral atribuído à povoação visava essencialmente o desenvolvimento do povoamento e ocupação do espaço, sendo essencial para tal a construção de um aparelho fortificado e dotado de meios de defesa das populações locais. O monarca D. Dinis atribuirá novo foral[46] a Alter do Chão em 1292, concedendo-lhe novos privilégios e promovendo a afirmação da fortificação local como símbolo do poderio militar da Coroa portuguesa:

Forais e Fundação

> "Foi D. Afonso III que, em 1249 mandou levantar uma fortaleza medieval sobre as ruínas da fortaleza romana e repovoou a vila de Alter, a que acrescentou do Chão, e a que concedeu foral nesse mesmo ano. A fortaleza afonsina constava de uma cinta amuralhada em forma de pentágono irregular, levantado na vila, apoiado em cada ângulo por uma torre: a de Menagem, com uma base de 9 x 6 metros e 44 metros de altura […]. D. Dinis mandou em 1293 remodelar a torre de Menagem dando novo foral à vila em 1321. […] Estando o castelo bastante arruinado, D. Pedro I o mandou restaurar em 1359 e ampliar a cerca de muralhas que defendia a povoação[47]".

Ainda que o primitivo castelo tenha aparentado dimensões e robustez consideráveis, parece pouco credível que o relato descrito se baseie em factos reais. O castelo que sobreviveu até ao período contemporâneo apresenta características mais discretas e formas em tudo semelhantes aos castelos implantados por toda a região. Na verdade, o castelo que hoje se conhece foi mandado reformular por D. Pedro I por volta de 1357,[48] enquadrando-se a estrutura então erguida, no conjunto das construções militares de traço já marcadamente gótico.

Sob o ponto de vista planimétrico revela-se a adopção de uma disposição quadrangular em todo o conjunto, cuja implantação reflecte de modo evidente a racionalidade dos projectos e das novas determinações militares do século XIV. Uma linha de adarve percorre todo o recinto e só a partir dela se acede ao interior da torre de

[46] Sobre esta temática veja-se a obra de BRANDÃO, Frei António – *Monarquia Lusitana*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa, 1947, f. 176-a.

[47] *Os Castelos Fronteiriços do Alto Alentejo*, Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, Lisboa, 1990.

[48] KEIL, Luís – «Distrito de Portalegre», in *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943, p. 3.

menagem, dispositivo que reforçava a importância da torre em caso de invasão do piso térreo.

E: M: CCCL E NOVE ANOOS: AOS: XXII:
DIAS:DE:SETEMBRO:O:MUI:NOBRE REI:
DOM:PEDRO:MANDOU:FAZER:ESTE:
SEU:CASTEELO:DALTER:DO:CHAAO

Lápide e respectiva transcrição comemorando a reconstrução do Castelo de Alter do Chão por D. Pedro I em 1359 (Foto: S. Dias).

Caracterização Formal

Os cubelos que se encontram nos ângulos da fortaleza, apesar da menor dimensão que a torre de menagem, complementam o sistema defensivo e possuem acessos igualmente por adarve. A relevância deste castelo determinou que fosse doado a D. Nuno Álvares Pereira – passando por casamento de sua filha D. Brites com o primeiro Duque de Bragança D. Afonso para a posse da Casa de Bragança –, sendo alvo de um novo processo de reestruturação a partir de 1432.

Será de referir que a evolução construtiva do complexo fortificado presente no centro da vila de Alter do Chão se assemelha, de uma forma geral, à evolução das fortificações medievais de Portugal. Será necessário salvaguardar o facto de que cada inovação imposta num determinado elemento, surge quase sempre associada a elementos típicos do período precedente, dificultando a datação absoluta de grande parte dos elementos. Na verdade, o castelo em análise será [tal como os seus contemporâneos] caracterizado por muralhas altas, ritmadas com torreões a delimitar um castelo que, muitas vezes nasceu após a concessão de um foral. Neste edifício estão ainda presentes os dois elementos inerentes ao período da Reconquista: a Torre de Menagem e o Palácio dos Alcaides ou Alcaidaria[49]. As ameias são de corpo estreito com abertas proporcionadas, os torreões possuem geralmente uma forma rectangular ou rectangular de frente semicircular, rasgados verticalmente num ou mais níveis por seteiras destinadas ao tiro com armas

[49] NUNES, António Lopes Pires – *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico Militar, Lisboa, 1991.

neurobalísticas (arco ou besta). A vila seria dotada de uma cerca que se estenderia para norte-noroeste, subindo a encosta, existindo ao que parece ainda alguns troços do seu aparelho intactos nos finais do século XVII.

Fotografia aérea da área de implantação do Castelo de Alter do Chão, no centro da vila.
Ortofotomapa do IGP.

No início da Época Moderna testemunharam-se alguns trabalhos de reforço na fortaleza, nos quais se inserem a construção de uma pequena barbacã e a consolidação da porta principal. Sob o ponto de vista estrutural, o castelo de Alter do Chão evidencia um sistema muito robusto, constituído por muros de grande dimensão na ligação entre os vários torreões que encimam o conjunto. Deste conjunto, salienta-se a rigidez construtiva do aparelho empregue, sendo grande parte do monumento constituído por um aparelho de silharia do tipo *Opus Quadratum Pseudisódomo*, a par de troços de alvenaria de pedra assente à fiada, cunhais de alhetas e tectos em abóbada do tipo *Alentejano*, estando presentes, sobretudo, no piso térreo do edifício da Alcaidaria.

São parcas as informações acerca da importância histórica e militar da praça-forte de Alter do Chão no contexto da formação e consolidação de Portugal. Na verdade, constam poucas referências ao seu protagonismo, dada a sua posição recuada relativamente às linhas de fronteira, quer com o mundo islâmico, numa primeira fase, quer com a Coroa castelhana numa época posterior. O papel relevante das Ordens Militares na pacificação do território

operada durante o período de expulsão das populações muçulmanas acentuou a pouca importância operada por este castelo régio.

Durante a Guerra da Restauração (1640-1668) a povoação foi tomada por D. João de Áustria (1662), tendo o edifício militar servido[50] como base das operações político-militares espanholas e, mais tarde, nas contra-ofensivas portuguesas. Já durante a Guerra dos Sete Anos (1762), o castelo de Alter albergará o 1.º e 2.º batalhões do Regimento do Câmara, bem como o regimento de Aveiras. Em Alter do Chão esteve então sedeado o quartel-general das forças portuguesas, em Portalegre o dos efectivos ingleses e em Monforte o do conde de Lippe,[51] formando em conjunto a linha defensiva nacional contra a invasão franco-espanhola.

A importância política do edifício fortificado parece ter sido esgotada após a conclusão dos conflitos relacionados com a Guerra dos Sete Anos, não tendo sido palco de qualquer outro episódio militar de relevância até ao período contemporâneo. O castelo foi entretanto, adquirido por José Barreto Cotta Castelino entre 1830 e 1840, tendo permanecido na sua posse até finais do século XIX. Em 1892, a propriedade seria de novo vendida, a José Barahona Caldeira de Castel-Branco Cordovil, que manteve o castelo até meados de 1940.

Proprietários

Ainda em posse de José Barahona, o edifício foi classificado como Monumento Nacional (MN 16-06-1910, DG 136, de 23 de Junho de 1910). Durante as comemorações

[50] "¶ O Marquez de Caracena, como ferido, andou mais prudente, porque obrou o que pode sem chegar a pelejar; por Veiros, & lugares visinhos abertos, & indefensos, leuou o que achou; chegando a Cabeça de Vide, lhe quis resistir o castellejo, mas a morte do Capitam o fez entregar. Deixou o inimigo, & passou a Alter, mas o castellejo daquella Villa, contra o que se pudera esperar, lhe fez huma braua resistencia, desprezando o Capitam que defendia o castello todas as embaixadas que Caracena lhe enuiou, os moradores do lugar aberto, resgataram com dinheiro o saco das casas. Estandose alli combatendo hauia oito, ou dez horas, chegou noticia a Caracena que o nosso Mestre de Campo General Diniz de Mello de Castro o hia buscar, posto que com menor poder; & logo sem proseguir o intento do castello, se leuantou com pouca reputaçam, & destruindo de caminho o que encontraua, se foi retirando com pressa (por nam dizer fugindo) por Niza, & Montaluam para a parte de Alcantara; […]." Vd. *Mercurio Portuguez*, por António de Sousa de Macedo, [*et. al.*], n.º XLVII, Officina de Henrique Valente de Oliveira, Lisboa, Agosto de 1666, f.ºs 17 – v.º-18.

[51] Em 1762, o marquês de Pombal vendo iminente a guerra entre Portugal e a aliança franco-espanhola solicitou auxílio a Inglaterra e procurou contratar um general estrangeiro para comandante-em-chefe do exército português. Por indicação de Inglaterra foi escolhido o conde de Schaumbourg-Lippe. A 3 de Julho do referido ano foi expedido o decreto nomeando-o marechal general dos exércitos, e encarregando-o do governo das armas de todas as tropas de infantaria, cavalaria, dragões e artilharia, e director geral de todas elas. A *Guerra Fantástica* foi o nome pelo qual ficou conhecida a participação portuguesa na Guerra dos Sete Anos. O exército franco-espanhol acabou por invadir Portugal por Trás-os-Montes, tomando Miranda, Bragança e Chaves com cerca de 40 000 homens. Em resposta formou-se um exército anglo-português comandado pelo Conde de Lippe com aproximadamente 20 000 homens, sedeados sobretudo em praças militares do centro e sul do país.

do III Centenário da Restauração da Independência de Portugal em 1940, o castelo foi objecto de homenagem, conforme consta em inscrição epigráfica junto da Porta da Vila. Pouco depois, o castelo mudaria novamente de proprietário, sendo comprado pela Casa Agrícola de Francisco Manuel Pina & Irmãs em 1942.

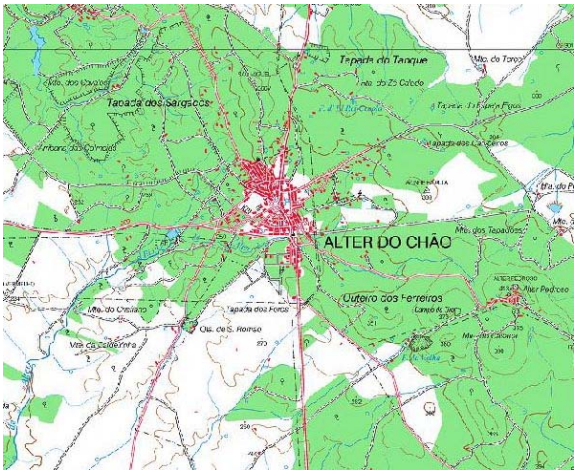
Na década seguinte, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) levaria a cabo uma série de intervenções cuja actuação permitiu a consolidação do estado de ruína em que se encontrava desde o início do século (ZEP, DG 13, de 16 Janeiro de 1960). Finalmente, na década de 1950 será adquirido pela Fundação Casa de Bragança que o conserva até à actualidade.

2.2. Castelo: caracterização, implantação e estruturas

O castelo de Alter do Chão encontra-se localizado no interior da vila homónima pertencente ao distrito de Portalegre, na região setentrional do Alentejo. Este é parte integrante de uma rede de fortificações balizadas a sul pelo eixo Lisboa/Estremoz/Elvas e limitado a norte pelo rio Tejo.

Localização Geográfica

Localizada nesta zona *tampão*, onde se desenrolaram grande parte dos episódios bélicos desde a Reconquista à Restauração, o castelo de Alter do Chão integrava uma faixa mais recuada de povoações fortificadas que englobava, a norte, Belver, Amieira, Nisa, Alpalhão, Arez, Tolosa, Flor da Rosa e Crato. A sul, distribuíam-se as fortificações de Seda, Alter Pedroso, Fronteira, Ervedal, Avis, Sousel e Estremoz.



Excerto da *Carta Militar de Portugal n.º 370* com a área de implantação de Alter do Chão. Instituto Geográfico Português, à escala 1/25000.

O percurso direccionado de norte para sul entre Vila Velha de Ródão e Estremoz define uma nítida linha de castelos norte-alentejanos que, em conjunto, proporcionariam a criação de uma linha fortificada, paralela à fronteira luso-castelhana. Na verdade, desde o século XIII que os castelos portugueses foram dispostos criteriosamente como peças de um xadrez montado para garantir a integridade de territórios conquistados a muito custo[52]. O plano de reconstrução do Castelo de Alter do Chão operado por D. Pedro I reflecte desta forma, o empenhamento da Coroa portuguesa na execução de um programa de restauro dos castelos fronteiriços e de construção de novas fortalezas. Esses desenvolvimentos fariam com que, ao atingir-se os meados do século XIV, o sistema físico de protecção militar do reino tivesse já alcançado um elevado grau de coerência, intencionalidade e operacionalidade.

Contexto Geográfico

Não é possível compreender esta rede de fortificações tardo-medievais fora do seu contexto geográfico e da sua íntima ligação com o percurso histórico português. Em regiões de relevo particularmente acidentado, a presença de estruturas fortificadas tornou-se menos necessária, assistindo-se com efeito, à formação de clareiras naturais onde praticamente não existem fortificações militares. Em espaços de orografia mais regular, como os que caracterizam de um modo geral a região norte-alentejana, foi necessária a construção de barreiras artificiais de detenção, traduzidas na construção de numerosos recintos fortificados. Ou seja, a distribuição dos castelos medievais portugueses no espaço e a sua relação com os sistemas orográficos de implantação, permitiram a convivência de *linhas de detenção* [junto à fronteira terrestre] com *linhas de infiltração* ou de defesa em profundidade. O primeiro sistema proporcionaria uma primeira barreira de protecção ao espaço nacional, assegurando o segundo sistema a utilização de rotas de penetração no interior do território conquistado.

Refira-se ainda que do conjunto de praças fortificadas implantadas de norte a sul do país, raramente se puderam observar momentos de total e simultânea operacionalidade. Na verdade, a dedicação da Coroa portuguesa na edificação, reconstrução e reforço das fortalezas e, simultaneamente, o seu envolvimento em extensas e agressivas disputas

[52] A Reconquista Cristã foi-se efectuando no território nacional por linhas de orientação geral SW-NE, de norte para sul, passando sucessivamente pelo rio Douro, curso geral do rio Mondego e ligação às elevações do Maciço Central, rio Tejo e costa do Algarve. Estas linhas foram condicionando a estratégia do castelo seguida pelos primeiros reis que procuravam fortalecê-las, fortificando nos locais considerados mais adequados à sua defesa e conquistando os castelos inimigos que melhor materializavam a sua posse. Os avanços e recuos da Reconquista – nomeadamente a sul do Tejo para onde seriam remetidos em 1191 depois de terem estado muito mais a sul –, fizeram com que os castelos mudassem frequentemente de campo, não sendo de estranhar que tenham patente uma mescla de influências cristãs e árabes.

militares, acabou por gerar um efeito contrário ao do fenómeno *construção-destruição.* Este facto levará a admitir que grande parte dos castelos medievais do país não tenham chegado sequer a ser coevos, no período que medeia o início da nacionalidade e o final da Idade Média. De facto, tal como o castelo de Alter do Chão, a grande maioria das fortificações nacionais não viveram directamente ou de modo expressivo, os numerosos episódios bélicos que caracterizaram este período. O castelo medieval português seria assim, uma arma com capacidade dissuasora, numa época em que as operações de assédio seriam um dos métodos mais frequentes de fazer a guerra.

Função Militar e Residencial

O castelo da vila de Alter [dotado de um edifício interno ou Alcaidaria] poderá ser englobado no conjunto de castelos com função residencial, típicos do período de transição românico-gótico. Com efeito, coexistem aqui duas situações em progressivo equilíbrio, a função puramente militar e a função residencial das novas fortalezas medievais:

> "O Castelo Peninsular típico era muito mais um "abrigo de forças militares" do que propriamente uma "residência". Ou seja, quando comparada com as suas congéneres europeias, a Torre de Menagem ibérica surge sobretudo como uma torre para onde o alcaide, deixando o conforto da sua alcaidaria, se dirigia no exercício de funções militares, onde prestava juramento de menagem e onde constituía o último reduto de defesa, pelo que coexistiam […] no castelo medieval português, a alcaidaria e a Torre de Menagem[53]".

Em consonância com o fenómeno verificado no resto do país, verifica-se que também na fortificação de Alter se instalou progressivamente a função mais residencial do castelo. Tal é provado pela enorme capacidade de albergue do edifício interno, sem que se tenha comprometido, porém, a sua função militar original. A existência de espaços residenciais surge, em boa verdade, aqui duplicada. Não só o edifício da alcaidaria aparece como sinónimo de espaço de habitação, como a própria torre de menagem também assumirá um papel semelhante. O castelo de Alter do Chão reflecte deste modo, um fenómeno que se tornará muito comum a partir do século XIV. Ou seja, a torre principal da fortificação tendeu a alargar o seu espaço útil, sendo simultaneamente dotada de janelas nobres sobretudo nos pisos superiores, onde poderá ser garantida a iluminação natural da compartimentação interna.

[53] MONTEIRO, João Gouveia – Os *Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média – Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando,* Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999, pp. 44-45.

Torre de Menagem do Castelo de Alter do Chão e disposição interna do edifício da Alcaidaria, já sem qualquer compartimentação interna (Fotos: S. Dias).

Numa panorâmica geral, a conversão destas estruturas castelares em espaço residenciais [destinados à estadia régia ou senhorial] exprimir-se-á preferencialmente pelo aparecimento de lareiras, chaminés, cozinhas ou outras soluções passíveis de conferir algum conforto às estruturas básicas de função puramente militar.

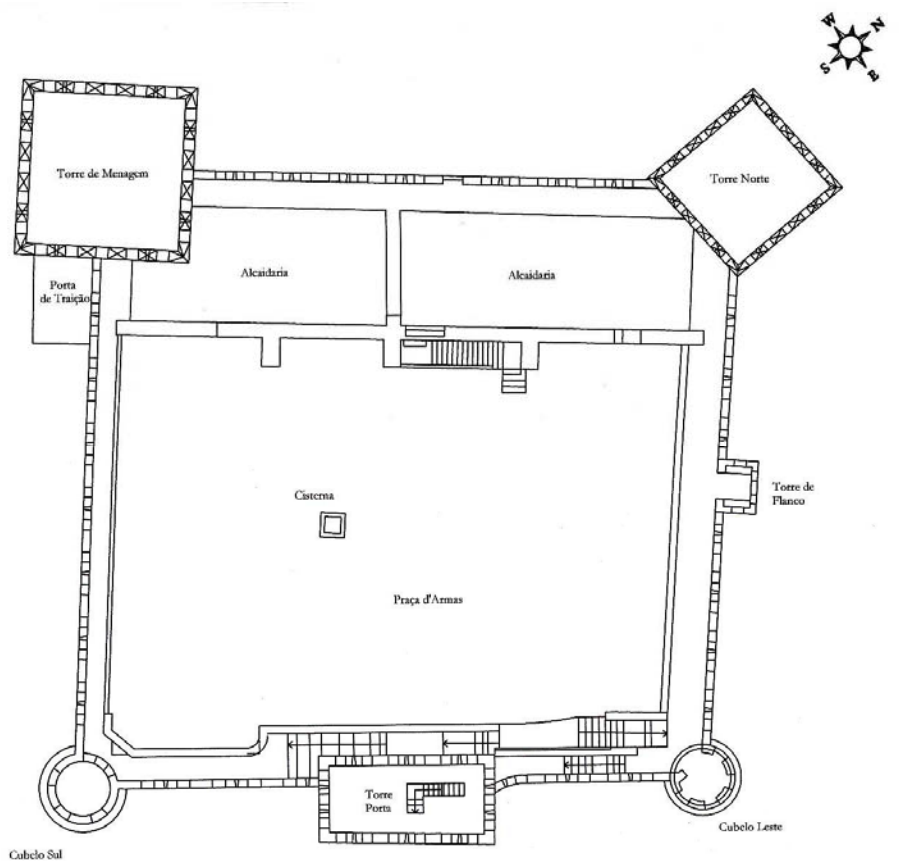
Chaminé e Ladeira dispostas no piso superior da Alcaidaria do Castelo de Alter do Chão (Fotos: S. Dias).

O castelo medieval de Alter do Chão encontra-se implantado numa zona de granitos a baixa altitude, no seio da actual vila. A fortificação disposta a cotas altimétricas

Descrição Estrutural

variáveis entre os 265 e 270 metros, tem toda a povoação a norte e noroeste implantada a cotas mais elevadas, chegando-se aos 305 metros nos limites setentrionais da vila.

A sua planta apresenta uma forma tendencialmente quadrangular, com ligeiras angulações nos tramos nordeste e sudeste. As suas altas muralhas apresentam cinco torreões distintos, para além da torre de menagem dispostos em torno de um recinto de planta quadrangular, com aproximadamente 28 metros de largura. Quatro das torres – duas de planta rectangular e duas de planta semicircular –, são torres de ângulo, de defesa aos vértices do edifício. A quinta torre de planta rectangular assegura a defesa do flanco nordeste, estando a última torre, também de planta rectangular, disposta para sudeste, assegurando a defesa da porta da vila.



Planta geral do Castelo de Alter conforme consta do projecto de beneficiação promovido pela Câmara Municipal de Alter do Chão e Fundação Casa de Bragança (Arquitecto João de Vasconcelos Sousa Lino).

A orientação geral da fortificação está direccionada segundo o eixo noroeste-sudeste (NO-SE), localizando-se a entrada principal neste último ponto colateral. O tramo da

entrada é constituído por uma torre-porta ligada a panos de muralhas com frestas de observação em ameias[54], anexadas em cada extremo por cubelos[55] de planta semicircular.

Fachadas sudeste (Porta da Vila) e nordeste do Castelo de Alter do Chão (Fotos: S. Dias).

Porta da Vila

A torre-porta, de planta rectangular (Porta da Vila[56]) com 16 metros de altura, encontra-se algo saliente em relação ao plano definido pelos paramentos exteriores da muralha sudeste. Sob o arco semicircular na base da torre [que funcionará também como arco de descarga] abre-se a porta do castelo em arco quebrado que nasce de duas impostas molduradas. Toda a cantaria que guarnece o vão é *chanfrada,* apresentando uma pequena moldura na base das jambas[57]. A soleira encontra-se implantada a aproximadamente 1 metro de altura em relação ao nível de circulação exterior, sendo actualmente acessível através de uma rampa construída pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A entrada no edifício, através desta porta, é feito através de uma pequena passagem de planta rectangular, aberta na base do torreão, com tecto de alvenaria de pedra

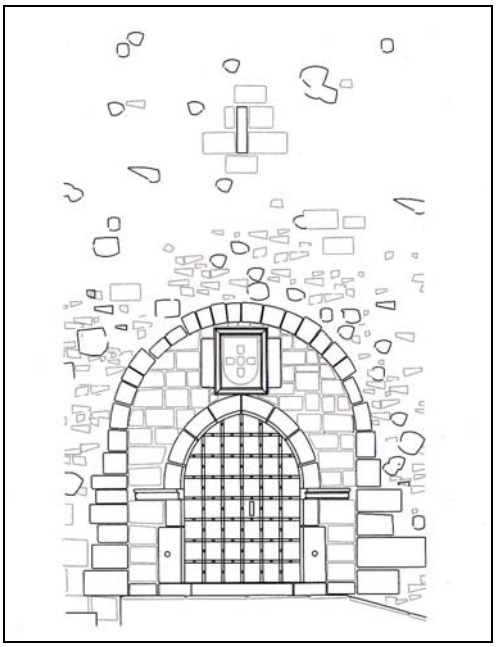
[54] As ameias são elementos maciços de configuração variada que coroam as torres e as muralhas das fortificações medievais, destinadas a proteger quem estivesse nos adarves. O intervalo entre duas ameias denomina-se aberta. A ameia medieval será denominada de "merlão" nas fortificações abaluartadas de Época Moderna. O intervalo entre cada merlão denominar-se-á "canhoeira".

[55] Torreão de forma semicircular ou planta em U característico do período tardo-medieval. A sua evolução no período moderno tenderá a acompanhar o desenvolvimento do uso de artilharia.

[56] A Porta da Vila seria a porta de entrada principal de uma fortificação, encontrando-se frequentemente associada a um ou dois torreões. Esta denominação aparece também na porta interior que ligava o castelo a uma povoação fortificada.

[57] Nas portas de duas folhas denomina-se "Jamba", cada uma daquelas partes móveis.

em abóbada de berço. Neste tecto estaria aberta uma bueira[58] rectangular, pela qual era permitido realizar tiro vertical para defesa da porta.



Porta da Vila em arco quebrado sob escudete, nascendo de duas impostas emolduradas. (Levantamento do Arquitecto João de Vasconcelos e Sousa Lino).

Praça d' Armas

O pátio interior ou praça d'Armas está distribuído em torno de um poço central que comunica, num nível inferior, com uma cisterna provida de tectos em abóbada. Deste pátio é possível aceder ao edifício da Alcaidaria, bem como aos adarves superiores que contornam todo o recinto amuralhado.

Os adarves[59] laterais nas paredes nordeste e sudoeste permitem o acesso a todos os torreões da fortificação e às suas respectivas salas internas. As compartimentações internas das torres encontram-se sobretudo, nos três grandes torreões de planta rectangular [torre de menagem, torre porta e torre norte] onde é possível aceder a vários pisos ou níveis distintos de circulação. Todas as portas de entrada nos torreões são dotadas de um arco quebrado de características semelhantes ao da porta principal.

Torre Porta

A torre da porta, acessível por um pequeno patamar do adarve, é constituída por uma sala de planta rectangular num só piso, de tecto em abóbada de berço redondo em

[58] Denomina-se "Bueira" à abertura para defesa vertical das entradas, colocada no tecto antes ou depois de uma porta.

[59] Os adarves ou "Caminhos de Ronda" são estruturas de passagem na parte interior de um muro ou muralha que permitem a circulação das sentinelas de defesa.

alvenaria de pedra. A parede sul apresenta ainda a fresta, visível na frontaria do paramento exterior, destinada a conferir iluminação e ventilação ao sombrio espaço interno. No pavimento encontrar-se-ia escavada a *bueira* – que permitia o tiro vertical para a porta da vila localizada no nível inferior –, sendo muito difícil na actualidade registar a sua presença, devido à colocação de um novo nível pavimentado.

Torre Semicircular Cubelo Sul

Do adarve sudoeste, protegido por um muro interno, é possível aceder ao cubelo ou torre semicircular localizada no vértice sul da fortificação. Este cubelo de 11 metros de altura apresenta uma porta de verga recta, dando acesso a um pequeno lanço de escadas que termina no exíguo eirado de cinco ameias frestadas que não aparenta ter vestígios de qualquer cobertura.

Torre Porta e Torre Semicircular ou Cubelo disposto no vértice sul da fortificação. (Foto: S. Dias).

Torre Semicircular Cubelo Leste

O cubelo leste, acessível pelo adarve que também dá acesso à torre porta, situa-se no topo de uma pequena escada cuja origem se encontraria no piso térreo da praça d'Armas. Esta pequena torre possui características semelhantes ao cubelo sul, apresentando a mesma altura, ainda que aqui esteja presente uma cobertura de forma tendencialmente cónica, semelhante aos elementos encontrados em fortalezas tardo-medievais do norte e centro do país. O eirado sobre o qual está disposta apresenta um conjunto de ameias que aparentam não ter tido na sua origem, qualquer tipo de cobertura.

Muralha e Adarves

Todas as torres estão interligadas por muralhas, no interior das quais se encontram os adarves ou caminhos de ronda, erguidas assimetricamente em relação à torre porta que actua como eixo delineador de toda a construção. O adarve nordeste encontra-se protegido

por uma parede tendencialmente curva, de características particularmente sinuosas no paramento exterior, coroadas por um ameado paralelipipédico. Já o pano de muralha que se estende entre a torre porta e a torre de menagem, muralha e adarve sudoeste, apresenta um paramento perfeitamente rectilíneo, no topo do qual se dá continuação ao conjunto ameado. Será ainda possível registar a presença, na face interior deste paramento, de uma série de pequenos ressaltos no aparelho de alvenaria, atestando a presença primitiva de uma secção de encaixe à qual estariam adossadas, um conjunto de estruturas implantadas no piso térreo do recinto interior.

Este adarve percorre todo o sector sudoeste da praça d'Armas, encontrando-se protegido por um pequeno murete de protecção. Este caminho de ronda termina numa face completamente *cega* da torre de menagem, à qual se encontrava adossado o edifício da alcaidaria. É possível que tivesse aqui existido uma passagem que permitisse a ligação entre estes três elementos, possibilitando a conexão entre os distintos compartimentos do espaço habitável e o espaço defensivo exterior. Neste ponto, o adarve encontra-se interrompido, seguindo posteriormente num novo quadrante entre a torre de menagem e a torre norte.

Na verdade, a existência de um adarve no sector setentrional da fortificação, ao qual se adossou a alcaidaria, parece indicar que a construção do edifício se terá operado numa época posterior ao da construção primitiva do espaço amuralhado. A sua construção em momentos coevos, não faz sentido, visto que o adarve norte que hoje existe, acabaria por estar englobado na área coberta do piso superior do edifício.

Adarve sudoeste terminando junto da Torre de Menagem e Adarve norte disposto no nível de arranque do piso superior da Alcaidaria. (Fotos: S. Dias).

O adarve oposto, que liga o torreão ou cubelo semicircular oriental à torre norte, assenta num pano de muralha com ameias de cobertura plana e frestas em ameias alternadas. Estes elementos assentam num pequeno parapeito que, por exceder a espessura do paramento inferior, é suportado por um sistemas de arcos corridos em tijolo, apoiados em mísulas de granito. Tal como se verifica no adarve oposto, este termina numa face *cega* junto do piso superior da alcaidaria. Dos níveis superiores da alcaidaria seria então possível aceder-se aos dois torreões de planta rectangular situados no quadrante norte da fortificação, à torre de menagem e à torre norte, que em conjunto com a torre da porta, completam o traçado modular do espaço edificado[60].

Torre Norte

A torre norte possui uma planta rectangular, acessível através da alcaidaria e respectivos adarves. À semelhança dos restantes torreões, também possui uma porta de entrada em arco quebrado que dá acesso a três lanços de escadas, ladeados por seteiras. O nível superior da torre permite aceder a um eirado com presença de um conjunto distinto de ameias de forma piramidal, dispostos aproximadamente a 16 metros de altura. Nos cantos da torre podem observar-se ameias duplas com função de cunhal, de cronologia aparentemente posterior aos elementos mais primitivos de constituição paralelipipédica.

Torre de Menagem

A torre de menagem, localizada no vértice oeste do espaço fortificado, apresenta uma área de implantação de aproximadamente 15m² integrando-se perfeitamente no circuito da muralha. O acesso realiza-se através de uma porta em arco quebrado com presença de caixas laterais para as trancas primitivas. O piso térreo da torre é ocupado por uma sala de planta quadrangular de 4,5 m x 4,5 m, constituído por um tecto de abóbada de berço quebrado, suportado por três arcos quebrados de cantaria de granito. A parede ocidental ergue-se em torno de uma ampla janela gradeada, ladeada por conversadeiras[61]

[60] "A partir de meados do século XI, a palavra castelo é utilizada para designar estruturas defensivas em alvenaria mais cuidada. Segundo os conhecimentos disponíveis, a generalidade dos castelos dos séculos X e XI cingia-se a uma ou duas linhas de muralha, provavelmente já dotadas com adarves e ameias, mas ainda sem a marcante torre senhorial. Apesar de existirem torres defensivas singulares, a generalização da torre de menagem associada à cerca do castelo só acontece nos finais do século XI. Por isso, o castelo do século XII apresenta a torre de menagem isolada, defendida por uma ou duas cercas que a protegem constituindo esta, o último reduto defensivo. Estas estruturas dotadas de adarves e ameias já possibilitavam uma maior intervenção de defesa, mas ainda denotam o conceito de resistência do castelo românico, muito preocupado com a guarda da torre de menagem". CUNHA, Rui Maneira – «As Medidas utilizadas em Portugal», in *As Medidas na Arquitectura, Séculos XIII – XVIII: o Estudo de Monsaraz*, Caleidoscópio, 2003, p. 108.

[61] Denominam-se "Conversadeiras" as janelas de assento ou seja, cada uma das saliências situadas logo abaixo do peitoril, nos flancos dos rasgos das parede. São geralmente de madeira ou da própria alvenaria da parede.

embutidas na estrutura da parede. A subida da torre é iniciada junto do vestíbulo da sala do piso térreo, sendo possível atingir o eirado superior, após cinco lanços distintos de escadas.

O primeiro lanço da escadaria – ladeado por seteiras e calhas de escoamento de líquidos –, dispõe-se sob um tecto de abóbada de berço inteiramente constituída por cantaria de granito. Os restantes lanços, também em granito, distribuem-se ao invés, sob sucessivos tectos de arcos semicirculares escalonados, que através de vários patamares permitem o acesso ao topo do torreão. A meio do terceiro lanço de escadas, pouco antes de se atingir o eirado é ainda possível observar a presença de uma segunda sala de planta quadrangular sem janelas, distinta da estrutura do primeiro nível.

A saleta do torreão possui uma exígua área de aproximadamente 12 m², coberta por um tecto de abóbada em arco quebrado, estruturada por dois arcos apoiados em pilares adossados às faces internas das paredes da torre. A iluminação e ventilação naturais são realizadas através de uma estreita fresta semelhante às seteiras dispostas ao longo dos lanços de escadas, sem que exista qualquer outro elemento arquitectónico de conforto neste espaço. A simplicidade desta pequena divisão poderá estar associada ao seu uso como cárcere sendo notória na concepção da sala, a primazia dada à segurança da mesma em detrimento da sua habitabilidade.

O nível superior da torre permite aceder a uma eirado ladeado por um corpo de ameias de forma paralelipipédica e remate piramidal a 25 metros de altura. Tal como na torre norte, pode observar-se em cada vértice da estrutura um conjunto de ameias duplas com função de cunhal, de cronologia aparentemente posterior aos elementos mais primitivos de base rectangular.

Alcaidaria

No centro da fortificação, adossada ao sector noroeste entre a torre norte e a torre de menagem, encontra-se implantado o edifício da alcaidaria. Esta estrutura possuiria originalmente três pisos, travados frontalmente por três possantes contrafortes dispostos na face externa do edifício virada para a praça d'Armas. O piso térreo, disposto sob uma abóbada de berço com um vão de aproximadamente 5,70 metros, encontra-se dividido sensivelmente a meio por uma parede resistente com porta em arco semicircular, que transforma todo o espaço térreo, em duas grandes divisões de planta rectangular.

A primeira das salas do sector oeste do edifício apresenta uma parte das duas faces da base da torre de menagem que, a partir deste ponto, se desenvolve verticalmente. Junto a

este arranque da muralha encontra-se disposta a Porta da Traição[62] – ou no caso de Alter do Chão a *Porta dos Cavalos* –, cuja transposição permite aceder ao interior do edifício da alcaidaria através de um portal em arco quebrado, semelhante aos encontrados nos restantes torreões.

A sala apresenta um vestíbulo constituído pela compartimentação do piso térreo do edifício, servido por inúmeros vãos abertos para o pátio ou recinto interior da fortificação, dispostos de sudoeste para nordeste. Até ao primeiro contraforte, iniciando a descrição a partir da Porta da Traição, é possível registar a presença de duas portas e um janelão, abertos para o pátio interior. Entre o primeiro e segundo contrafortes foram também construídas duas janelas, fazendo este conjunto parte do sistema de iluminação, ventilação e acesso da primeira e mais reduzida sala da Alcaidaria.

Na fachada deste edifício, entre o segundo e o terceiro contraforte, encontrava-se uma pequena janela, bem como a porta principal de ligação entre o interior do edifício e a praça d'Armas exterior. Esta porta – disposta actualmente sob um lanço de escadas exterior de acesso ao primeiro andar, de época claramente posterior ao edifício –, encontra-se guarnecida a granito, apresentando ombreiras compostas de pedras de cantaria sobrepostas, *chanfradas* e emolduradas na base com elementos decorativos semelhantes aos utilizados a partir dos séculos XV e XVI. A verga da porta está disposta em arco adintelado[63]com aduelas de cantaria e soleira de pedra chanfrada. A fachada do edifício possuirá ainda uma quarta porta de acesso e janelas, dispostas entre o terceiro torreão e o adarve leste, construídas de forma a possibilitar o usufruto da segunda e maior sala do piso térreo da Alcaidaria do castelo.

[62] "A Porta de Traição de um castelo era constituída frequentemente por uma porta dissimulada ou oculta, situada no lado oposto à porta principal (no caso de Alter do Chão, oposta à Porta da Vila), geralmente pequena e por vezes aberta um pouco acima do nível do chão. Esta era geralmente destinada a permitir sortidas sobre o inimigo ou a possibilitar a salvação de uma guarnição militar no caso da povoação ser tomada e se verificar a impossibilidade de resistir ou mesmo em caso de revolta dos vilões ". NUNES, António Lopes Pires – *ob. cit.*, p. 172.

[63] O Arco Adintelado possui o intradorso horizontal, mantendo o aparelho constante de aduelas radiantes.

Fachada parcial do edifício da alcaidaria, com disposição dos vãos do piso térreo. (Foto: S. Dias).

O primeiro andar do edifício interno do castelo de Alter do Chão é acessível por uma pequena escadaria disposta junto da face externa da fachada do edifício, aparentando ter sido construída numa fase posterior à construção do edifício primitivo. Ainda que não exista documentação que comprove esta disparidade cronológica entre os elementos construtivos, parecerá aceitável que a construção de um elemento vertical directamente sobre a principal via de acesso ao interior do edifício, se terá tornado viável somente após o decréscimo de importância político-militar do próprio edifício. Primitivamente deverá ter existido um elemento interno [provavelmente um ou dois lanços de escadas em madeira] de acesso aos níveis superiores da construção, que não interferisse com a disposição simétrica da entrada principal da alcaidaria, face ao paramento envolvente.

O primeiro andar do edifício apresenta uma disposição espacial semelhante à do nível térreo. O piso amplo apresenta-se compartimentado em dois sectores, divididos por uma parede transversal à disposição geral do edifício, escorada por um dos contrafortes da fachada. No cano sudoeste das salas do primeiro e segundo piso existiram até recentemente, três divisões internas com presença de amplas janelas com conversadeiras anexadas.

Tanto o andar nobre como o segundo nível de habitação possuem uma série de vãos abertos para o recinto interior da fortificação, embora actualmente algo descaracterizados pelos sucessivos trabalhos de manutenção dos elementos. Do piso de cobertura destaca-se, todavia, a presença de uma ampla chaminé de fogão de sala, cuja preservação permite comprovar a função residencial atribuída não só ao edifício da alcaidaria, como a todo complexo fortificado envolvente, necessariamente interligado. A cobertura do edifício assentava na face noroeste da fortificação, utilizando o espaço disposto entre a torre de

menagem e a torre norte. A presença de um adarve neste nível poderá indicar, paralelamente, que a cobertura ou níveis superiores da alcaidaria terão sido erguidos numa fase mais tardia da ocupação daquele espaço. Ainda assim, todos os elementos dispostos nos níveis superiores do edifício e respectivo acesso aos torreões aparentam possuir uma correlação entre si, denunciando uma óbvia continuidade construtiva do espaço.

Sistema Estrutural

O castelo medieval de Alter do Chão possui uma planta quadrangular em que os distintos panos de muralhas formam ângulos tendencialmente rectos, envolvidos por torres de ângulo e flanco de presença patente nos castelos estratégicos nacionais[64]. Do conjunto fortificado destacam-se as estruturas de planta quadrangular e rectangular da torre de menagem, torre norte e torre porta, que de uma forma geral, recebem os panos de muralhas perpendicularmente aos seus paramentos laterais. Estes elementos dotados de adarves e conjuntos de ameias possibilitavam uma defesa dinâmica da fortaleza, preocupada essencialmente com a manutenção estratégica da torre de menagem que constituiria o último reduto de protecção.

Este fenómeno tenderá a alterar-se tendencialmente a partir do século XII[65], sendo notório o uso progressivo de meios cada vez mais agressivos de ataque às fortalezas. As máquinas de guerra tenderão a substituir gradualmente as simples técnicas de cerco, características da Alta Idade Média. Como resposta táctica, a defesa tende a tornar-se mais interveniente e operante, reduzindo, sobretudo, os perímetros dos espaços amuralhados de modo a possibilitar uma defesa mais eficiente. A própria torre de menagem passa a ficar integrada na muralha defensiva, começando a surgir novos balcões de defesa junto das entradas e zonas mais vulneráveis.

[64] "O castelo estratégico característico da Península Ibérica é inspirado na alcáçova árabe e por isso, diferente do castelo senhorial típico do continente europeu não ibérico. É um recinto fortificado medieval, cercado de altas muralhas ameadas onde, de espaço a espaço, se erguem torreões ameados, alguns com funções específicas localizados em posição estratégica e topográfica propícia à resistência (em princípio em lugares altos) à observação, à protecção das populações vizinhas que nele se refugiavam ou à protecção de um sítio ou povoação. O castelo ibérico cristão tinha normalmente dois pátios mas por vezes um ou três, resultando neste caso, mais compartimentada a sua disposição. No pátio baixo, denominado Albacar, onde se recolhia a população com os seus haveres e gados havia vários edifícios comunais, como o forno, o moinho, a frágua, a carpintaria etc., além de ser bairro oficial e militar com residências. […] Na Península Ibérica, onde o feudalismo se revestiu de características peculiares, o castelo pertencia ao rei que assegurava através dele, a defesa e administração do Reino, sendo frequentemente pólo de desenvolvimento das povoações". NUNES, António Lopes Pires – *ob. cit.*, p. 66.

[65] A grande maioria da alterações arquitectónico–militares operadas nas fortificações nacionais encontrar-se-ia intimamente ligada, com a renovação de conhecimentos adquirida com as campanhas das Cruzadas levadas a cabo no período alto-medieval.

O castelo de Alter do Chão acaba por ser também um reflexo da evolução estrutural dos espaços fortificados, denunciando não só a presença de elementos monolíticos autoportantes de época românica, assim como a sua mutação progressiva em elegantes estruturas góticas de formas ecléticas de influência omnipresente em todo o território nacional.

2.3. Evolução arquitectónico–militar: do castelo românico ao castelo gótico

A estrutura castelar fortificada foi uma das mais significativas inovações que a Idade Média introduziu na paisagem portuguesa, possibilitando o aparecimento de uma nova estrutura arquitectónica exclusivamente militar e concebida para albergar não um povoamento, mas uma pequena guarnição de soldados encarregues da defesa de um território[66]. O movimento da Reconquista desenvolvido a partir do século IX e X dará um novo e decisivo impulso à construção destas novas estruturas, sendo o território português dotado paulatinamente de uma rede de fortificações cuja fundação acompanhará a deslocação político-militar dinamizada pela Coroa de norte para sul do território nacional.

Castelo Românico

O castelo de Alter do Chão, construído originalmente num período de profundas convulsões políticas que marcaram a formação da nacionalidade, será formalmente herdeiro do *castelo românico de defesa passiva*, destinado à defesa de pontos nevrálgicos do território, e sobretudo, à protecção de pequenos aglomerados populacionais, intervenientes no processo de repovoamento operado pelos monarcas da primeira dinastia. Na verdade, sendo originalmente construída nas primeiras décadas do século XIII, esta estrutura reflectirá a convivência entre dois estilos construtivos distintos, mas algo complementares.

[66] "Esta nova concepção de defesa, que já não assenta na defesa do local de habitat mas antes na presença de forças militares encarregadas de velarem por um território, traduz no fundo, uma mudança do tipo de habitat, com uma decisiva dispersão pelos vales agrícolas, que se começa a desenhar com a *adsignatio* do *ager* implementada com os Flávios e se consuma nas centúrias seguintes […]. Por isso, a Idade Média sentiu necessidade não só de erguer muralhas para defesa dos principais aglomerados populacionais, mas também de criar uma importante rede de castelos, sob a qual se apoiava o sistema defensivo do território. A novidade desta nova estrutura militar deve ser bem sublinhada pois o castelo é, de todas as construções medievais, aquela cuja análise se torna mais fecunda para a compreensão de um território. De resto, ainda hoje o castelo constitui, no nosso imaginário, um dos mais poderosos símbolos da Idade Média". BARROCA, Mário Jorge – «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico», in *Revista Portugália*, Nova Série, vol. XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1990, p. 89.

À planimetria essencialmente românica deste castelo, serão adicionados elementos marcadamente góticos, cuja aplicação parece evoluir paralelamente à arquitectura religiosa de finais da Idade Média.

A sua estrutura apresenta poucas soluções arquitectónicas que permitissem uma defesa eficiente em caso de cerco, servindo a grande espessura e altura dos panos de muralha como principal barreira protectora. As muralhas apresentam grande robustez, em particular nos panos nordeste e sudoeste, onde se encontram presentes silhares de grande dimensão de época romana, *almofadados*, claramente reutilizados aquando da construção da fortificação[67]. Ainda que a arte de construir muralhas tenha sido extraordinariamente desenvolvida na época clássica, em Portugal será sobretudo no período medieval que se assistiria à massificação deste tipo de construção, sendo o castelo de Alter do Chão uma das peças da rede castelar erguida.

O traçado escolhido para as muralhas desta fortaleza dependeu essencialmente das condições de implantação da estrutura e terreno circundante. Ao invés da grande maioria dos castelos portugueses – implantados frequentemente em terrenos de orografia complexa –, o castelo de Alter encontra-se estabelecido a baixa altitude, em territórios de tendência plana e sem qualquer recurso a defesa apoiado em elementos naturais. Esta condição encontrar-se-ia intimamente ligada com a sua função original de *defesa passiva*, cujos recursos passariam essencialmente pela manutenção e preparação de logística de apoio às redes estratégicas dos castelos vizinhos[68].

[67] É muito frequente observarem-se fenómenos de reutilização de material construtivo tanto em construção militar como em construção civil ou religiosa em todos os períodos históricos. De uma forma geral, os elementos de construção de época clássica estão presentes em grande parte das construções medievais e modernas do mesmo território, visto que a sua perfeição e abundância em território nacional dificilmente poderia ser ignorada. Ainda que o material arquitectónico presente nos paramentos do castelo de Alter do Chão pareça ser de facto de época romana, não é possível confirmar a preexistência de estruturas de época clássica na área de ocupação da fortificação. Os silhares paralelipipédicos encontram-se somente reaproveitados nas faces externas do pano amuralhado, sendo as faces internas compostas por aparelhos de alvenaria ordinária típicos do período medieval. A qualidade dos elementos pétreos é também distinta, apresentando os elementos clássicos uma patina mais antiga, bem como perfurações resultantes do seu uso original.

[68] "Utilizando como referente as 11 províncias tradicionais de Portugal Continental (a divisão medieval em comarcas pode ser enganadora para o leitor moderno) verificamos o seguinte: o Alto Alentejo é a zona com maior número de fortalezas (36 isto é, 20.8% do total)." Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *ob. cit.*, p. 27.

Rede de castelos portugueses operacionais entre o século XII e XIV.
BARROCA, Mário Jorge – «Arquitectura Militar», in
Nova História Militar de Portugal, volume I, p. 107.

A planta rectangular obedece a um traçado que não sendo uniforme em território nacional, parece enquadrar-se nos padrões construtivos definidos para a época[69]. Também neste local, como em grande parte dos castelos nacionais se denota a existência de uma preferência para soluções de traçado geométrico regular, delimitando um perímetro de dimensões relativamente reduzidas.

A escolha deste tipo de planimetria pressupôs ainda a incorporação criteriosa nos panos amuralhados, de torreões de formato distinto e de uma imponente torre de menagem disposta de modo dominante sobre todo o recinto. Estas estruturas teriam por função quebrar os panos de muralhas contínuos, permitindo a vigilância e o tiro sobre os seus alicerces, dificultando o assédio dos sitiantes. As muralhas do castelo defendiam um recinto interior com perímetro relativamente limitado possibilitando a permanência de uma pequena guarnição defensiva, bem como o albergue de um número muito circunscrito de

[69] O formato das plantas das fortificações portuguesas apresenta uma grande diversidade: desde o traçado oval aos traçados trapezoidais, rectangulares e quadrangulares. Veja-se GOMES, António Saul – *Introdução à história do castelo de Leiria*, Colecção «Cidade de Leiria», Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1995.

populações locais. A exiguidade do espaço amuralhado do castelo de Alter procurava sobretudo, evitar a multiplicação de aberturas para o exterior, que constituíam pontos de debilidade na defesa do castelo.

Esta disposição formal reflecte parte dos pressupostos técnicos inerentes à construção de estruturas castelares a partir da primeira metade do século XII, que em Alter do Chão na primeira década do século XIII, já não apresentava a *pureza técnica* observada no castelo românico da Alta Idade Média. Na verdade, torna-se muito complexo avaliar de que modo o castelo em análise terá sido alvo ou não de influências externas.

Em primeira análise, há que considerar o período de transição histórica e estilística em que se verifica a construção primitiva do castelo de Alter do Chão. O século XIII português será essencialmente um período de estabilização política, com formação e consolidação da totalidade das fronteiras do país. O castelo românico dos primeiros tempos da Reconquista [simples estrutura de defesa a cercos prolongados] foi dotado progressivamente de elementos de elegância gótica, símbolo da Alta Idade Média europeia.

Na verdade, o século XIII assinala o triunfo do castelo gótico, cuja origem não poderá deixar de se relacionar com o reinado de D. Afonso III (1248-1279) cuja experiência pessoal em França lhe permitiu contribuir para o desenvolvimento arquitectónico do recém-formado país. Alter do Chão, privilegiado com foral por este monarca, sofrerá, à semelhança dos monumentos coevos, uma extraordinária influência franca, sem esquecer a experiência cruzadística no Médio Oriente, de perfeita consubstanciação já no reinado de D. Dinis (1279-1325). De facto, verifica-se no período dionisino a consolidação da reforma gótica da arquitectura militar portuguesa, intimamente relacionada com a preocupação da Coroa no controlo e manutenção das suas fortalezas[70].

As reformas políticas mais marcantes neste período obedeciam a um plano de reforço estratégico, implantado essencialmente nas fortificações de primeira linha situadas nos novos territórios de fronteira, transformando grande parte das praças de *defesa passiva*, tais como Alter do Chão, em fortificações de *defesa activa*. O reinado de D. Dinis será ainda distinguido militarmente pelo desenvolvimento e uso de máquinas de guerra, essenciais aos novos métodos de defesa e ataque, que inevitavelmente condicionaram a arquitectura

[70] O importante movimento de edificação e restauro das fortalezas durante o século XIII relaciona-se essencialmente com a assinatura do Tratado de Alcañices. Assinado entre D. Dinis e D. Fernando IV, soberano de Leão e Castela, a 12 de Setembro de 1297, este documento restabeleceu a paz no ocidente da Península Ibérica e definiu os limites políticos do território português.

medieval. O castelo gótico potenciou a sua capacidade de defesa, libertando-se da dependência dos elementos naturais orográficos.

A mais extraordinária inovação do castelo românico foi, todavia, a torre de menagem constituindo, *per si*, um dos elementos mais característicos da fortificação medieval. Ainda que a torre de menagem do castelo de Alter tenha sido construída nas primeiras décadas do século XIII, parece evidente que a estrutura reflecte a hereditariedade das primeiras construções desta natureza, cuja origem parece remontar ao século XII[71]. Pelas suas proporções, face à fortificação envolvente, esta estrutura domina todo o conjunto militar afirmando-se como um último e inexpugnável reduto defensivo. Tradicionalmente, a torre de menagem adopta uma planimetria geométrica, de forma quadrangular ou rectangular de construção simples, cuja entrada se efectua geralmente vários metros acima do nível térreo de circulação. Por este motivo, o acesso à torre principal da fortificação era realizado através de uma escada amovível, recolhida em caso de ameaça.

A particularidade deste sistema contesta novamente, a contemporaneidade do edifício da alcaidaria do castelo de Alter do Chão, em relação à restante fortificação. O edifício possibilitava um acesso directo à torre de menagem, comprometendo a sua função defensiva primitiva. Por este motivo, torna-se credível que a alcaidaria possua uma cronologia posterior à do recinto amuralhado, tendo esta sido erguida numa época em que a função residencial do conjunto se afirma relegando para segundo plano a funcionalidade militar original da fortificação.

À semelhança das torres de menagem coevas, a torre de menagem do castelo de Alter possui um piso térreo maciço, localizando-se a entrada no primeiro andar, servida por uma escada móvel. Os restantes pisos possuem aberturas muito estreitas de função essencialmente militar [as seteiras] com ranhuras verticais destinadas ao tiro com arco. A torre de menagem insere-se, desta forma, no conceito de *defesa passiva*, reunindo simultaneamente os valores simbólicos do tipo militar e *feudal*, constituindo uma verdadeira fortificação dentro do próprio castelo.

[71] O aparecimento da torre de menagem no primeiro quartel do século XII parece estar associado à transferência de influências centro-europeias promovidas pelas tropas francesas, aquando da sua passagem por Portugal em auxílio aos exércitos do conde D. Henrique. Os exemplos mais antigos de torres de menagem encontram-se associados à Ordem dos Templários, sendo as torres dos castelos de Tomar, Pombal e Almourol, exemplos das primeiras construções desta natureza em Portugal. Veja-se SERRÃO, Joel & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de – «Divisões Regionais e Poder», in *Nova História de Portugal: Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, volume II, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1993, pp. 266-287.

Já no período gótico propriamente dito, a torre de maior envergadura da estrutura militar tende a ser adaptada à função residencial, sendo dotada – tal como sucede com o castelo em estudo –, de janelas nobres no piso superior, assim como de elementos passíveis de melhorar as suas condições de habitabilidade.

Ainda que o castelo de Alter do Chão se enquadre na tipologia construtiva do período românico, sendo a torre de menagem o seu símbolo mais evidente, subsistem elementos que apontam para a adopção de modelos já puramente góticos no século XIII. A torre de menagem encontra-se adossada aos panos de muralhas, no vértice do conjunto fortificando de acordo com a prática comum de construção do castelo gótico, e não no centro do espaço militar, como se verifica em construções do século XI e XII. Este elemento reflecte, sem dúvida, a continuidade da tradição construtiva da Alta Idade Média até bem tarde no período tardo medieval, permitindo a convivência e contemporaneidade de estilos algo distintos entre si numa mesma construção.

Castelo Gótico

O empenho de D. Afonso III na reformulação estrutural das fortificações portuguesas torna-se evidente a partir de meados do século XIII, ditando o início do período de transição entre o castelo primitivo de tradição românica e o castelo de defesa activa de tradição primordialmente gótica. O reinado de seu sucessor, D. Dinis, virá consolidar a reforma gótica da arquitectura militar, tendo o castelo gótico firmado a sua representatividade a partir da segunda metade do século XIV. Com efeito, D. Dinis foi responsável por um ambicioso programa de reforma das estruturas defensivas do país, tendo estas sido acompanhadas de reformas políticas significativas[72].

A atribuição da administração dos castelos régios, a alcaides nomeados pelo monarca ditou, inclusivamente, a construção progressiva de edifícios de alcaidaria, adossados às fortificações existentes e contribuiu extraordinariamente para a monumentalidade dos conjuntos preexistentes. A alcaidaria de Alter do Chão poderá, deste modo, ter sido

[72] "Com efeito, D. Dinis foi responsável pelo mais ambicioso programa de reforma das estruturas defensivas que o reino até então conheceu, o qual foi executado entre 1288 e 1315, e com particular incidência nos anos de 1290-1310. Estas datas são significativas. Começaram pouco depois de o rei ter afastado a nobreza das tenências (1287) e de ter confiado os castelos aos alcaides de nomeação régia, e prolongaram-se até às vésperas da guerra civil de 1319-1324, que opôs o monarca ao herdeiro. Ao todo entre 1288 e 1315 D. Dinis promoveu obras em 57 castelos, desde Caminha até Castro Marim". BARROCA, Mário Jorge – «Arquitectura Militar», in *Nova História Militar de Portugal*, Volume I, direcção de Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, 2003, p. 117.

construída após as reformas dionisinas confirmando a sua não contemporaneidade com a fortificação envolvente.

Este edifício terá apresentado alguma nobreza arquitectónica, embora restem poucos vestígios da sua opulência original[73]. Os três pisos distintos possuíam tectos abobadados, dos quais somente resta o do nível térreo, de construção aparentemente mais tardia, não restando quaisquer vestígios dos arranques das abóbadas ou do desenho do seu encaixe nos paramentos interiores. Os sucessivos projectos de renovação operados na alcaidaria do castelo de Alter do Chão conduziram progressivamente à alteração de alguns elementos, verificada, sobretudo, na abóbada térrea. O tecto é mais alto do que a abóbada primitiva, permitindo a elevação do pé direito do piso térreo, o que conduziu ao progressivo entaipamento de alguns vãos.

O rés-do-chão do edifício encontra-se dividido em duas grandes salas, sendo possível que o sector acessível pela "Porta da Traição" tenha servido como cavalariça, estando a segunda sala destinada a funções de vestíbulo. Tanto o primeiro como o segundo piso possuiriam funções residenciais, sendo as várias salas dotadas de lareiras e compartimentações privadas, com todas as condições de habitabilidade.

O movimento de reestruturação das fortificações nacionais reformulou sistematicamente vários mecanismos, nomeadamente as estruturas de acessos aos castelos. As portas e principais vias de acesso passaram a estar enquadradas por torreões ou protegidas directamente por uma única, mas possante torre,[74] de planta rectangular. Outra das principais inovações consistiu na multiplicação de torres adossadas aos panos de muralha, diminuindo consideravelmente o espaçamento existente entre elas. Apesar da sua robustez, a torre de menagem não permitia garantir individualmente a defesa total de toda a extensão das muralhas, em particular nos ângulos fechados, como os verificados nos vértices sudoeste e sudeste do castelo de Alter do Chão. Os torreões anexados permitiriam desta forma, o tiro cruzado direccionado para as torres seguintes. Estas estruturas continuaram de uma forma genérica a adoptar uma planimetria rectangular ou quadrangular, embora em regiões de material mais pobre como Alter e o Alto Alentejo, os torreões tendessem a optar por uma planta circular ou semicircular de tradição muçulmana. Estas torres circulares,

[73] CALADO, Rafael Salinas – *Brasões dos Duques de Bragança no seu antigo senhorio da vila de Alter do Chão,* Coimbra, 1948.

[74] Recorde-se a disposição estrutural da Porta da Vila do castelo de Alter do Chão, protegida por uma Torre Porta de grandes dimensões.

frequentemente denominadas de *cubelos* a partir do século XV, ofereciam uma grande resistência aos projécteis inimigos, proporcionando excelentes posições de defesa às forças sitiadas.

À semelhança das normas construtivas da época, os cubelos deste castelo não possuem parede na face voltada ao pátio do castelo, sendo assim evitado qualquer entrincheiramento inimigo em caso da perda das torres. Tal como sucede com a torre de menagem e a torre norte do castelo de Alter do Chão, também os cubelos se encontram implantados nos vértices da fortificação, estando a sua altura compreendida entre a linha de adarves e o topo dos torreões rectangulares das estruturas adjacentes, aparentemente mais antigas.

As inovações de natureza gótica, relativas aos adarves e respectivo coroamento ameado, consistiram essencialmente no alargamento das ameias e na redução do espaço das abertas, ou seja, do espaço entre cada bloco paralelipipédico. Na verdade, com as novas construções góticas dos século XIII e XIV verificou-se uma tendência para as ameias se tornarem mais baixas e largas do que as abertas entre elas, o que proporcionava cada vez mais protecção[75]. Ainda que o conjunto ameado do castelo de Alter não apresente as evoluções arquitectónicas encontradas nos conjuntos ameados góticos coevos, este revela todavia, a presença de ameias com seteiras abertas verticalmente no maciço pétreo, cuja aplicação aumentaria a segurança do tiro vertical.

Os acessos aos adarves ameados – frequentemente escavados na estrutura de base do pano amuralhado –, registam algumas alterações de construção. Essencialmente a partir do século XIII, estes acessos passaram a ser construídos como uma entidade individual, sendo adossados à face interna das muralhas. Os caminhos de ronda sofreram ainda um alargamento progressivo, sendo dotados de um pequeno balcão de suporte [recorde-se a descrição do adarve nordeste do castelo de Alter do Chão] que confere ao patamar de circulação, uma mais segura utilização que se traduziu numa maior mobilidade das guarnições. Este tipo de adarves sustentados por abobadilhas e parapeitos lisos, aparece sobretudo a partir do século XIV [em particular no reinado de D. Dinis], sendo notória a sua presença em fortificações de evolução arquitectónico-militar semelhante.

[75] As "ameias deitadas" que caracterizam a época gótica não estão presentes no castelo de Alter do Chão. Este tipo de estruturas apresentavam frequentemente cortes oblíquos para o exterior, destinados a facilitar o tiro mergulhante. Em Alter do Chão as ameias primitivas de corpo paralelipipédico permanecem ao longo de todo o período medieval, não revelando qualquer indício relevante de adaptação pirobalística.

O castelo gótico de Alter do Chão, bem como os seus contemporâneos, funcionava de modo orgânico e interdependente, obedecendo a sua estrutura à aplicação de regras construtivas muito específicas e rígidas, aperfeiçoadas paulatinamente ao longo do período tardo-medieval. Esta fortificação, integrada no modelo arcaico dos denominados *castelos de planície*, assume simultaneamente as características de um paço ou de residência senhorial fortificada, muito visível após a sua doação a D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431) já no século XV.

As alterações estilísticas e estruturais verificadas a partir do século XIII – época em que se assiste à construção primitiva do castelo de Alter do Chão –, procuraram essencialmente, responder ao progresso e evolução bélica que caracterizam a Baixa Idade Média. As fortalezas nacionais receberam a partir deste período sólidas reestruturações de natureza eminentemente gótica, sendo os castelos de linha de fronteira os que mais cedo *beberam* desta nova influência. Estes castelos – em particular os da linha defensiva da Beira Baixa e Alto Alentejo –, constituíam a primeira linha de defesa terrestre, sendo natural que neles se tenha repercutido primeiramente todo este novo conjunto de alterações arquitectónicas[76].

Esta evolução formal conduziu a que o castelo de Alter do Chão apresente ainda hoje, uma construção híbrida, na qual que se mesclam as funções militares defensivas e a habitabilidade própria do edifício residencial. Este castelo, construído originalmente numa fase de transição arquitectónica e estilística, demonstra a presença de um modelo de circulação interna vertical, com sobreposição de pisos de disposição predominantemente horizontal. A estrutura encontra-se fechada sobre si mesma, com a circulação a estabelecer-se exclusivamente pelo seu interior.

De uma forma geral, o castelo de Alter do Chão define-se do ponto de vista militar, como uma fortificação estratégica de defesa do processo de ocupação e repovoamento do território, inserido numa segunda linha de defesa tanto no processo de Reconquista, como posteriormente contra as investidas castelhanas. A sua construção encontra-se, por consequência, adaptada às funções originais a que se destinava, no âmbito da defesa passiva

[76] "Uma linha de defesa estratégica mais recuada, com concentrações significativas ao longo das vias naturais de penetração no território nacional e junto dos acessos aos principais aglomerados urbanos, conseguiria manter a sua importância militar, mas a larga maioria dos castelos românicos, sobre os quais se apoiara a organização defensiva nos primeiros séculos de independência, entraria em degradação". BARROCA, Mário Jorge – «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico», in *Revista Portugália*, Nova Série: Volume XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990-1991, p. 126.

numa primeira fase, e defesa activa já no período gótico[77]. Trata-se, efectivamente, de um castelo estratégico, ainda que não usufrua das potencialidades defensivas potenciadas pela irregularidade orográfica em que se implantaram grande parte das fortificações coevas.

Na verdade, será particularmente nos castelos de planície que se encontra uma das mais relevantes inovações do período gótico: a barbacã. Ainda que este tipo de estruturas se encontre um pouco por toda a Europa da Alta Idade Média, em território nacional a sua utilização somente se tornou corrente a partir do primeiro quartel do século XIV. Trata-se de um muro de baixa altura erguido no exterior do pano de muralhas de uma fortificação, destinado a oferecer um primeiro obstáculo, entre o terreno exterior e recinto amuralhado. Este muro limitava-se frequentemente as áreas de entrada[78] ou qualquer outro ponto particularmente sensível, cuja defesa necessitasse reforço adicional. Sendo um elemento característico do castelo gótico, a barbacã não foi introduzida, todavia, durante o reinado de D. Dinis. As novas cercas defensivas surgem, principalmente nos finais do século XIV, sendo sobretudo visíveis com as reformas modernas operadas no início do século XV, introduzidas de forma algo tardia em relação às suas congéneres europeias.

Tudo indica que o castelo de Alter do Chão fosse dotado de uma muralha barbacã que de uma forma completa, cercaria todo o conjunto fortificado principal. Ainda que não existam quaisquer referências directas à sua implantação em fontes documentais, parece certa a sua implantação no espaço, dada a baixa altitude em que se encontra implantado o castelo e a inexistência de quaisquer elementos orográficos de potencial defensivo para a estrutura militar. Será essencialmente nestes castelos de planície, em que de facto a barbacã assume um papel relevante, sendo este elemento normalmente inexistente em fortificações

[77] "Para compreender os castelos medievais portugueses é importante ter uma noção do seu número e, sobretudo, observar a sua distribuição no espaço, pois esta distribuição revela um pensamento estratégico e intencional. Os castelos articulavam-se em redes locais, regionais ou mesmo nacionais, destinadas a assegurar a integridade territorial do reino. Recorde-se o esforço de restauro e de construção de castelos que acompanhou o avanço da Reconquista para sul e também o interesse manifestado pela Coroa em relação aos castelos fronteiriços, depois da assinatura do Tratado de Alcañices […]. Uma fiada de fortalezas encostadas à fronteira (sobretudo terrestre, mas também costeira) secundada por outras linhas mais interiores, dispostas de norte a sul. Linhas correspondendo à defesa em profundidade de pontos estratégicos decisivos, como Lisboa (a partir de Almeida). Linhas, acompanhando as principais vias de comunicação e os rios mais importantes (como o Tejo, o Mondego, o Côa, etc.) cuja função era interditar esses itinerários". PONTES, Maria Leonor & MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses,* Guia Temático, Instituto Português do Património Arquitectónico, Lisboa, 2002, pp.22-23.

[78] Os muros de protecção localizados denominam-se frequentemente de *barbacãs parciais*, ou no caso de se situarem junto das vias de acesso, *barbacãs de porta*. Quando esta estrutura acompanha e rodeia todo o espaço fortificado, constituindo desta forma uma segunda cintura de muralha, o muro denomina-se de *barbacã completa* ou *barbacã extensa*.

de altura, ou estruturas militares implantadas em plataformas de destaque, face ao seu território adjacente.

Tão pouco a cerca medieval que rodeava a fortificação e habitações civis envolventes é visível hoje em Alter do Chão. Na verdade, a cerca amuralhada parece não ter sido concluída na sua totalidade, existindo parcas referências acerca da sua disposição no terreno. Não existem vestígios identificáveis destas linhas amuralhadas, todavia, ao invés da barbacã, a cerca da vila parece seguir para norte conforme se assimila pela leitura da toponímia existente. A rua de *Entre Muros* [situada a norte do castelo de Alter] denuncia a passagem da cerca amuralhada de norte para nordeste, contornando a plataforma mais elevada da vila medieval.

Esta fortificação representará o modelo típico do *castelo de ocupação* português, tendo a sua importância política e militar decrescido, após a consolidação do processo de repovoamento dos territórios do centro e sul do país. O castelo de Alter do Chão não aparenta ter pertencido às primeiras linhas de detenção defensivas – cuja distribuição se torna muito visível na fronteira portuguesa entre a linha do Tejo e Serpa –, tendo este servido sobretudo, para apoio logístico dos castelos fronteiriços.

A importância militar desta fortificação parece esgotar-se a partir do século XV, não sendo visíveis quaisquer sequências ou sobreposições arquitectónicas, que comprovem a sua reabilitação ao longo do período Moderno. Este castelo apresenta-se na retaguarda, adquirindo uma feição progressivamente *senhorial* que contrasta com as fortalezas mais activas dotadas de novos elementos defensivos no início do novo período.

Período Moderno

A partir de meados do século XV, com a generalização das armas de fogo, irão colocar-se novos desafios às estruturas fortificadas, não tendo o castelo de Alter do Chão constituído excepção à regra. Em 1432, logo após a morte de D. Nuno Álvares Pereira, seu proprietário, o conjunto edificado sofre um novo processo de reestruturação, ainda numa escala muito reduzida face às mutações arquitectónico-militares coevas. O triunfo da pirobalística nas práticas belicistas veio alterar significativamente a relação existente entre os meios defensivos e os meios ofensivos. Esta relação acabou por ser traduzida num processo de transformação arquitectónica, de clara adaptação aos modernos aparelhos de artilharia modernos.

As transformações não se realizaram uniformemente como nos períodos precedentes, tendo as estruturas de pequeno e médio porte como o castelo de Alter do

Chão, sido alvo de reformas muito localizadas, sem que tenham sido dotadas dos elementos arquitectónicos mais característicos do período Moderno[79]. Os baluartes[80] que caracterizarão este período, não se encontram no entanto presentes na fortificação em análise. Parece ter existido um declínio acentuado da importância militar do castelo de Alter do Chão, após a sua doação régia da estrutura, tendo a fortificação adoptado funções claramente residenciais, cuja defesa se limitaria à presença de uma guarnição muitíssimo limitada, ao serviço dos novos proprietários. A utilização das novas armas pirobalísticas foi aqui realizada a partir dos adarves e eirados, sem que tivessem sido adequados os elementos estruturais aí presentes. Na verdade, não existem registos de posteriores reconstruções, nem tão pouco indícios da plena transição para o sistema abaluartado, tão profusamente difundido nas fortificações vizinhas.

O castelo viria desta forma manter ao longo de todo o período moderno e contemporâneo, os elementos e características formais do seu período original de construção, sendo particularmente relevantes na modernização da estrutura medieval, as contribuições dadas pela influência gótica.

A presença de uma estrutura de habitação, no interior da praça d'Armas do castelo de Alter do Chão terá certamente tido origem já no século XVIII, aquando da ocupação do castelo pelas forças militares da Coroa portuguesa, na sequência da sua participação na Guerra dos Sete Anos. A importância política do espaço será esgotada após a conclusão destes conflitos, não existindo registo da sua participação em qualquer outro episódio militar de relevância. No primeiro quartel do século XIX, o castelo será adquirido por novos proprietários civis, tendo o edifício concluído então por completo, toda a sua participação na formação e consolidação política do país.

[79] "Começaram, pois, a criar-se condições para o aparecimento dos primeiros baluartes, com os seus característicos formatos angulosos, muitas vezes reforçados por escarpas acentuadas, que dificultavam as abordagens directas e, sobretudo provocavam o ressalto ou o ricochete dos projécteis lançados pelos sitiadores […]." PONTES, Maria Leonor & MONTEIRO, João Gouveia – *ob. cit.*, p. 21.

[80] "Baluarte é o elemento arquitectónico característico da fortificação abaluartada. É uma pequena fortificação, de planta pentagonal (com três ângulos salientes e dois reentrantes) situada num ângulo saliente da fortaleza, que albergava artilharia de fogo. Cada baluarte era concebido em conjunto com os baluartes que lhe estavam próximos, de modo a assegurarem entre si fogo cruzado". *Idem*, *ibidem*.

Capítulo III

A DGEMN: Intervenção no castelo de Alter do Chão

3.1. História e metodologia de intervenção da DGEMN

A prática de restauro patrimonial em Portugal foi marcada no decorrer do século XX pela acção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, no âmbito da aplicação da política proteccionista do Estado Novo, de tendências claramente nacionalistas. Com a criação da DGEMN[81] em 1929, foram postas sistematicamente em prática uma série de operações de intervenção no património construído nacional, cujo impacto viria a ser determinante na história do restauro contemporâneo português.

Filosofia de Intervenção

Como suporte documental das intervenções encetadas no âmbito das obras públicas, a DGEMN publicou o *Boletim*[82] a partir de 1935, integrado num claro propósito de propaganda sobre obras públicas, promovido pelo regime corporativista. A filosofia de intervenção da Direcção Geral, enquanto organismo extremamente activo durante o Estado Novo, assentava essencialmente nas reintegrações arquitectónicas com base na pureza e unidade estilística. A sua acção pautava-se por critérios de validação histórica, cujo objectivo se centrava na reintegração do monumento no seu traçado primitivo e supostamente original. Tendo estes princípios metodológicos como base operacional, foi pretendida uma valorização dos aspectos arquitectónicos que traduzissem os factos mais significativos da História nacional, o que imprimiu às intervenções um forte carácter patriótico. Por este meio, poder-se-á explicar o carácter privilegiado das intervenções realizadas nos

[81] A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais constituiu-se inicialmente por uma Repartição Central, da qual se encontravam dependentes duas Direcções de Edifícios Nacionais e uma direcção de Monumentos Nacionais. Até à década de 1970 suceder-se-ão vários processos de reestruturação, até à criação final das quatro Direcções dos Monumentos Nacionais – Norte, Centro, Lisboa e Sul – cuja organização se mantém até ao final do século XX.

[82] O primeiro número do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais apresenta como introdução, a *Tese de Apresentação ao Primeiro Congresso da União Nacional,* exposta por Henrique Gomes Silva, em 1934. Este boletim enunciaria ainda o programa de restauro efectuado na Igreja de Leça do Balio. Sobre esta matéria, veja-se SILVA, Henrique Gomes – «Monumentos Nacionais. Orientação Técnica a seguir no seu Restauro», in *Tese de Apresentação ao Primeiro Congresso da União Nacional: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais,* Boletim n.º 1, DGEMN, Porto, 1935.

monumentos do período medieval, a julgar pela sua representatividade no âmbito da formação da nacionalidade.

As intervenções de restauro efectuadas a partir da década de 1930 foram inspiradas e fortemente motivadas por questões políticas, destinadas mormente à recuperação do património arquitectónico representativo da História e Cultura portuguesa, ao qual se pretendeu restituir o seu molde original de construção. Como mentor desta prática, destacou-se o Engenheiro Henrique Gomes da Silva – director geral da DGEMN, desde a sua fundação até 1960 –, que, na sua comunicação ao Primeiro Congresso da União Nacional em 1934, descreve os princípios orientadores, pelos quais se deveriam reger-se todas as intervenções no património nacional:

> "Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica os nossos monumentos nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais de beleza artística, eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da Pátria e da Arte. O critério a presidir a essas delicadas obras de restauro, não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens. Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos[83]".

Boletins da DGEMN

Aparentemente *inofensivo* do ponto de vista político, o *Boletim* da DGEMN constituiu um testemunho da obra restauradora do Estado Novo, enquanto documento técnico e simultaneamente propagandístico. Da sua primeira edição, destacamos a comunicação do Engenheiro Henrique Gomes da Silva que, tendo como base princípios de natureza nacionalista, defendeu a profunda reabilitação do património construído enquanto símbolo da unidade nacional. Estes princípios, compreensivelmente discutíveis à luz da política actual, acabaram por comprometer a verdade histórica da grande maioria dos monumentos portugueses, o que geraria extraordinários equívocos na interpretação contemporânea dos monumentos nacionais, entre outras vicissitudes.

Os *Boletins* da DGEMN apresentam, no entanto, a descrição pormenorizada de notáveis obras de engenharia e arquitectura, cuja execução revolucionou o panorama de deterioração em que permaneciam a maioria dos monumentos nacionais até à década de

[83] SILVA, Henrique Gomes – *ob. cit.*, pp. 6-7.

1930. Publicados com regularidade, estes documentos [em particular os da primeira série[84]] apresentam uma estrutura com características monográficas, tendo-se elegido cada número a ilustração de uma obra de restauro de características relevantes, no âmbito das directrizes políticas do Estado Novo[85].

De um modo geral, todos os *Boletins* apresentam a mesma estruturação formal, tendo sido dado um ênfase à contextualização histórica do monumento intervencionado, seguido da descrição das operações de restauro feitas em função do estado de deterioração do imóvel. Todas as publicações apresentam ilustrações em *Desenho* e/ou *Estampa*, com definição das áreas reabilitadas descritas em pormenor. A análise desta documentação surge actualmente como uma das mais importantes ferramentas de análise do património construído, sem a qual dificilmente se poderá avaliar a real dimensão da intervenção efectuada nos monumentos nacionais.

Frontispício do *Boletim* n.º 1 da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Porto, Setembro de 1935.

[84] Os *Boletins* da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais são publicados entre 1935 e 1990 em forma de monografia, tendo em consideração a estrutura interna das primeiras edições. A partir de 1994, a DGEMN editará uma nova publicação regular com a designação de *MONUMENTOS, Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, destituída das características monográficas presentes nos *Boletins.*

[85] "Deste modo, por todo o país, com intuito, verdadeiro ou fingido, de servir a religião e o progresso, muitos foram os que disputaram ao tempo, com ufania de benfeitores, o direito de destruir ou prejudicar alguns dos nossos mais belos monumentos. Ia já adiantada a faina demolidora quando a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais foi chamada a promover, metodizar e executar a necessária obra de defesa e restauração. Uma nova actividade se desenvolveu então, à sombra do Estado, guiada pelo dever, engrandecida pelo culto da arte e da tradição, aquecida pela mais viva fé nacionalista. E é, em suma a história resumida dessa actividade, quase desconhecida ainda, que documentalmente se fará neste Boletim; não em busca de fáceis aplausos, mas sim com o desejo são, de que o país testemunhe como interessado, o esforço feito para conservação do seu património artístico e melhor avalie, pela extensão e pelo sentido desse esforço, o que é e o que vale aquilo que possui". Comunicação do Engenheiro Henrique Gomes da Silva a propósito da publicação do primeiro número do Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. SILVA, Henrique Gomes – *ob. cit*. pp. 1-2.

No primeiro número do *Boletim* da DGEMN, dedicado à análise da intervenção de restauro da Igreja de Leça do Balio, foi publicada a comunicação que o Director Geral Henrique Gomes da Silva apresentou no 1.º Congresso da União Nacional, em Maio de 1934. Ainda que este documento seja essencialmente composto por um relatório técnico, não deixa de fazer alusão aos princípios filosóficos sob os quais se regeu a acção restauradora do Estado Novo.

A prática de restauro executada pela DGEMN na sua primeira década de intervenções mostrava, segundo o seu primeiro Director Geral, a aplicação de correctas directrizes de intervenção, cuja aplicação permitiu travar o acelerado processo de deterioração em que se encontrava o património nacional no primeiro quartel do século XX. O período Moderno e Contemporâneo, nomeadamente ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII foram apontados como momentos trágicos, durante os quais se introduziram nos monumentos nacionais actualizações arquitectónicas de efeito nocivo para os objectos primitivos. A política do Estado Novo, e em particular as classes dirigentes ligadas à gestão do património nacional, consideravam ter herdado a tarefa de restabelecer o traçado primitivo dos monumentos portugueses, num ímpeto de renovação nacional de tendências visivelmente falaciosas.

Por acção da DGEMN, tornou-se necessário do ponto de vista metodológico, a execução de um estudo prévio de natureza histórica e arqueológica sobre o qual deveria assentar toda a intervenção de reabilitação efectuada nos monumentos nacionais. Esta intervenção pretendeu devolver ao património construído a sua *beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores*[86], retomando os princípios estabelecidos mas já ultrapassados no espaço europeu, da *Escola Francesa* de Viollet-Le-Duc defendidos pelos sectores católicos mais radicais.

Alheia às novas filosofias expressas na *Carta de Atenas* de 1931, a DGEMN adoptou como prática de intervenção, diversos princípios teóricos intimamente ligados com a filosofia de renovação nacional expressa pelas políticas do Estado Novo. Na verdade, apesar da ampla divulgação dos mais inócuos procedimentos de restauro no decorrer da segunda metade do século XX, os técnicos ao serviço da Direcção Geral continuaram a seguir uma filosofia de restauro integral dos monumentos. Por sucedâneo eliminaram-se elementos de épocas posteriores, com o objectivo primordial de devolver o monumento ao seu estado

[86] SILVA, Henrique Gomes – *ob. cit.*, pp. 6-7.

primitivo e original, acrescentando inclusivamente novos elementos contemporâneos de aspecto mais *pitoresco*.

Esta atitude processual, amplamente apoiada pelas instituições católicas, fundamentou a sua intervenção, tendo em consideração a atitude demasiado *profana* das intervenções oitocentistas de índole científica. De facto, o mote da *restauração integral* promovido pelos sectores católicos nacionais denunciou as intervenções prejudiciais ao culto, bem como a descaracterização das igrejas e templos, em função de critérios demasiado ambíguos. A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, motivada por políticas de carácter nacionalista, encontrou neste sector um acérrimo defensor das suas práticas de intervenção, afastando deliberada e permanentemente, grande parte dos processos técnicos conotados com práticas de restauro científico.

Este processo, vivido essencialmente nas duas primeiras décadas de vigência do Estado Novo foi sintomático do ambiente instalado em Portugal, anteriormente à assinatura da Concordata com a Santa Sé. Estas políticas de carácter nacionalista, bem como a necessidade em ressuscitar os historicismos nacionais explicam o florescimento da *Escola Francesa* de restauro no país, várias décadas após o seu abandono por grande parte das instituições patrimoniais europeias. A Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, assinada a 7 de Maio de 1940, estabeleceu a devolução à Igreja de todos os templos católicos de Portugal nacionalizados em 1834, exceptuando os imóveis classificados como monumentos nacionais ou imóveis de interesse público. Por este meio, foram estreitadas as relações entre as instituições religiosas e as entidades governamentais do Estado Novo, facto que contribui para a consolidação da implementação de práticas de intervenção de natureza nacionalista e proteccionista[87].

[87] "Sua Santidade o Sumo Pontífice e Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, dispostos a regular por mutuo acordo e de modo estável a situação jurídica da Igreja Católica em Portugal, para a paz e maior bem da Igreja e do Estado. Resolveram concluir entre si uma solene Convenção que reconheça e garanta a liberdade da Igreja e salvaguarde os legítimos interesses da Nação Portuguesa, inclusivamente no que respeita às Missões Católicas e ao Padroado do Oriente. […] Artigo VI – É reconhecida à Igreja Católica em Portugal a propriedade dos bens que anteriormente lhe pertenciam e estão ainda na posse do Estado, como templos, paços episcopais e residências paroquiais com seus passais, seminários com suas cercas, casas de institutos religiosos, paramentos, alfaias e outros objectos afectos ao culto e religião católica, salvo os que se encontrem actualmente aplicados a serviços públicos ou classificados como *monumentos nacionais* ou *imóveis de interesse público*. Os bens referidos na alínea anterior que não estejam actualmente na posse do Estado podem ser transferidos à Igreja pelos seus possuidores sem qualquer encargo de carácter fiscal, desde que o acto de transferência seja celebrado dentro do prazo de seis meses a contar da troca das ratificações desta Concordata". Sobre esta matéria veja-se *Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa* na obra de SILVA, Suzana e NABAIS, José Casalta – *ob. cit.*, pp. 15-17.

As décadas de 1930 e 1940, profícuas em intervenções de natureza reabilitativa do património construído nacional desenvolveram, por este meio, uma profunda aproximação com o modelo historicista de restauro, em moldes que se traduziram na restauração do espólio construído de natureza religiosa, profundamente interligado à formação política da nacionalidade.

Crítica às Intervenções da DGEMN

Ainda durante a vigência do Estado Novo surgiram as primeiras críticas às políticas de intervenção da DGEMN, tanto no seio da instituição como no seio da comunidade política e civil, acusando a Direcção Geral da aplicação de princípios de intervenção inadequados, pautados pela restauração de uma falsidade histórica. Um dos protagonistas do movimento crítico, o deputado Diogo Pacheco Amorim[88] assume a necessidade de manutenção da autenticidade nas intervenções patrimoniais, advertindo as instituições governamentais para o fim das práticas de falseamento e restauro estilístico, claramente desajustados face aos princípios de actuação internacionais[89].

Também no seio da própria instituição surgiram paulatinamente vozes críticas à actuação da DGEMN, personificadas pelo arquitecto e funcionário da Direcção Geral, Raul Lino[90]. Denunciou a atitude predatória do restauro estilístico efectuado em Portugal nas décadas de 1930 e 1940, bem como as *purificações* de estilo a que o património construído fora sujeito. Raul Lino manifestou-se simultaneamente contra a prática comum de destruição de todos os elementos construídos nos espaços adjacentes aos monumentos nacionais. Ainda que esta prática fosse aceite de acordo com os princípios do urbanismo modernista, cedo se verificou a descaracterização dos conjuntos construídos [frequentemente conjuntos históricos urbanos], cuja validade histórica se fazia representar essencialmente, pela comunicação existente entre o monumento principal e os demais espaços construídos na sua envolvente.

[88] Diogo Pacheco de Amorim [1888-1976] foi Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, tendo assumido as funções de deputado durante a Primeira República e no arranque do Estado Novo.

[89] Sobre esta matéria, ver BUCHO, Domingos – *Teoria e História da Conservação. Notas de investigação e textos de apoio*, dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, [versão policopiada], Universidade de Évora, 2003.

[90] Raúl Lino [1879-1974], arquitecto e chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Formado em Inglaterra e na Alemanha, Raúl Lino evidenciava um apego à ideia de enraizamento nos seus primeiros projectos, procurando uma harmonia de contornos orgânicos para a Arquitectura. Propunha um nostálgico regresso às raízes através do conceito da *Casa Portuguesa*, resistindo à descaracterização operada pela arquitectura de tendências modernistas. Sobre esta matéria veja-se PEREIRA, Paulo – «Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História», in *Intervenções no Património. Nova Política de 1995-2000*, IPPAR, Lisboa, 1997, pp. 13-23.

Como voz discordante no seio da DGEMN Raul Lino defendia, fundamentalmente, a execução de ponderadas e sensatas operações de reabilitação através das quais fosse possível valorizar a autenticidade dos elementos históricos, sem recurso a operações de descaracterização. De modo a evitar a depredação do património construído era necessário, segundo Lino, analisar soluções específicas para cada intervenção de restauro, devido à impossibilidade de delineamento de um critério de intervenção único para todos os monumentos. No caso de monumentos em abandono e em avançado estado de deterioração, o arquitecto admitia a reconstituição do edifício, tendo em consideração a disposição dos elementos arqueológicos, de modo a que pudessem ser restituídas novas funções e usos.

De acordo com estes princípios, Raul Lino aproximou-se dos princípios estabelecidos pela *Carta de Atenas*, ainda que posteriormente equacionasse a posta em prática de metodologias muito semelhantes às propostas por Viollet-Le-Duc e pela *Escola Francesa* de restauro. Na verdade, ao defender a remoção total das denominadas *excrescências* anexadas ao património construído, Lino promoveu a destruição das estratigrafias verticais presentes nos espaços históricos, necessárias à leitura científica de um edifício e à análise sequencial das estratos histórico-temporais dos seus paramentos e planimetrias[91].

Este confronto de filosofias de modelos de intervenção, dentro da própria Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e respectiva tutela,[92]atesta o facto de que, apesar de ter existido um consenso relativamente abrangente quanto aos modelos operacionais de restauro do património construído, raramente se verificou uma unanimidade na interpretação dos princípios de intervenção. A interpretação distinta dos modelos operacionais entre os distintos técnicos governamentais potenciou uma aplicação

[91] "Estes arquitectos e arqueólogos pretendiam restabelecer o estado primitivo dos edifícios, ainda que uns actuassem directamente sobre eles e outros não. […] Como era lógico aqueles arquitectos e arqueólogos estudavam o edifício como um modelo perfeito, acabado num só momento, isolado da sua sequência histórica e inclusivamente do seu local de implantação. Frente a esta postura Carandini e Harris mostram-nos que o edifício também se constrói historicamente. Esta segunda ideia completa a relação entre as duas disciplinas, oferecendo um novo conceito de construção como um processo técnico que se desenvolve no decorrer do tempo histórico, e onde possuem o mesmo valor, o arquitecto que projecta, os construtores que o edificam e os acontecimentos, naturais ou humanos, anónimos, que vivem e moldam o edifício até que este chega aos nossos dias". Tradução da nossa autoria Cf. PARENTI, Roberto – «Una visión general de la Arqueologia de la Arquitectura», in *Actas de Arqueologia de la Arquitectura. El método arqueológico aplicado al processo de estúdio y de intervención en edificios históricos*, Consejería de Educación y Cultura, Junta de Castilla y León, Burgos, 1996, pp. 13-21.

[92] A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais encontrou-se sob a tutela do Ministério das Obras Públicas (MOP) durante o período de vigência política do Estado Novo.

divergente. Verificou-se tal resultado através dos ambíguos resultados advenientes das operações de restauro promovidas pela DGEMN, pelo menos até à década de 1960.

A publicação da *Carta de Veneza* em 1964 teve como repercussão mais evidente entre nós, a organização da IX^éme^ Reunión Scientifique de L'Internationales Burgen Institut em 1969, dedicada à análise dos princípios expostos no documento de Veneza aplicáveis ao restauro de castelos e fortificações. Nesta reunião, à qual não ficou alheia a DGEMN foi feito um apelo à necessidade de respeitar o esclarecido nas *Cartas de Atenas* e *Veneza*, reconhecendo-se que a unidade estilística deveria ser afastada definitivamente como objectivo único das operações de restauro. Contrariando o modelo operacional português, os técnicos do Internationales Burgen Institut estabeleceram limites às operações de demolição do património construído, bem como diversas limitações muito restritas às possibilidades de reconstrução e reutilização de espaços com elevado valor histórico e cultural.

As recomendações operacionais publicadas após esta conferência mostram que o modelo de intervenção promovido pelas organizações governamentais do Estado Novo não ignorava de todo, a proliferação de novas e mais eficazes formas de intervenção em prática no espaço europeu desde o início do século XX. Na verdade, ainda que a crítica às actuações falaciosas da DGEMN se evidenciassem no panorama político e social nacional e internacional – sendo a IX^éme^ Reunión Scientifique de 1969, uma prova disso mesmo –, na prática, as recomendações internacionais não surtiram qualquer efeito.

Ainda que os técnicos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais tenham subscrito os princípios constantes do documento resultante desta reunião, foram mantidas as mesmas filosofias de intervenção, no âmbito do restauro integral dos monumentos. Mesmo depois da década de 1960, continuaram a ser eliminados elementos considerados supérfluos para o objecto em restauro, com o intuito de restituir o património construído ao seu estado primitivo de construção. Tais eram os ditames pretendidos pela política de renovação nacional do regime salazarista, cujo percurso somente foi invertido após o 25 de Abril de 1974.

A partir da década de 1970, o historicismo pelo qual se regiam os modelos de intervenção do Estado Novo foi progressivamente abandonado, a par do movimento político revolucionário em curso. Com esta viragem sócio-política, acentuou-se a recusa dos modelos tradicionalistas aplicáveis até então às operações de reabilitação patrimonial,

criando-se terreno para a plena aplicação dos princípios expostos nas *Cartas de Atenas* e *Veneza*[93].

3.4. Restauro do castelo de Alter do Chão: alterações arquitectónicas

As primeiras intervenções operadas pela DGEMN no castelo medieval da vila de Alter do Chão datam de 1955, tendo sido seguidas por novas intervenções de restauro operadas respectivamente em 1968 e 1977. Dada a escassez de documentação gráfica e documental relativa ao estado da construção patente nas primeiras décadas do século XX, foram tidos em consideração na presente análise, as descrições e relatos apresentados por Luís Keil[94] (1943) e Rafael Salinas Calado[95] (1948).

Período prévio às intervenções da DGEMN

Segundo tais investigadores, o castelo de Alter do Chão apresentava, até à década de 1950, uma planimetria de traçado quadrangular flanqueada por cinco torres, à semelhança do presente traçado. A Porta da Vila, entrada principal da fortificação, encontrava-se entaipada, sendo a acesso ao castelo realizado através de uma passagem aberta no paramento nordeste, dotada de um portão aqui colocado em período não determinado.

[93] "A esta ideologização da obra nova (durante o Estado Novo) correspondeu historicamente, a reintegração dos monumentos, que mais não foi do que a sua reconstrução estilística. Em ambos os sectores da arquitectura há falta de verdade, de autenticidade. […] Se quisermos marcar uma década a partir da qual, quer a arquitectura nova oficial, quer a intervenção nos monumentos descolam dos rígidos ditames políticos impostos pelo regime, essa década é a de sessenta, se bem que o arejamento seja mais evidentes na obra nova. É que, a uma maior liberdade criativa nas obras do Estado e da Igreja, não correspondeu mecanicamente, uma intervenção mais lúcida nos monumentos". Sobre esta matéria, veja-se BUCHO, Domingos – *ob. cit.*, pp. 208-209.

[94] KEIL, Luís – *ob. cit.*, pp. 3-4.

[95] CALADO, Rafael Salinas – *ob. cit.*, p. 5.

Passagem aberta no pano de muralha nordeste do castelo de Alter do Chão na década de 1940. À direita, a mesma passagem já após a primeira intervenção da DGEMN em 1955. (Fotos: Arquivo da DGEMN).

As muralhas apresentavam-se de uma forma genérica algo alteradas, não existindo já ameias no pano nordeste, demonstrando um acelerado estado de deterioração nos conjuntos ameados das distintas torres. Já a muralha noroeste com ligação à torre de menagem, apresentava uma altura muito superior às demais, neste período, com a presença de duas janelas abertas no pano vertical.

No vértice sul da fortificação seria anexado um lavadouro municipal, numa disposição que impedia o acesso exterior directo à muralha nordeste, torre de menagem e Porta da Traição. Esta construção aparentemente desconexa foi anexada à torre porta, estendendo-se para sul em direcção à praça central da vila. No interior do recinto, na denominada praça d'Armas, proliferou até à década de 1940 a construção de natureza contemporânea, cuja presença afectaria a preservação dos paramentos internos da estrutura fortificada.

Celeiro e oficina de carpintaria construídos no interior do recinto do castelo nas primeiras décadas do século XX. À direita, disposição do lavadouro municipal na década de 1950.
(Fotos: Arquivo da DGEMN).

A cisterna, disposta no centro do pátio interior do castelo, encontrou-se entulhada até à primeira operação de restauro da fortificação, não existindo quaisquer vestígios do poço que lhe dá acesso, anteriormente à intervenção da DGEMN. Ainda no interior do recinto, destacava-se a imponência do edifício da alcaidaria apresentando este, uma estrutura distribuída por um amplo piso térreo e dois distintos níveis superiores acessíveis por uma escadaria externa. Os três níveis da alcaidaria seriam dotados de tecto em abóbada, com descarga para a ampla fachada, apoiada no exterior por três contrafortes.

De acordo com Rafael Salinas Calado, o rés-do-chão do edifício encontrava-se dividido a meio pela parede mestra do edifício, comunicando as duas áreas através de uma pequena porta. Ambas as divisões apresentavam inúmeros vãos de portas e janelas abertas para o pátio, bem como umas escadas de acesso ao primeiro andar da alcaidaria. O primeiro andar mantinha, aparentemente, as suas proporções primitivas e conservava uma porta de características semelhantes à da entrada principal do nível térreo. O segundo andar era constituído, de acordo com o investigador, por uma amplo salão nobre dotado de uma chaminé de grandes dimensões, com ligação directa para a torre de menagem, torre norte e adarves nordeste e noroeste.

Fachada do edifício da alcaidaria com presença de inúmeros vãos abertos para o exterior. À direita, disposição interna da alcaidaria, após derrocada dos pavimentos superiores. Data não definida. (Fotos: Arquivo da DGEMN).

Restauro do castelo pela DGEMN

Dado o avançado estado de deterioração do castelo de Alter do Chão foi elaborado um primeiro projecto de reabilitação pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 1938[96]. O projecto, cuja elaboração se desenvolveu entre 1936 e 1938, contemplava a execução de um conjunto de operações de restauro, a executar por conta do proprietário do imóvel[97].

De um modo geral, o processo de reabilitação então elaborado previu a demolição das construções existentes no pátio interior e que obstruíam grande parte da praça d'armas, bem como a reconstrução e restauro das diversas escadas existentes, ameias e adarves. Estava contemplada igualmente a reconstrução dos panos nordeste e sudeste da muralha onde se encontravam abertos novos vãos, a desobstrução das diversas janelas do edifício da alcaidaria e a reabertura da porta da vila, cujo acesso se encontrava entaipado[98]. Com o objectivo de isolar o monumento das demais construções, entretanto anexadas, foi também analisada a possibilidade de compra de todos os edifícios adjacentes, nomeadamente o palacete situado a norte da fortificação e lavadouro público, implantado a sul da estrutura.

[96] *Ordem de Serviço n.º 866*, de 20 de Julho de 1936. *Processo Administrativo,* n.º PT 041 201 010 001 Arquivo da DGEMN, Sacavém.

[97] Em 1892, o castelo da vila de Alter do Chão foi vendido à família de José Barahona Caldeira de Castel-Branco Cordovil, que o manteve na sua posse até 1940.

[98] *Memória Descritiva do Projecto de 1938*, datado de 27 de Abril de 1938. *Processo Administrativo,* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

O elevado orçamento deste primeiro projecto não permitiu a execução das obras por parte da família proprietária sendo, apresentada como consequência, uma proposta de venda do imóvel com um valor aproximado de 70 000 escudos[99]. Face a esta situação, o castelo de Alter do Chão não contou com quaisquer operações de reabilitação, tendo o seu estado de ruína sido agravado após a sua compra em 1942 pela Casa Agrícola de Francisco Manuel Pina & Irmãs.

Segundo a descrição de Rafael Salinas Calado com a mudança de propriedade, o castelo passou a ser utilizado como lagar e oficina, sendo a alcaidaria utilizada como albergaria. O uso inadequado da estrutura da fortificação contribuiu para que o estado latente de ruína do conjunto monumental fosse agravada, processo ao qual não ficou alheia a opinião pública local e institucional[100].

Com o agravamento do estado do imóvel – cuja deterioração contrariava a política de restauro nacional com clara preferência para a reabilitação de monumentos medievais[101] – a DGEMN elaborou um novo projecto de intervenção, desta vez por ordem da Direcção Geral da Fazenda Pública, Repartição do Património[102]. Este projecto, datado de 1946,[103] possuía muitas semelhanças com a proposta inicial, encontrando novos entraves à sua execução, devido à inexistência de verbas que assegurassem a execução das operações de reabilitação. Ainda que os proprietários tenham sido compelidos à execução dos projectos elaborados pela DGEMN, por parte da Direcção Geral da Fazenda Pública e Câmara Municipal de Alter do Chão, não foi possível até à década de 1950 pôr em prática qualquer acção de salvaguarda ao monumento.

A venda do imóvel pela Casa Agrícola de Francisco Manuel Pina à Fundação Casa de Bragança em 1954[104] determinará, finalmente, a possibilidade de intervenção no

[99] *Ofício n.º 47*, da 3.ª Secção da Repartição Técnica de Évora, 13 Março de 1939. *Processo Administrativo,* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

[100] Veja-se alerta de ruína exposto pela Instituição da Casa do Alentejo em Março de 1943 e dirigido ao Ministério das Obras Públicas. *Ofício da Casa do Alentejo* de 23 Março de 1943. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

[101] *Comunicação n.º 181*, de 1 de Maio de 1944. *Processo Administrativo,* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

[102] *Comunicação n.º 28*, de 7 de Fevereiro de 1946. *Processo Administrativo,* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

[103] *Memória Descritiva do Projecto de 1946*, de 28 de Janeiro de 1946. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

[104] *Ofício da Fundação Casa de Bragança n.º 2940* ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 17 de Setembro de 1954. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

monumento. O projecto de recuperação do castelo, elaborado em 1954[105] – um ano previamente à compra da Casa de Bragança –, apresenta as mesmas propostas de 1938 e 1946, contando com um orçamento mais baixo em relação aos precedentes. De acordo com o exposto em *Memoria Descritiva*[106], o novo proprietário do imóvel deveria assegurar o financiamento de todos os trabalhos de reconstrução e restauro, sendo o processo técnico de reabilitação acompanhado em permanência por técnicos da DGEMN.

O novo projecto refere, com particular ênfase, o avançado estado de abandono e ruína em que se encontrava a estrutura fortificada à época de elaboração do plano de intervenção, lamentando simultaneamente a existência de construções descaracterizadoras no interior do recinto amuralhando e realçando a necessidade da sua demolição. O plano propunha a reabilitação do primitivo estado de implantação do castelo, pela remoção do lavadouro público e demais estruturas anexadas ao castelo, tendo sido abandonada a proposta de compra para posterior demolição, dos edifícios adjacentes ao sector norte da fortificação.

De um modo geral, o projecto de reabilitação de 1954 posto em prática em 1955, contemplou as seguintes operações:

– Demolição do lavadouro municipal anexado ao monumento entre o torreão sul e a porta da vila, principal entrada para o castelo;

– Reparação e reconstrução das ameias das torres e dos panos de muralha;

– Demolição e remoção de todos os elementos construtivos erguidos no pátio interior;

– Demolição interna de todos os elementos descaracterizadores construídos no edifício da alcaidaria, à excepção da abóbada de berço do piso térreo;

– Substituição da conduta de água do lavadouro implantada junto da porta da vila e desobstrução da mesma;

– Consolidação e reparação dos paramentos exteriores dos panos de muralhas e limpeza geral para remoção de entulhos e vegetação intrusiva;

– Demolição e remoção do alpendre exterior, erguido e adossado ao pano de muralha sudoeste, entre o lavadouro municipal e a torre de menagem;

[105] *Comunicação n.º 32*, de 19 de Janeiro de 1954. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

[106] Excerto da *Memória Descritiva do Projecto de 1955,* de 1 de Outubro de 1955. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

– Construção e colocação de uma nova porta na entrada principal do castelo;

– Regularização dos pavimentos, em particular nos adarves ou caminhos de ronda, degraus de escadas e pátio interno;

O plano executado previa ainda a utilização de técnicas e materiais de construção tradicionais, semelhantes aos existentes no objecto de intervenção. Ainda que não existam referências aos materiais ligantes, deverá ter sido utilizado um material de argamassa de cal de características similares às preexistentes. Para a cobertura previu-se a utilização de telha de canudo, apoiada por uma estrutura de madeira de pinho (asnas, frechais, madres, forro, ripas), a edificar de acordo com a tradição construtiva portuguesa.

De acordo com a informação divulgada pela DGEMN no seu inventário patrimonial, o castelo de Alter do Chão registou uma série de operações de reabilitação no seguimento do projecto posto em marcha em 1955. Regista-se a execução de uma série de novos trabalhos na fortificação entre 1966 e 1968, de onde se destacam as seguintes medidas:

– Reconstrução do pano de muralha nordeste, com eliminação do vão aí aberto em data não determinada;

– Reconstrução de pequenos troços de ameias na muralha nordeste, na torre de menagem e torre norte;

– Construção de um poço de forma quadrangular em torno da boca da cisterna existente no pátio interior.

De acordo com a mesma fonte, ficaram por executar do projecto de 1954 as seguintes obras:

– Reconstrução do acesso dos adarves à torre de menagem e torre norte:

– Reconstrução do coruchéu sobre o cubelo sul

Abandonadas as obras de reabilitação do castelo, cuja intervenção permitiu travar o seu acelerado processo de decaimento, a estrutura ficaria sob a administração da Casa de Bragança que, na década de 1970, veio a apelar à DGEMN para a realização de novos trabalhos. Os trabalhos de demolição do lavadouro municipal adossado ao castelo e a abertura do novo arruamento no seu lugar [com ligação à Avenida Padre José Agostinho

Rodrigues provocou um impacto negativo na estrutura da fortificação, traduzido no assentamento das fundações do cubelo sul e fendilhação dos panos de muralhas adjacentes.

Dada esta situação a Direcção dos Monumentos do Sul – antiga 3.ª Secção da Repartição Técnica, reorganizada em 1970 com sede em Évora –, elaborou um novo projecto de intervenção em 1972, cuja execução só seria iniciada, em 1977 pelo valor de 135 200 escudos[107]. Com a execução deste plano de intervenção – que se revestiu de um carácter de emergência dada a precariedade de alguns elementos estruturais da fortaleza – foram postas em prática sobretudo medidas de minimização, sem que tivesse sido equacionada qualquer operação de restauro. O projecto de 1972 pretendeu, deste modo, manter os elementos reconstruídos pelo projecto de 1954, sem que fosse contemplada qualquer operação de reconstrução. Na verdade, a reconstrução do coruchéu[108] do cubelo ou torreão circular sul, previsto na década de 1950, nunca foi executada, tendo a intervenção da DGEMN sido limitada à manutenção dos elementos deteriorados[109].

De acordo com a informação divulgada pela DGEMN no seu inventário patrimonial, o castelo de Alter do Chão foi alvo de novas medidas de reabilitação em 1977, de onde se destacam as seguintes operações:

– Reconstrução do cubelo sul e impermeabilização do seu eirado;

– Restauro de um pequeno troço da muralha sudeste;

Reconstrução do cubelo sul de acordo com o projecto de 1972. Data não definida.
(Fotos: Arquivo da DGEMN).

[107] *Memória Descritiva* e *Excerto do Orçamento do Projecto de Restauro*, 9 de Março de 1977. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

[108] Denomina-se "Coruchéu" o Remate piramidal ou cónico de uma torre ou campanário.

[109] *Ofício 172*, respeitante ao projecto de 1977, de 12 de Abril de 1977. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

O torreão foi restaurado sob o ponto de vista estrutural, bem como um pequeno troço de muralha a ele adossado, onde se encontravam fendas de grandes dimensões, com óbvio prejuízo para todo o pano amuralhado. Estes elementos foram consolidados com o emprego de betão armado, ainda que as alvenarias e argamassas se assemelhassem aos materiais preexistentes, numa tentativa de manter o aspecto primitivo dos paramentos da fortificação.

Genericamente os distintos planos de intervenção projectados e executados no castelo de Alter do Chão tiveram como base, trabalhos de demolição, de desobstrução, limpeza e reconstrução, que em simultâneo procuraram travar o avançado processo de deterioração a que a fortificação medieval tinha chegado.

Operações de Demolição

Relativamente às operações de demolição, executadas essencialmente pelo projecto de 1954, salienta-se a remoção de todos os elementos construtivos erguidos no pátio interior, que aludindo às suas características, em nada se compatibilizavam com a estrutura envolvente. Estas medidas coadunam-se na verdade, com os modelos actuais de restauro, posto que as construções *abarracadas* aí erguidas ao longo do século XX impediam a leitura do monumento. Ainda assim, a desobstrução da praça d'Armas do castelo deveria ter sido acompanhada pela análise arqueológica do substrato de implantação dos edifícios anexos, visto que se desconhece a existência de outras construções internas, cujas fundações poderão ter servido de base às construções contemporâneas.

As operações de demolição interna de todos os elementos descaracterizadores construídos no edifício da alcaidaria terão sido algo precipitadas, a nosso ver, em virtude da inexistência de qualquer estudo histórico-arquitectónico prévio à sua execução. A manutenção da abóbada de berço do piso térreo [tida como elemento original] ficou desprotegida com a eliminação da estrutura interna dos pisos superiores, não tendo sido empregue qualquer medida de contenção para a sua preservação. Ou seja, as operações de demolição da alcaidaria acabaram por promover a simples remoção de todos os elementos considerados supérfluos, sem que o edifício fosse previamente analisado de acordo com os princípios da arqueologia vertical.

Operações de Limpeza e Desobstrução

A desobstrução e limpeza de alguns elementos internos do castelo enquadra-se paralelamente, nas actuais concepções de restauro, tendo sido visadas essencialmente as portas da vila e da traição ou porta dos cavalos. Estas intervenções foram necessárias à

restituição da funcionalidade do castelo, sem que tivessem sido alterados quaisquer panos de alvenaria dos seus vãos.

A operação de limpeza da cisterna existente no pátio interior é também uma operação aceitável, sendo questionável porém, a reconstrução ou construção do poço que lhe dá acesso. Desta estrutura, construída entre 1966 e 1968, não existe qualquer registo documental ou arqueológico, sendo absolutamente dispensável a sua construção, bem como a implantação consequente de ferragens sobre a boca do poço, à semelhança das cisternas medievais.

Poço em alvenaria construído entre 1966 e 1968 e pormenor das ferragens dispostas sobre a estrutura (Fotos: S. Dias).

Os trabalhos de limpeza centraram-se essencialmente na geral remoção de entulhos, tanto resultantes das operações de reabilitação, como os acumulados ao longo do dilatado período de deterioração do castelo. A vegetação intrusiva foi também removida, sem que seja possível saber se foram utilizados quaisquer biocidas, que prevenissem o seu reaparecimento. No exterior do castelo também se registou uma operação de limpeza da vegetação, de modo a que pudesse ser permitida a leitura do espaço arquitectónico.

Operações de Reconstrução

No campo das operações de reconstrução – de análise mais ambígua por inerência aos actuais parâmetros de intervenção –, regista-se a reparação e reconstrução das ameias das torres e dos panos de muralha, tanto no projecto de 1954, como nas intervenções de 1966 e 1968. Do projecto de 1972 evidencia-se essencialmente a reconstrução do torreão circular ou cubelo sul, sem esquecer a consolidação de um pequeno troço da muralha sudeste.

A construção integral de elementos já desaparecidos, ainda que desses vestígios exista alguma documentação, será sempre considerada uma operação altamente

questionável[110]. O restauro efectuado no castelo de Alter do Chão assumiu a reconstrução de conjuntos de ameias tanto nos adarves, como nos distintos torreões, sem que se tivesse conhecimento das suas reais formas e proporções. Foram tomadas como exemplo as poucas ameias existentes, dotando-se os caminhos de ronda e adarves de ameias paralelipipédicas de corpo simples, sendo a torre de menagem e torre norte dotadas de ameias com remate piramidal.

Mesmo que existisse documentação gráfica que ilustrasse estes elementos, o restauro efectuado deveria sempre ter contemplado a aplicação de matérias distintos, mas compatíveis, na sua reconstrução. Esta aplicação permitiria reconhecer o objecto novo em relação ao objecto primitivo, facilitando a sua diferenciação e consequente interpretação.

Ainda que de uma forma geral os distintos projectos de reabilitação do castelo de Alter do Chão tenham respeitado os princípios teóricos das *Cartas de Atenas* e *Veneza*, verificou-se uma clara preferência pela adopção de metodologias de restauro estilístico, expressas sobretudo pela reconstrução dos conjuntos ameados da fortificação. Na sua procura pela unidade estilística, a DGEMN encetou também uma série de operações de demolição, hoje consideradas precipitadas e algo abusivas, com o objectivo de reabilitar a unidade construtiva que tradicionalmente teria existido no castelo.

A ausência de análises prévias de natureza arqueológica, debruçada quer sobre o estrato horizontal quer sobre os estratos verticais, impossibilitou a leitura do espaço construído, dificultando extraordinariamente a interpretação da dinâmica existente entre os vários elementos que constituem actualmente o conjunto edificado. A homogeneização existente entre os elementos reconstruídos e os elementos originais advém da inexistência de distinção entre a obra nova face ao preexistente, de modo a possibilitar a reconstrução formal primitiva da fortificação, *condenável* segundo os princípios de restauro internacionais.

Apesar de a DGEMN se encontrar ciente da existência de modernas práticas de restauro um pouco por toda a Europa Ocidental, foi mantido durante todo o Estado Novo um modelo autocrático de intervenção, que só em casos muito díspares considerou a

[110] "Reconstrução é, conforme o próprio nome indica, a acção de construir de novo uma edificação, ou parte dela, que se encontre destruída ou em risco de destruição. Este tipo de acção pode ser aceitável em casos especiais, designadamente os seguintes: edificações destruídas por cataclismos (sismos, incêndios, cheias) edificações que estejam na eminência de serem destruídas […] ou ruínas arqueológicas, dentro dos limites fixados pelo conceito de anastilose. Todos os casos referidos anteriormente devem ser baseados em evidências históricas indiscutíveis. Em qualquer outras circunstâncias, a reconstrução de toda ou de parte duma edificação histórica é inaceitável". HENRIQUES, Fernando – *ob. cit.*, pp. 3-4.

adopção de equipas multidisciplinares de investigação. O acompanhamento científico deficiente e a inexistência de planos concertados de uso, fruição e gestão destes espaços possibilitou a descaracterização de grande parte dos edifícios intervencionados, com prejuízo para as comunidades, não sendo o castelo de Alter do Chão, a excepção à regra generalizada.

Capítulo IV

Projecto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão: Patologias e Reabilitação

4.1. Estratégias e metodologias de intervenção

Critérios de Intervenção

A reabilitação do património construído exige a execução de um profundo trabalho de análise, anteriormente à intervenção em qualquer espaço de reconhecido valor histórico-cultural. Esta perspectiva resulta da necessidade de investigação das possibilidades de adaptação dos edifícios a novos usos e funções, bem como da sua interacção com o seu indissociável espaço de implantação. O conceito de reabilitação aplicado a um monumento [neste caso uma fortificação medieval], pressupõe a preservação da memória do local, com óbvia manutenção do seu contexto histórico e social. Dado este pressuposto, torna-se necessária a aplicação de correctas metodologias de intervenção de modo a que se possa permitir uma futura fruição do monumento original, reabilitado por processos adequados e respeitadores.

A evolução dos espaços urbanizados e dos comportamentos humanos a ela associados implicam a adopção de medidas muito concretas que possibilitem a recuperação do património construído, paulatinamente gasto pela acção do tempo. As transformações decorrentes de um projecto desta natureza deverão garantir, por consequência, a perenidade do objecto restaurado sem que se registem colisões estéticas ou estruturais com as características físicas do espaço de implantação ou com a memória histórica do mesmo.

A intervenção reabilitativa em património construído não deverá restringir-se somente à execução de medidas de contenção e restauro dos elementos construídos, sendo imperativo delinear um plano de uso dos espaços, de modo a que seja assegurada a continuidade do edifício, tornando efectiva a sua manutenção e durabilidade.

As intervenções contemporâneas em espaços erguidos com técnicas de construção tradicionais devem ser compatibilizadas, tendo em consideração as especificidades de cada elemento patrimonial. A construção tradicional, num sentido genérico, resulta de uma conjunto de características geo-climáticas associadas a modelos sócio-culturais, intimamente dependentes da disponibilidade de materiais existentes na natureza. Este facto transporta

consigo uma série de patologias e problemáticas específicas, com as quais a prática construtiva contemporânea entra frequentemente em confronto. Deste confronto resulta regularmente a execução de projectos de reabilitação inadequados, altamente descaracterizadores para o objecto em restauro.

Neste sentido, e tendo em consideração os princípios de intervenção propostos pelas diversas Cartas e Recomendações internacionais, tem vindo a ser procurado um equilíbrio entre as componentes e funcionalidades da construção moderna, com a necessidade de reabilitação dos espaços tradicionais preexistentes. Este equilíbrio, traduzido pelas *boas práticas* de restauro, terá como objectivo permanente a recuperação contemporânea dos espaços, sem que seja posto em risco o valor cultural dos elementos construídos.

O conhecimento rigoroso dos edifícios e dos processos construtivos tradicionais que estes apresentam deverá constituir a base de qualquer projecto de intervenção para que seja possível por em prática um bom plano de restauro e conservação. A recuperação patrimonial de edifícios com estas características necessita necessariamente da aplicação de materiais e técnicas tradicionais adequadas, sendo a sua aplicação uma garantia de continuidade. A sua utilização, combinada com materiais e técnicas modernas, deverá ser totalmente compatível, sem que sejam admissíveis metodologias de aplicação irreversível.

Parâmetros de Intervenção no Projecto de Alter do Chão

De um modo geral, os parâmetros de intervenção admissíveis para este tipo de intervenção – e que formam aplicados de forma exemplar no projecto de reabilitação do castelo medieval de Alter do Chão –, devem procurar a total compatibilidade com o elemento preexistente, limitando a acção restauradora a um mínimo de acções indispensáveis.

O projecto visado na presente análise, realizado no decurso do ano de 2006 e primeiro semestre de 2007, condicionou a sua execução aos seguintes parâmetros:

– Utilização permanente de técnicas de construção tradicionais;

– Utilização de soluções técnicas não intrusivas e totalmente reversíveis;

– Manutenção das características formais do edifício fortificado, sem adição ou subtracção de qualquer elemento construtivo descaracterizador;

– Utilização de materiais modernos compatíveis com a construção tradicional;

– Reaproveitamento de elementos construtivos originais no restauro, sem recurso a reproduções de simulação ou *pastiche* (elementos pétreos reaproveitados);

– Atribuição prévia de uma funcionalidade, totalmente compatível com o edifício histórico (Museu e Casa de Cultura);
– Adequação da envolvente do edifício reabilitado de acordo com a tradição do local de implantação;
– Manutenção e durabilidade do objecto restaurado, assegurada pela execução de projectos pluridisciplinares das entidades tutelares (Câmara Municipal de Alter do Chão e Fundação Casa de Bragança).

Tornou-se fundamental para o sucesso do projecto, estudar um conjunto de medidas preventivas que acautelassem a execução de um bom restauro e da posterior função a atribuir ao objecto restaurado. A contribuição de técnicos de distintas especialidades como a Engenharia Civil, Arquitectura, Arqueologia, Arquitectura Paisagística e Museologia tornou-se fundamental, não condicionando a intervenção ao conhecimento de um único técnico supervisor.

A interdisciplinaridade existente – contemplada aliás, no enquadramento jurídico deste tipo de operações –, permitiu a pacífica reabilitação de um espaço há muito deteriorado, tendo o objecto final servido de exemplo para uma correcta prática de restauro do património construído.

4.2. Intervenção arqueológica

Foram promovidos trabalhos de Arqueologia preventiva e acompanhamento arqueológico das intervenções de restauro e conservação do castelo de Alter do Chão com o objectivo directo de se reduzirem ao máximo os danos patrimoniais passíveis de ocorrência sobre estruturas ou materiais de interesse histórico e arqueológico, no decorrer do processo reabilitativo da fortificação medieval[111].

As intervenções ao nível do subsolo nas áreas do piso térreo constituíram uma das maiores alterações no interior do complexo edificado. Este processo foi traduzido na

[111] O acompanhamento de todos os trabalhos esteve sob a nossa direcção e para a empresa *ARKEOHABILIS – Arqueologia e Paisagem Lda.* A presente informação consta do relatório final de trabalhos arqueológicos apresentado em 2006 ao Instituto Português de Arqueologia. A empreitada na qual estes trabalhos se inserem foi promovida pela Câmara Municipal de Alter do Chão e a Fundação Casa de Bragança, estando a sua execução a cargo da empresa de construção *DOLMEN – Engenharia Civil, Lda.*

remoção de vários níveis de enchimento, dispostos um pouco por toda a área de intervenção. Ainda que não tenha sido encontrado qualquer bem móvel arqueológico de relevância, foi realizado um acompanhamento arqueológico de todos os trabalhos de remoção de terras, passíveis de ocultarem um qualquer elemento digno de relevo, bem como dos trabalhos de remodelação efectuados sobre os paramentos e estratos verticais do edifício militar.

Como geralmente se observa em praticamente todos os edifícios históricos degradados e destinados a usos diferenciados, também no castelo da vila de Alter do Chão esteve-se perante um caso de reabilitação e reconversão do espaço, onde foi necessário o sacrifício de alguns elementos construtivos não originais: pavimentos, rebocos e argamassas, de modo a reabilitar toda a estrutura.

Os trabalhos de acompanhamento do processo de abertura de valas, bem como a escavação arqueológica no interior do edifício da alcaidaria, possuíram como objectivo a identificação e registo de todas as evidências materiais encontradas durante a execução dos trabalhos da empreitada, bem como a minimização de danos provocados pelos mesmos.

No decorrer do projecto foram realizados trabalhos de acompanhamento científico, cuja metodologia se traduziu na observação sistemática e registo de todos os trabalhos de demolição e remoção de terras efectuados no local. A escavação propriamente dita, realizada através de processos mecânicos e manuais, seguiu um método definido no local e que consistiu na remoção de terra por níveis artificiais de espessura não predeterminada, seguindo as necessidades impostas pelo projecto de execução. Através deste processo foi possível registar os contornos dos terrenos interiores do castelo, com identificação constante de níveis de entulhos e enchimentos estéreis, cuja formação resultou claramente dos diversos processos de construção invasiva operados no local.

Refira-se que no âmbito da minimização de impactes sobre o espaço edificado – e dada a complementaridade necessariamente existente entre os estratos negativos e o espaço vertical –, a equipa de arqueologia procedeu ainda a um acompanhamento das seguintes operações:

– Desmatação e limpeza de pavimentos no pátio central do castelo;

– Limpeza dos adarves, eirados e escadas;

– Remoção de vegetação infestante existente nos paramentos exteriores;

– Reparação dos rebocos originais em paredes e tectos.

Sondagens Arqueológicas

A intervenção arqueológica recorreu, numa primeira fase, à implantação de duas unidades de trabalho do interior do edifício da alcaidaria, de modo a realizar o registo arqueológico das estruturas aí identificadas após a remoção do pavimento de circulação. O acompanhamento desta operação, bem como a abertura de sondagens arqueológicas, permitiu a identificação de dois elementos construtivos nas duas salas do piso térreo, caracterizados por uma implantação distinta da estrutura vertical envolvente.

A primeira sondagem ou unidade de trabalho, implantada no extremo norte da sala da alcaidaria, contou com as dimensões de 1,50 x 0,50 m. Após a remoção do pavimento contemporâneo foi identificada uma fracção de muro, em elevado estado de deterioração, cuja função não pôde ser determinada com exactidão. Trata-se de um murete com cerca de 0,60 metros de espessura e com o comprimento máximo de 1,90 metros. É composto por um aparelho irregular de silharia agregada por argamassas de cal e areias finas, possivelmente anexado a um qualquer outro elemento construtivo interno, de origem não determinada.

Na sala seguinte – de acesso pela porta da traição, junto às fundações da torre de menagem –, foi identificada um murete semelhante, ainda que de menores dimensões, com presença de um aparelho e ligantes em tudo idênticos à estrutura anterior. Trata-se de um muro, provavelmente fundacional, com 0,50 metros de espessura e 1,50 metros de comprimento. Tal como na unidade de trabalho anterior, esta estrutura parece ter pertencido a um desaparecido núcleo construtivo interior, cuja compartimentação e interacção no espaço não pôde ser inteiramente caracterizada.

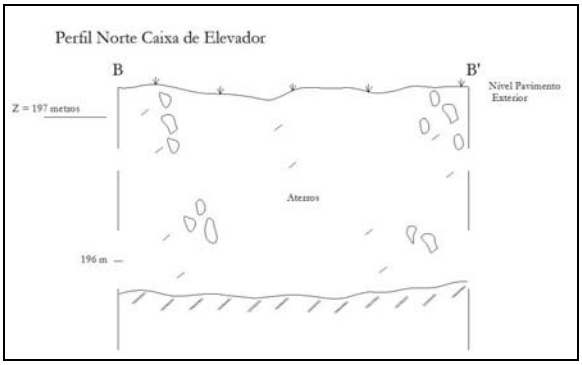
Estruturas 1 e 2 em alvenaria de pedra, encontradas respectivamente no sector oriental e ocidental do piso térreo da alcaidaria do castelo de Alter do Chão. (Fotos: S. Dias).

Após a realização deste registo não foi possível identificar qualquer outro indício da presença de estruturas ou níveis arqueológicos de relevância. Refira-se ainda que, atendendo à minimização dos impactes sobre o património foi possível conservar *in situ* as estruturas referenciadas, tendo sido realizado para este efeito, um ligeiro alteamento das cotas do pavimento previsto pelo projecto de reabilitação. Esta operação permitiu a *sobrevivência* dos antigos estratos, sem qualquer prejuízo para a nova estrutura projectada ou para uma qualquer investigação a realizar por gerações futuras. Os elementos referenciados foram devidamente selados com a utilização de uma manta geotêxtil, preservando por este meio todos os níveis arqueológicos dispostos abaixo da cota de intervenção.

Acompanhamento Arqueológico

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico da empreitada de reabilitação da fortaleza tiveram essencialmente como alvo o processo de abertura do sistema de valas localizado no exterior do edifício da alcaidaria. Esta operação destinou-se à instalação de um elevador de acesso aos pisos superiores do conjunto edificado, bem como à implantação de redes de electricidade e rega.

A construção da caixa do elevador exterior recorreu à abertura de uma vala de 2,60 m de comprimento por 2,40 m de largura, com uma profundidade de 1,50 metros em relação ao nível de circulação do pátio d'Armas. Sob o ponto de vista estratigráfico, verificou-se que os níveis intervencionados se compunham essencialmente por aterros e enchimento de espessura variável, sendo as terras compostas maioritariamente por camadas de entulhos, com espessuras superiores a 0,50 metros. Sob estes estratos, pôde ser identificado parte do aparelho de silharia que compõe a fundação do edifício da alcaidaria. Estes elementos encontram-se apoiados nos níveis geológicos subsequentes, cujos contornos não puderam ser totalmente delimitados.



Perfil norte da caixa de elevador segundo o registo do relatório final de trabalhos arqueológicos. (Desenho: S. Dias).

A colocação da rede de cabos de condução de electricidade, recorreu à abertura de um conjunto de valas com aproximadamente 0,40 a 0,50 metros de largura e com profundidades oscilantes entre os 0,50 e 1,20 metros em relação aos níveis de circulação envolventes. Sob o ponto de vista estratigráfico, verificou-se que também nestes espaços, os estratos de deposição se compõem essencialmente por aterros de espessura variável, sendo os sedimentos compostos maioritariamente por entulhos e material de construção muito fragmentado, sem presença de materiais de natureza arqueológica.

Em áreas muito circunscritas no interior e exterior do recinto, puderam ser identificados alguns vestígios de construção, com cronologias e características aparentemente díspares. Ainda que estas unidades pudessem vir a revelar algum potencial, não foi possível, dada a limitação do projecto de intervenção, registar e delimitar os limites planimétricos totais de qualquer uma dessas estruturas.

A primeira das unidades arqueológicas identificada durante o processo de abertura de valas de iluminação, encontrou-se implantada no exterior do castelo, junto do torreão circular sul do castelo em níveis muito superficiais. A estrutura – pertencente ao lavadouro municipal destruído na década de 1960 pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais –, encontra-se parcialmente adossada ao pano amuralhado sudoeste da fortificação, aproveitando o declive existente entre a sua plataforma de implantação e o arruamento adjacente. As estruturas postas a descoberto não foram danificadas pelo processo de escavação, tendo sido realizado um registo planimétrico das unidades construídas, com posterior isolamento de todos os elementos identificados.

Escavação de valas para rede de iluminação junto à fachada sudoeste do castelo, com descoberta de estrutura pertencente ao lavadouro municipal, destruído na década de 1960. (Fotos: S. Dias).

A aproximadamente 2 metros do torreão sul, numa vala perpendicular ao pano de muralha ocidental da fortificação, foi identificada uma segunda estrutura, cujos limites tão-pouco foram totalmente delimitados. Trata-se de um murete com cerca de 0,50 metros de espessura, constituído por um rude aparelho de alvenaria de pedra e argamassas de cal, disposto perpendicularmente à disposição das valas de iluminação.

A proximidade de um sumidouro de águas de época moderna junto desta estrutura, parece indicar que a mesma se relacionará com um qualquer sistema de condução de águas, claramente orientado para oeste em função do declive natural da plataforma. A escassa área escavada em torno da estrutura, bem como a pequena secção da mesma posta a descoberto não permitiu, todavia, a confirmação da sua funcionalidade primitiva ou da sua correlação com o espaço fortificado adjacente.

Escavação de valas para rede de iluminação junto do torreão sul, com identificação parcial de um possível sistema de canalização. (Fotos: S. Dias).

No pátio interior do castelo foram realizados trabalhos de escavação mecânica a profundidades que não ultrapassaram os 0,50 metros de profundidade. Os trabalhos realizados no interior do monumento não permitiram a identificação de qualquer estrutura de natureza arqueológica, à excepção de uma pequena unidade construída junto da base da torre porta. O aparelho posto a descoberto no sector sudoeste da praça d'Armas, está implantado perpendicularmente à disposição da vala de iluminação que contorna todo o paramento interior do recinto fortificado. Trata-se de um muro de grande envergadura, com aproximadamente 0,90 metros de largura e comprimento não determinado, constituído por um aparelho de alvenaria ordinário, agregado por argamassas de cal fina e areias. Esta estrutura parece ter pertencido ao desaparecido núcleo construtivo interior, cuja

compartimentação no espaço não é possível delimitar, em virtude das operações de demolição efectuadas pela DGEMN nas décadas de 1950 a 1970.

Refira-se ainda que não foi identificado e recolhido qualquer material cerâmico de natureza arqueológica, tendo sido somente identificada uma pequena bola de canhão em pedra, de aproximadamente 7 a 8 cm de diâmetro, na vala de iluminação implantada no acesso da porta da vila, disposto sob a torre porta.

4.3. Trabalhos de limpeza da vegetação infestante

O crescimento de vegetação e micro-organismos vivos nos espaços construídos – pelo seu crescimento ou pelas substâncias químicas e nocivas que expelem –, constitui uma das mais frequentes causas de deterioração dos materiais de construção[112]. De origem variada, os organismos tendem a ser depositados por acção natural nas superfícies dos materiais ou nas fendas e fissuras que estes apresentem, crescendo variável e efusivamente consoante as condições ambientais que encontrem.

As condições de reprodução orgânica são tão ou mais favoráveis, consoante a presença prolongada de humidade com pouca ventilação, aliada à acumulação de sujidade e elementos poluentes. A coexistência destes fenómenos contribui significativamente para a deterioração dos materiais, com nítido prejuízo para qualquer elemento construído.

Tendo em consideração o elevado estado de abandono e degradação por acção biológica do castelo de Alter do Chão, foi considerada essencial a execução prévia de uma operação generalizada de limpeza. Este processo permitiu eliminar toda a sujidade e biodegradação presente nas estruturas, possibilitando e garantindo como resultado, a reabilitação de todo o espaço construído.

De acordo com a *Carta de Risco,*[113] elaborada previamente à execução do projecto, os paramentos e demais estruturas do castelo medieval apresentavam patologias diversas,

[112] Sobre esta matéria veja-se MAGALHÃES, A. Cristiana – «Patologia de rebocos antigos», in *Cadernos de Edifícios*, n.º 2, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2002. Sobre a temática da degradação de rebocos por patologias variadas consulte-se ainda VEIGA, M. Rosário – «Comportamento de rebocos para edifícios antigos: Exigências gerais e requisitos específicos para edifícios antigos» in *Seminário Sais solúveis em argamassas de edifícios antigos*. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2005.

[113] O levantamento das patologias associadas ao castelo de Alter do Chão realizado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em 2005 denuncia a existência de patologias nos paramentos da fortificação, associáveis à presença de vegetação e micro organismos. Sobre esta matéria consulte-se a *Carta de Risco do Castelo de Alter do Chão*, de Janeiro de 2005. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001 Arquivo da DGEMN, Sacavém.

associadas essencialmente com a presença efusiva de vegetação, árvores e arbustos, destacando-se nos torreões a presença de líquenes de acção nociva para o aparelho construtivo e respectivo reboco.

Árvores e Arbustos

O pátio interior ou praça d'Armas do castelo e os pavimentos dos diversos adarves escadas e eirados apresentavam vegetação do tipo arbustivo, com crescimento desenvolvido em praticamente todos os sectores do espaço construído. Estes herbáceos têm efeitos químicos e mecânicos, particularmente danosos em estruturas de alvenaria, pelo que foi necessário proceder à sua remoção. Neste sentido, foram aplicados herbicidas sistémicos de absorção foliar[114], de modo a combater todas as espécies infestantes presentes no sistema construtivo da fortificação.

A desmatação e limpeza de todos os pavimentos e estruturas recorreu à aplicação dos herbicidas de denominação comercial *Roundup*® e *Garlon*®, até causar a eliminação sistemática de todos os arbustos e árvores de pequeno porte. Como medida preventiva, o processo de limpeza teve particular cuidado junto das árvores de grande porte a preservar no pátio interior do castelo, dada a necessidade de manutenção dos ciprestes aí existentes. Após a morte das espécies infestantes, todos os elementos vegetais foram removidos pela raiz, sem que fosse afectado o seu suporte de fixação.

O método de utilização foi traduzido na aplicação directa dos herbicidas sobre os troncos cortados, limitando ao máximo as perdas de produto e a sua escorrência para o solo envolvente. Ainda que os produtos utilizados se caracterizem pela absorção pelas folhas e raízes, não se verificaram quaisquer problemas de relevância nos solos de implantação das várias espécies, dada a capacidade de absorção destes herbicidas pelas águas e solos.

A presença de árvores de grande porte no recinto interior foi considerada pelo projecto de reabilitação da fortificação, tendo sido contemplada a sua manutenção. O pavimento do pátio foi totalmente limpo de espécies infestantes, sendo dotado de relva na fase final da intervenção, devidamente mantida por um sistema de rega por aspersor.

[114] A informação técnica relativa às características químicas dos produtos aplicados poderá ser consultada na base de dados da *Bayer Crop Science Portugal* no endereço electrónico www.bayercropscience.pt [Março 2007].

Vegetação infestante nos pavimentos e escadas de acesso aos adarves e pátio interior do castelo de Alter do Chão (Fotos: S. Dias).

Líquenes e Raízes

Os paramentos exteriores dos diversos panos de muralha e respectivos torrões apresentavam problemas relacionados com a presença de líquenes, ainda que as espécies arbustivas de pequeno porte se encontrassem também um pouco por toda a superfície construída.

A limpeza dos paramentos recorreu à aplicação de biocidas, de modo a que pudesse ser eliminada toda a sujidade e espécies nocivas para os aparelhos construídos. O tratamento recorreu ao biocida *Preventol R 80*®, composto à base de sais de amónio e solúveis numa solução aquosa. Foram feitas várias aplicações, seguidas de escovagem manual e pulverização de água em quantidades controladas. Nas superfícies de cantaria a manter em exposição, foi aplicado biocida em dose adicional para remoção da acentuada sujidade e incrustações.

Após a secagem das plantas, estas foram removidas através do corte das raízes sem produzir danos físicos na pedra e sem pôr em risco as áreas mais instáveis, visto que as próprias raízes adquiriram em alguns casos, a função de ancoragem de elementos já algo destacados dos seus suportes. A remoção destas plantas prestou ainda particular atenção ao tratamento das superfícies horizontais nos topos dos muros, paredes e ameias, de modo a facilitar a drenagem das águas pluviais e limitar as suas infiltrações.

Líquenes e raízes infestantes nos distintos paramentos do castelo de Alter do Chão (Fotos: S. Dias).

4.4. Consolidação de estruturas de alvenaria

Esta intervenção foi planeada do ponto de vista técnico, tendo em consideração a execução de um conjunto de acções que permitissem recuperar, conservar e preservar os componentes construtivos que constituem os troços da fortificação medieval de Alter do Chão. De um modo geral foram contemplados trabalhos de remoção de pavimentos, picagem de revestimentos adulterados, picagem e tratamento de juntas, limpeza de cantarias e reformulação do sistema de drenagem de águas pluviais, sem esquecer a execução de pregagens destinadas ao reforço estrutural de determinados elementos.

Reconstrução de Pavimentos

Os pavimentos do piso térreo da alcaidaria do castelo, constituídos inteiramente por *calçada portuguesa* foram removidos manualmente – e de acordo com a orientação técnica de equipa de Arqueologia responsável pelo acompanhamento do projecto –, tendo o material sido cuidadosamente limpo e armazenado para posterior reaproveitamento. Nos diversos adarves, eirados, torres e escadas, foram também substituídos todos os pavimentos

de *lajetas de xisto* e *tijoleiras*, de modo a uniformizar todo o nível de circulação no interior do espaço construído.

A colocação de novos pavimentos em todo o espaço intervencionado foi realizada de um modo bastante linear, tendo em consideração a simplicidade arquitectónica do imóvel em intervenção. Existiu necessidade de dotar o espaço com novos elementos que permitissem a homogeneização dos níveis de circulação, sem que por isso fosse comprometida a integridade do espaço. Com efeito, o projecto recorreu a três tipos de materiais distintos, atribuídos de forma distinta para os três grandes espaços de circulação:

Pátio Interior	Espaço com relvado e lajes de granito amarelo de *Gáfete*, com 0,60 x 0,80 metros
Adarves, Escadas e Pisos da Alcaidaria	Pavimento em lajetas de ardósia com 0,40 x 0,60 metros e 0,40 x 0,15 metros em rodapés
Terraço, Eirados e Salas das Torres	Pavimento em *baldosa* de tijolo rústico de fabrico artesanal com 0,30 x 0,15 metros

O pátio interior ou praça d'armas do castelo foi inteiramente coberto por um espaço relvado, atravessado por uma passadeira que permite a comunicação entre o edifício da alcaidaria e os acessos à cisterna e escadas de adarves. O pavimento, constituído por lajes de granito amarelo de *Gáfete*, com 0,60 x 0,80 metros, foi colocado sobre uma espessa camada de areia, formando todo o conjunto um percurso de circulação no recinto interior, de acessos aos níveis superiores da estrutura fortificada.

O terraço do último piso da alcaidaria, assim como o eirado da pequena torre rectangular do flanco oriental e salas interiores da torre de menagem e torre porta, foram alvo de operações de limpeza dos seus níveis de circulação, com remoção de vários núcleos de argamassas de cimento *Portland* em avançado estado de degradação. Os distintos pavimentos foram, então, dotados de pavimentos em tijolo rústico de fabrico artesanal (*baldosa*) de 0,30 x 0,15 metros.

Nos adarves, escadas e distintos pisos da Alcaidaria foram removidos todos os pavimentos preexistentes – já demasiado degradados e adulterados pelos sucessivos trabalhos de restauro efectuados no decorrer do século XX –, tendo todos estes espaços sido dotados de um novo pavimento em lajetas de ardósia com 0,40 x 0,60 metros. Os rodapés

construídos no interior do edifício da alcaidaria foram executados com o mesmo material, com as dimensões de 0,40 x 0,15 metros.

A ardósia e o tijolo rústico utilizados apresentam uma compatibilidade absoluta com o edifício medieval, destacando-se fundamentalmente o seu efeito estético, perfeitamente enquadrado na estrutura intervencionada. O pavimento do pátio interior, ainda que compatível e esteticamente harmonizável com o conjunto edificado, não parece ser, do ponto de vista estético, a opção mais correcta, em virtude da diferenciação existente entre as características físicas do granito amarelo, e o restante material existente em todo o conjunto.

A utilização de pavimento de ardósia deveria ter sido estendida à praça d'Armas, dando continuidade aos pavimentos encontrados no interior do edifício da alcaidaria que lhe dá acesso, permitindo, inclusivamente, a simplificação da leitura arquitectónica dos novos elementos introduzidos.

Pavimento em ardósia no eirado na torre de menagem e pavimento em tijolo rústico no terraço da alcaidaria. Em baixo, assentamento do pavimento no pátio interior e pormenor das lajes de granito amarelo de *Gáfete* após conclusão dos trabalhos (Fotos: S. Dias).

A operação de reconstrução de pavimentos que envolveu uma maior complexidade, foi registada no primeiro piso da alcaidaria. O primeiro nível de circulação do edifício assenta directamente sobre o extradorso da abóbada de berço que cobre todo o nível térreo da construção.

Dada a existência da estrutura abobadada no piso térreo do edifício e a necessidade de colocação de um novo pavimento sobre o seu extradorso, a operação de construção de um novo nível de circulação no primeiro andar do edifício revestiu-se de cuidados muito particulares. Após a limpeza da área de intervenção, foi aplicado um sistema de tecidos em fibra de carbono e resinas epoxidicas muito aderentes, caracterizadas pela sua elevada resistência mecânica e baixa retracção. Este processo possibilitou a recuperação e melhoramento da capacidade resistente original da estrutura, não provocando grandes desvios estéticos nos elementos restaurados e facilitando uma leitura arquitectónica muito próxima da original[115].

Tratamento e Limpeza de Juntas

As operações de tratamento e refechamento de juntas dos paramentos do castelo de Alter do Chão tiveram em consideração o facto dos panos amuralhados apresentarem de um modo geral, um bom estado de conservação, não sendo observáveis danos significativos a nível estrutural. Observavam-se, no entanto, fenómenos de colonização biológica e crescimento de variadíssimas espécies de vegetação devido à existência de ocos e depósitos de detritos e sujidades provocados pela falta de preenchimento de algumas juntas. Anteriormente à intervenção eram ainda visíveis fracturas e fissuras nos diversos paramentos, processos de arenização, lascagem e destacamento de elementos pétreos, bem como o desalinhamento de alguns blocos.

O processo de tratamento destas patologias contemplou a remoção de todas as argamassas inadequadas ou alteradas, quer do ponto de vista da compatibilidade dos materiais, quer do ponto de vista estético. Foram ainda eliminados todos os núcleos de argamassas não funcionais, com remoção das argamassas sobrepostas à superfície da pedra e rebaixamento das argamassas inestéticas. Este tratamento foi efectuado com recurso a escopros, ponteiros, macetas e micromartelos pneumáticos, de modo a ser assegurada uma remoção eficaz e controlada das argamassas não funcionais. Após a abertura das juntas, estas

[115] Informação constante na *Memória Descritiva e Justificativa* do Projecto de Requalificação e Adaptação do Castelo de Alter do Chão a Espaço Museológico de 2005. Gabinete de Arquitectura da Câmara Municipal de Alter do Chão.

foram limpas controladamente com ar comprimido, lavadas e escovadas de modo a facilitar a adesão dos novos materiais ligantes.

O refechamento das juntas, executado após limpeza das superfícies em intervenção, consistiu no enchimento parcial dos vazios existentes e preenchimento superficial dos mesmos. Este processo foi executado em três fases distintas:

1ª Fase – Enchimento dos ocos existentes em profundidade, com utilização de argamassas constituídas por uma mistura de ligantes hidráulicos de presa e secagem rápidas. As juntas foram previamente limpas e humedecidas com água, com os vazios preenchidos com o material aplicado em espátula;

2ª Fase – Refechamento das juntas e fissuras através de estucagem e homogeneização superficial das superfícies tratadas, utilizando argamassas com características hidráulicas e compatibilidade química e física com as materiais pétreos da estrutura;

3ª Fase – A protecção final dos elementos pétreos e respectivas juntas foi assegurada pela aplicação de um hidrofugante, de modo a que possa ser impedida a recolonização biológica das áreas tratadas.

Preenchimentos dos ocos existentes nas juntas do vão de acesso à alcaidaria e aspecto final da operação num dos paramentos da torre de menagem (Fotos: S. Dias).

O processo de limpeza e refechamento das juntas dos elementos pétreos que constituem a estrutura do conjunto fortificado não recorreu a qualquer produto incompatível com o material de suporte, tendo sido inclusivamente, eliminados todos os núcleos de cimento *Portland* existentes na estrutura. A intervenção incidiu genericamente

sobre todo o edifício, tendo os paramentos das diversas torres sido alvo de trabalhos mais intensivos devido à presença de lacunas com maior extensão.

Tratamento de Cantarias e Execução de Pregagens

As operações de limpeza de cantaria, assim como a execução de pregagens destinadas ao reforço estrutural da estrutura, constituíram uma das tarefas mais sensíveis operadas no âmbito do projecto de beneficiação do castelo medieval. O tratamento dos paramentos de cantaria e alvenaria foi executado com recurso ao preenchimento de juntas e fissuras já mencionado, com limpeza geral das espécies biológicas infestantes.

As operações de limpeza recorreram à escovagem dos elementos pétreos, para que pudesse ser eliminada toda a sujidade aí incrustada. Esta escovagem manual foi ainda necessária à homogeneização de toda a superfície pétrea, em que a sua protecção final assegurada pela aplicação de novos ligantes de consolidação e hidrofugantes impeditivos da recolonização biológica.

A conservação da pedra contou ainda com a remoção de materiais inadequados, com consolidação e reintegração de pequenas lacunas estruturais. Estas lacunas eram sobretudo visíveis nas faces internas dos adarves da fortificação, com destacamento de material pétreo de pequena dimensão. A sua reintegração foi realizada com recurso a materiais de características semelhantes aos preexistentes, consolidados com argamassas de ligantes hidráulicos de presa e secagem rápidas.

Uma das lacunas mais evidentes nos paramentos da fortificação encontrou-se localizada no adarve nordeste assente num pequeno parapeito que, por exceder a espessura do paramento inferior, é suportado por um sistema de arcos corridos em tijolo, apoiados em mísulas de granito. Um destes arcos de tijolo apresentava um elevado estado de deterioração, tendo sido necessário recorrer à fixação de novos elementos de consolidação da estrutura.

A reconstrução do pequeno arco de sustentação do adarve foi apoiada numa cofragem de madeira, executada com as dimensões constantes nos arco adjacentes, sendo posteriormente coberta por um sistema em arco de *baldosa* ou tijolo rústico com as dimensões de 0,30 x 0,15 metros. A reintegração destes elementos foi possibilitada pela aplicação de argamassas totalmente compatíveis com o material preexistentes, constituídas por ligantes com características hidráulicas. Após fixação, todo o adarve foi coberto por um reboco uniforme, de modo a possibilitar a homogeneização de toda a superfície. O tratamento final da estrutura, ainda que homogéneo sob o ponto de vista estético, não

permite, porém, a distinção entre o elemento restaurado e o elemento novo, o que poderá impedir ou adulterar a leitura histórica dos elementos restaurados.

Reconstrução do arco em alvenaria de tijolo que apoia balcão do adarve nordeste do castelo (Fotos: S. Dias).

Os trabalhos de reforço estrutural, ainda que recorrendo a métodos modernos, foram baseados em técnicas de construção tradicional, tendo em consideração a compatibilidade – sob o ponto de vista funcional e estético –, entre o objecto novo e o preexistente. O reforço estrutural de alguns elementos encontrados no castelo de Alter do Chão foi essencial à sua reabilitação e indispensável à sua nova utilização.

A atribuição de um espaço museológico ao edifício da alcaidaria, bem como o frágil estado de conservação da abóbada que cobre o piso térreo do edifício e que sustenta o pavimento do primeiro andar, tornou essencial a execução de uma série de operações de consolidação estrutural. O aumento potencial das cargas advenientes da nova funcionalidade atribuída à alcaidaria, bem como a presença de patologias estruturais de ordem diversa tornavam a abóbada extremamente vulnerável.

A abóbada de cesto intervencionada possui um vão de aproximadamente 5,70 metros, encontrando-se dividida a meio por uma parede resistente. Os materiais que compõem a estrutura são tijolos do tipo rústico [tijolo *Burro* ou *Alentejano*], com dimensões médias na ordem dos 32 x 14,5 metros, com aproximadamente 5,5 centímetros de espessura. Ainda que a abóbada seja, de um modo geral esbelta, registavam-se alguns abatimentos com deformações apreciáveis principalmente na zona dos vãos. No intradorso da estrutura encontravam-se igualmente algumas fendas – cuja abertura variava entre 1 a 5 mm com profundidades significativas –, encontrando-se os rebocos destacados e fissurados.

Como medida de reabilitação do conjunto de fissuras existente, foi realizada uma operação de selagem com argamassas à base de cal, areia e cimento branco com características físicas e químicas compatíveis com o material que constitui a abóbada. O reforço do conjunto foi efectuado com recurso a furação e aplicação de grampos metálicos, tendo sido anulada a proposta inicial para colocação de tirantes no intradorso da estrutura.

Nos paramentos exteriores, nomeadamente no parapeito da escadaria que conduz aos níveis superiores da alcaidaria, foi efectuado um reforço da estrutura de alvenaria de tijolo com recurso a uma rede de *poliéster*, colocada directamente sobre o elemento a reforçar.

Colocação de grampos metálicos nas paredes que suportam a abóbada e aplicação de rede de *poliéster* na escadaria exterior da alcaidaria (Fotos: S. Dias).

4.5. Revestimentos de paredes e tectos

As intervenções de conservação e de restauro dos revestimentos garantiram, na medida do possível, a manutenção de critérios de autenticidade. Este processo foi acautelado pelo estudo e análise prévia do objecto em estudo, no qual se procurou executar uma intervenção mínima pautada por critérios de reversibilidade e compatibilidade dos materiais e técnicas construtivas.

Face ao elevado estado de deterioração dos materiais de revestimento decorrente da falta de manutenção continuada do edifício, foram executadas uma série de operações de

recuperação e conservação, com vista a garantir a sua preservação, e a restituição de uma imagem adequada à natureza histórica do conjunto edificado[116].

Processo de Aplicação de Revestimentos

Verificando-se que as zonas de rebocos existentes se apresentavam bastante deterioradas, optou-se pela total remoção dos revestimentos, mediante limpeza de superfície, com utilização de escova manual e aspersão com jacto de água a baixa pressão. Quando necessária, foi ainda aplicada uma picagem manual dos rebocos e antigas caiações, de modo a que todas as alvenarias pudessem ser descobertas e suas lacunas colmatadas. O processo foi executado cuidadosamente para remoção de todas as argamassas de cimento *Portland* existentes, tendo-se procedido ao avivamento das juntas para potenciar uma melhor aderência do material de revestimento.

Na reconstituição dos rebocos foi utilizada uma argamassa de cal e areia muito específica, atendendo à preocupação com a selecção atenta dos agregados, para facilitar uma compatibilidade dos materiais que garantisse uma textura e coloração adequadas aos elementos preexistentes. De uma forma geral, todos os rebocos foram intervencionados de forma a garantir uma homogeneidade estética, tendo sido aplicada exclusivamente nas faces internas do edifício da alcaidaria uma tinta branca aquosa, baseada em organosilicatos:

Argamassas de assentamento e refechamento de juntas	3 Areia fina 1 Areia grossa 1 Cal hidráulica
Argamassas de reboco	3 Areia fina 1 Areia grossa 1 Cal hidráulica 1/2 de Cal hidratada

As argamassas aplicadas em todos os paramentos foram executadas com base em cal hidráulica e areias finas seleccionadas, tendo sido ajustada a tonalidade da mistura ao aspecto cromático das cantarias. As tonalidades pretendidas foram baseadas na adição de cal hidratada às argamassas, para que pudesse ser concedida uma tonalidade acastanhada ao reboco em aplicação.

[116] "O reboco é um elemento de revestimento que não tem só uma função decorativa mas também, e sobretudo, a função de proteger a estrutura das acções externas, funcionando como uma camada de sacrifício". Sobre a importância patrimonial dos materiais de revestimento veja-se PROVIDÊNCIA, Pedro – «O desempenho dos revestimentos e acabamentos históricos na leitura do Património Monumental», in *Revista Estudos de Património*, n.º 9, IPPAR, Lisboa, 2006, pp. 100-108.

O restauro dos rebocos dos paramentos do castelo foi realizado de modo que todo o aparelho de alvenaria fosse posto à vista[117], à excepção do edifício da alcaidaria onde somente ficaram a descoberto alguns elementos de menor dimensão. Ainda que esteticamente se tenha conseguido obter uma leitura contínua em todo o conjunto – sendo os rebocos integrais colocados somente no edifício interno da fortificação –, não parece existir necessidade de marcação de alguns elementos pétreos nos paramentos exteriores da alcaidaria. A opção pelo reboco integral deveria ser estendida à totalidade das paredes, revelando-se desnecessária a interrupção do revestimento e a colocação à vista de quaisquer elementos pétreos aí presentes.

Aplicação de novos rebocos nos paramentos da alcaidaria do castelo de Alter do Chão. (Fotos: S. Dias).

4.6. Reforço da cobertura e terraços

O edifício da alcaidaria do castelo de Alter do Chão foi alvo de intensos processos de reabilitação, cuja metodologia se apoiou na reconstrução integral de toda a sua compartimentação interior, acima do nível térreo. Do edifício original restava somente a fachada principal e a abóbada do piso inferior, tendo todas os elementos arquitectónicos e compartimentação interiores sido progressivamente destruídos nas últimas décadas do

[117] "A picagem dos rebocos nos monumentos em Portugal ocorre na sequência de políticas adoptadas na época do Estado Novo, altura em que uma das prioridades no campo da cultura seria a preservação dos testemunhos artísticos medievais, particularmente os do período de formação da nacionalidade […] abstraindo as funções e contexto histórico de tais elementos na arquitectura". PROVIDÊNCIA, Pedro – *ob. cit.*, p. 102.

século XX. Como tal, foram realizadas operações de restauro dos elementos originais e operações de reconstrução total dos elementos em falta.

Deste processo, destaca-se a construção de um novo piso ao nível da cobertura, cuja implantação permitiu o isolamento do primeiro andar do edifício e a circulação no segundo andar, transformado em terraço para acesso a adarves e respectivas torres. Ainda que permaneça por esclarecer a contemporaneidade da alcaidaria face ao momento de fundação original do castelo, não permanecem dúvidas acerca da sua funcionalidade primitiva.

O edifício, utilizado até ao século XX para distintas e inúmeras funções, apresenta indícios de reorganização espacial em períodos consecutivos. Este facto contribuiu para a gradual descaracterização da estrutura, sendo actualmente muito complexa a sua avaliação em termos de Arqueologia da Arquitectura. Os inúmeros vãos abertos na fachada, nomeadamente ao nível do piso térreo não apresentam os traços arquitectónicos característicos do período tardo-medieval, sendo muito possível que se tratem de elementos acrescentados posteriormente em períodos não determinados.

O primeiro andar do edifício, cujo nível de circulação se apoia directamente no extradorso da abóbada do piso térreo, não aparenta possuir qualquer elemento arquitectónico de relevo, à excepção de uma pequena chaminé entaipada localizada junto da base da torre norte. Este elemento foi mantido e dotado de novos revestimentos, sem que tivesse sido considerada a sua reabertura.

Já no andar superior, distinguem-se as janelas dotadas de *conversadeiras*, bem como uma enorme chaminé de *fogão de sala*, em que a sua origem poderá encontrar-se certamente no período de construção original de todo o conjunto. Estes elementos encontram-se dispostos no segundo andar do edifício, convertido actualmente em terraço de acesso aos adarves, torre norte e torre de menagem.

A opção pela não cobertura deste segundo nível revelou-se muito apropriada, dada a inexistência de quaisquer elementos arquitectónicos de cobertura passíveis de restauro. Não se conhece, na verdade, a forma como a cobertura do segundo piso da alcaidaria do castelo de Alter do Chão interagia com o restante conjunto edificado, sendo muito provável que a mesma se tenha construído num período histórico em que o acesso à torre de menagem e torre norte já não fosse imprescindível para assegurar o seu carácter defensivo. Sendo estes, os últimos redutos de defesa da fortificação, não parece provável a construção de um edifício a eles adossado que permitisse um fácil acesso aos mais importantes bastiões de

Tecto do Primeiro Piso da Alcaidaria

defesa. Deste modo, a alcaidaria, ou pelo menos, o seu nível superior deverá possuir uma cronologia um pouco distinta das cronologias fundacionais, situadas na segunda metade do século XIII.

A inexistência de elementos arquitectónicos nos níveis superiores do edifício interior, bem como a aplicação de metodologias pautadas por critérios de intervenção mínima, conduziram a que a solução de restauro de traduzisse na construção de um único nível de circulação ao nível dos adarves, sem o recurso à implantação de qualquer tipo de cobertura.

Este novo estrato encontra-se apoiado num conjunto de barrotes de madeira de *Riga* com 10 cm de espessura, dispostos transversalmente à disposição do edifício e apoiados directamente numa estrutura de ferro adossada às paredes resistentes da alcaidaria. Estes elementos formam uma esteira de cobertura de ferro e madeira, totalmente reversível, com revestimento em tijoleira assente em placas de aglomerado de madeira e cimento. A drenagem desta estrutura que suporta o terraço superior foi conduzida directamente para o pátio, utilizando para este efeito, *gárgulas* em telha de canudo e correntes para posterior encaminhamento das águas para o colector respectivo:

Estrutura de suporte do Terraço da Alcaidaria	Varões de aço galvanizado
Madeiras – Tecto 1º Piso da Alcaidaria	Barrotes de madeira de *Riga* com 10 cm de espessura

O pavimento construído tem como base uma estrutura em ferro, adossada e cravada na alvenaria que compõe as paredes do edifício da alcaidaria, constituída por varões de aço galvanizado. Em ligação perpendicular a estes elementos foi colocado um conjunto de barrotes de madeira de *Riga* com 10 cm de espessura, preenchidos por tábuas de forro de madeira semelhante.

A madeira utilizada, do tipo *Riga*, é considerada uma das melhores resinosas devido à sua durabilidade elevada e boa resistência ao apodrecimento e aos fungos. A sua elevada resistência mecânica, boa resistência à compressão, elevada densidade e estabilidade, tornam-na o material ideal para introdução num edifício com as características assinaladas, com fácil assimilação estética pelo conjunto envolvente. A aplicação desta cobertura caracteriza-se, sobretudo, pelo seu mínimo impacto sobre os elementos preexistentes e pela sua inteira e completa reversibilidade.

Execução de cobertura em estrutura reversível de madeira assente em varões de aço galvanizado. Primeiro e segundo pisos da alcaidaria do castelo de Alter do Chão (Fotos: S. Dias).

Terraço do Segundo Piso da Alcaidaria

Sobre a estrutura de ferro e madeira, no segundo piso do edifício da alcaidaria transformado em terraço, foram posteriormente colocados uma série de materiais que permitiram o isolamento de todo o conjunto disposto no primeiro piso. Sobre os barrotes e tábuas de forro implantou-se um nível de placas constituídas por espuma de poliestireno extrudido, denominadas comercialmente por *Roofmate*®, a saber:

Isolamento Térmico e Acústico da Cobertura	Placas de espuma de poliestireno extrudido ou *Roofmate*®
Base do Pavimento do Terraço	Placas de aglomerados de madeira e cimento *Viroc*® com 2,65 x 1,20 m
Pavimento exterior do Terraço	Pavimento em *baldosa* de tijolo rústico de fabrico artesanal com 0,30 x 0,15 metros

Estas placas constituem uma primeira camada impermeabilizante de protecção ao tecto em ferro e madeira do primeiro piso, possibilitando uma elevada resistência térmica e acústica com um excelente comportamento face à compressão. Sobre as placas de poliestireno extrudido foi implantado um segundo nível uniformizador, constituído por placas de aglomerados de madeira e cimento, designadas comercialmente por *Viroc*®.

Este é um material compósito constituído por 75% a 80% de cimento e 20% a 25% de partículas de madeira, fornecido sob a forma de painéis de superfícies planas. Este tipo de placa difere das placas de aglomerados de partículas tradicionais por não necessitar da adição de resinas sintéticas para a sua coesão interna, passando essa coesão a ser assegurada pelo cimento. A resistência e flexibilidade da madeira são combinadas com as

qualidades de dureza do cimento, permitindo o fabrico de painéis com uma combinação de propriedades excepcionais. A utilização de placas de aglomerados de madeira e cimento num processo de reabilitação arquitectónica, prende-se essencialmente com o excelente comportamento do material face ao fogo, bem como a sua elevada durabilidade biológica e atenuação sonora.

Colocação de aglomerados de madeira e cimento no terraço exterior do edifício da alcaidaria, seguido de processo de impermeabilização (Fotos: S. Dias).

O processo final de impermeabilização e uniformização do terraço do segundo piso da alcaidaria contou com a aplicação final de uma rede de fibra de vidro, tratada de modo a conferir resistência aos suportes e prevenir a formação de fissuras nas superfícies por ela revestidas. À malha de rede foram ainda adicionadas massas biocompostas à base de cimento, destinadas a facilitar a agregação de todos os elementos inferiores, possibilitando consequentemente um reforço da impermeabilização de todo o conjunto.

A conclusão do terraço exterior foi realizada com a colocação de um pavimento em *baldosa* de tijolo rústico de fabrico artesanal, perfeitamente compatível com os novos materiais introduzidos no seu suporte, à semelhança dos demais pavimentos encontrados no interior das distintas torres.

Desta operação destaca-se fundamentalmente, a procura pela total integração dos novos elementos construídos no conjunto edificado preexistente, com total preocupação pela reversibilidade das soluções construtivas adoptadas e pela minimização do seu impacto sobre o património construído. Ainda que o processo de construção deste nível aparente possuir alguma dimensão, o seu efeito final é quase minimalista e não provoca qualquer tipo de dano estético ou estrutural ao elemento em reabilitação.

4.7. Carpintarias, serralharias e estruturas metálicas

O elevado estado de deterioração do castelo de Alter do Chão e a quase inexistência de elementos móveis em madeira não levou à execução de operações significativas de carpintaria. As operações de restauro resumiram-se, em exclusivo, à recuperação das duas portas existentes na porta da vila e na porta da traição. Nenhum dos portais aí existentes será seguramente original, sendo muito provável que as peças sejam originárias de uma das primeiras intervenções promovidas pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais na década de 1950 do século XX.

Trabalhos de Carpintaria

A porta principal do castelo, localizada no acesso denominado por porta da vila disposto sob a torre porta, é constituída por duas folhas de abrir em madeira maciça chapeada, com tiras de folha de ferro e dimensões de 1,89 x 2,62 m. A denominada *Porta da Traição*, localizada na base ocidental da torre de menagem é constituída por duas folhas de abrir em madeira maciça, de superfícies simples, sem a profusão de elementos metálicos da porta principal. Este elemento possui igualmente dimensões menos imponentes, contando ainda assim com 1,50 x 2,49 m.

Porta principal e porta da traição após operações de restauro (Fotos: S. Dias).

Ambas as portas foram removidas previamente ao processo de reabilitação operado no castelo de Alter do Chão, tendo as folhas sido sujeitas a uma operação de conservação simples, baseada essencialmente na limpeza da madeira e recuperação dos elementos metálicos aí presentes, sem introdução de qualquer elemento novo no conjunto de folhas que compõem as duas portas.

A introdução de novos elementos metálicos no conjunto que constitui o castelo foi realizada essencialmente, pela adição de guardas de protecção de escadas e adarves, bem como pela introdução de um conjunto de caixilhos em aço *inox* e implantação de uma estrutura em ferro, destinada aos serviços a implantar no piso térreo da alcaidaria.

Serralharia e Estruturas Metálicas

No piso térreo do Museu foram implantadas duas instalações sanitárias e um arrumo que funcionarão como um elemento completamente independente da estrutura envolvente. A sua construção foi realizada com a colocação de uma "gaiola" de aço galvanizado aparafusada ao pavimento, completamente reversível. As paredes da estrutura metálica, então cobertas por chapas de aglomerado de cimento e madeira, suspensas em relação ao nível de circulação.

Estrutura metálica do piso térreo coberta por aglomerados de cimento e madeira (Fotos: S. Dias).

Esta solução minimiza o impacto construtivo, provocado essencialmente ao nível do subsolo, pela instalação das infra-estruturas de saneamento necessárias às instalações sanitárias, possibilitando a sua completa remoção sem qualquer interferência para o conjunto patrimonial na qual se insere.

Exteriormente, para além da escada em ferro galvanizado que permitirá o acesso ao passeio da ronda, a intervenção previu a colocação de guardas de adarve em aço *inox* escovado, esteticamente compatíveis com o conjunto construído. As escadas metálicas foram implantadas no sector oriental da praça d'Armas ou pátio interior, dando acesso aos adarves nordeste e sudoeste.

Esta estrutura caracteriza-se pela sua reversibilidade, mas principalmente, pela sua integração estética no recinto anterior, sem que se verifique uma sobreposição ou qualquer

incompatibilização entre o elemento adicionado e a estrutura preexistente. A escada metálica permite o acesso aos adarves mencionados, tendo sido aplicada somente no adarve sudoeste, uma nova guarda de aço *inox* escovado de secção quadrada de 30 mm.

Estrutura metálica das escadas exteriores e guarda do adarve sudoeste (Fotos: S. Dias).

A introdução de caixilhos metálicos nos diversos vãos de janela e porta dispostos nos vários pisos da alcaidaria, parecem levantar algumas questões estéticas com alguma ambiguidade. Os caixilhos introduzidos para suporte de vidros duplos são constituídos por aço *inox* de total reversibilidade. Ainda que a escolha do material pareça não se enquadrar com a tipologia do edifício existente, não parece existir grande incompatibilidade entre os vários elementos.

Este tipo de caixilhos pretende demarcar particularmente a distinção entre o elemento preexistente e o novo elemento introduzido, dando uma continuidade estética às estruturas metálicas implantadas tanto no interior do edifício, assim como no recinto interior que o envolve. O impacto desta medida é essencialmente estético mas de aplicação perfeitamente compreensível.

Também com algum impacto estético surge o elevador panorâmico colocado no pátio interior do castelo, adossado à fachada principal da alcaidaria. A caixa do elevador de acesso ao primeiro e segundo pisos do edifício interior é constituída por uma estrutura metálica de aço, fixada à parede existente, inteiramente revestido por vidros temperados de 10 mm.

Caixilho metálico de uma das janelas da alcaidaria e elevador panorâmico exterior (Fotos: S. Dias).

A opção pela colocação do elevador no exterior do edifício deveu-se sobretudo à impossibilidade de destruição parcial da abóbada de berço existente no interior da alcaidaria. Os danos estruturais e patrimoniais advenientes dessa operação excederiam grandemente quaisquer danos estéticos provocados pela implantação de uma estrutura destas características no exterior da edificação medieval.

Deste modo, ainda que o elevador panorâmico não seja compatível com o restante espaço construído, parece não existir qualquer dano com a sua implantação na face exterior da alcaidaria. A falha estética sobressai ainda assim, pela altura excedente da caixa do ascensor em relação à fachada do edifício, cuja leitura fica comprometida pela sua anexação. Todavia, a sua total independência em relação às paredes existentes não compromete a sua reversibilidade, existindo por inerência uma tolerância em relação à sua construção. Esta tolerância é ainda reforçada pela possibilidade total de acesso aos níveis superiores do edifício, com eliminação de quaisquer entraves existentes à livre circulação, nomeadamente para pessoas com deficiência.

4.8. Arranjos exteriores e iluminação

O projecto de arranjos exteriores do castelo de Alter do Chão foi orientado por critérios de intervenção mínima, tanto ao espaço que circunda a fortificação como no recinto interior. Na praça d'Armas ou pátio interno foram executadas operações simples de reabilitação, que passaram essencialmente pela limpeza e remoção de todas as espécies

Espaço Interno

arbóreas e arbustivas existentes, com manutenção exclusiva de três árvores de grande porte aí existentes.

O arranjo do espaço procurou a remoção da camada de terra arável em toda a área do pátio central do castelo com colocação posterior de uma camada de terra vegetal para execução de um relvado que cobre todo o espaço, à excepção para as áreas de percurso. O percurso, constituído por lajes de granito amarelo de *Gáfete,* permite a comunicação entre o edifício da alcaidaria e os acessos à cisterna e escadas de adarves, formando um caminho de circulação no recinto interior do castelo perfeitamente definido. O espaço relvado bem como os ciprestes aí mantidos são alimentados por um sistema de rega automático por aspersor, distribuído por uma rede de condução subterrânea.

O arranjo paisagístico do pátio interno do castelo contemplou igualmente a limpeza dos paramentos do poço implantado no centro do recinto, sem que tivesse existido necessidade de reforço da cisterna inferior. As ferragens existentes na boca do poço, introduzidas da década de 1950 por acção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais não sofreram qualquer tipo de operação reabilitativo, devido ao seu regular estado de conservação. Refira-se que não foi adicionado qualquer mobiliário de exteriores, estando a intervenção neste espaço reduzida ao mínimo essencial.

O espaço externo ao castelo, com acesso pela porta da vila e porta da traição, contou com uma intervenção muito reduzida, caracterizada sobretudo pela adequação das espécies vegetais aí introduzidas. Após limpeza do espaço e remoção de toda a vegetação infestante, foi introduzido um novo conjunto de espécies, essencialmente herbáceas e arbustivas de pequeno porte, colmatadas por casca de árvore em toda a extensão do espaço ajardinado.

Espaço Externo

O jardim é alimentado por um sistema de rega independente do encontrado no interior da praça d'Armas, sendo fornecido por um sistema de aspersores e gotejadores. O espaço ajardinado desenvolve-se simetricamente em torno das fachadas nordeste e sudeste, estando o sector sudoeste disposto distintamente. Esta área, de acesso à porta da traição foi dotada de um passeio pedonal e escadaria em calçada de granito, em torno da qual se distribuem espécies semelhantes às encontradas nos restantes sectores do espaço intervencionado.

Arranjos paisagísticos no recinto interior e no jardim exterior do castelo de Alter do Chão (Fotos: S. Dias).

Tal como se verificou para a reabilitação dos elementos construídos, também a recuperação dos espaços abertos se pautou por critérios muito específicos, orientados de forma a criar uma intervenção mínima com resultados básicos mas excepcionalmente bem integrados. A simplicidade da intervenção, assim como a inexistência de mobiliários exteriores ou outros elementos artificiais para além dos sistemas de rega e iluminação, promove a ideia de *não intervenção* pautada essencialmente pela ausência de marcos simbólicos contemporâneos.

Electricidade e Iluminação

Os espaços interiores e exteriores do conjunto edificado possuem em comum o facto de terem sido dotados de um novo sistema eléctrico destinado a abastecer todo o conjunto reabilitado, bem como os espaços que o envolvem. Os sistemas eléctricos implantados no interior do castelo de Alter do Chão – compostos por circuitos de iluminação, circuitos de tomadas, quadros de alimentação com os respectivos cabos, tomadas, interruptores e disjuntores –, caracterizam-se essencialmente pela sua não intrusão na estrutura original do castelo medieval. Existiu uma preocupação na instalação de todo o sistema num conjunto de calhas embutidas nos novos e espessos rebocos, evitando ao máximo a abertura de troços directamente nas paredes de alvenaria do edifício da alcaidaria ou das próprias torres.

Sistema de calhas de electricidade embutido nos novos rebocos introduzidos no edifício da alcaidaria e quadro geral de alimentação adossado a um dos vãos entaipados da praça d'armas (Fotos: S. Dias).

A iluminação dos espaços interiores, tanto no edifício da alcaidaria como nas distintas torres teve um objectivo museológico e como tal, desenvolvido em dois níveis. Nos planos de circulação foram embutidas calhas técnicas no novo pavimento introduzido, tanto no piso térreo como no piso elevado. A iluminação superior colocada na abóbada recorreu a elementos suspensos, muito pontuais, sem qualquer impacto para a integridade da edificação preexistente.

Nos espaços exteriores, o plano de iluminação teve em particular atenção a valorização ambiental do espaço. Face ao valor cénico do pátio e às potencialidades que este possui para a realização de espectáculos ou outros eventos culturais, foi salvaguardada a estética do conjunto, com introdução pontual de projectores encastrados no solo.

Os quadros gerais de alimentação foram introduzidos num dos vãos entaipados localizados no sector sudeste do pátio interior, tendo sido afastada a proposta inicial de embutimento dos mesmos, num dos paramentos laterais do túnel da torre porta. O impacte provocado por esta primeira solução implicaria uma diminuição significativa do espaço de circulação, bem como uma intrusão significativa nos paramentos originais do principal acesso à fortificação.

Tendo estes factores em consideração, foi realizada uma segunda proposta, de carácter menos intrusivo, com implantação de todo o sistema de alimentação eléctrica num espaço de vão, embutido sob o acesso ao adarve nordeste. Esta solução minimiza os impactes estéticos da colocação de um sistema de características pouco compatíveis com a estrutura envolvente, proporcionando simultaneamente o desimpedimento de áreas de acesso ao conjunto monumental.

Este procedimento, aliado à discrição do equipamento de iluminação interior e exterior prima pela sua simplicidade e minimalismo. A introdução de equipamento novo foi reduzida ao mínimo essencial, estando salvaguardada por este meio a disposição original do conjunto e a sua iluminação natural. Tanto os sistemas de condução de electricidade como os projectores utilizados integram-se perfeitamente no espaço recuperado, sem que exista qualquer choque estético evidenciável. A minimização dos impactes prende-se ainda com a total reversibilidade das soluções adoptadas em qualquer um dos espaços intervencionados, sem recurso a quaisquer soluções definitivas de cariz necessariamente descaracterizador.

Capítulo V

Especificidades de Projecto de Arquitectura: Conclusões

5.1. Especificidades do projecto de recuperação

A metodologia adoptada na intervenção em estudo teve como objectivo primordial a conservação e restauro do monumento, bem como seu tratamento preventivo global. Este processo visou extinguir as situações de fragilidade e instabilidade com consolidação das distintas superfícies e suportes, garantindo-se, por consequência, uma uniformidade estética e visual do conjunto que permita uma adequada leitura do mesmo. Neste sentido, as soluções adoptadas visaram particularmente a conservação de todos os elementos originais, sendo facultada por este processo uma compreensão global do monumento, sob o ponto de vista histórico e um reconhecimento imediato da sua importância, enquanto testemunho da evolução construtiva militar portuguesa.

As metodologias de intervenção respeitaram os conceitos teóricos e práticos das operações de conservação e restauro expressas pelos documentos legais nacionais e internacionais, seguindo um respeito absoluto pelo elemento patrimonial preexistente. A adequação das técnicas e materiais empregues satisfazem necessariamente as condições técnicas impostas pelos regulamentos e normas em vigor, não sendo observável qualquer questão de incompatibilidade ou irreversibilidade nas soluções empregues.

Modelo de Recuperação

Este modelo de recuperação, ainda que tenha sido orientado pelo princípio da mínima intervenção, caracterizou-se essencialmente pela aplicação de métodos e materiais tradicionais e pela valorização de todos os elementos originais que formam o conjunto construído, sem que tivesse sido imposta qualquer hierarquia entre os mesmos no momento do seu tratamento ou valorização. Todos os elementos intervencionados constituem parte de uma evolução histórica, construtiva, funcional e diacrónica do espaço reabilitado. Como tal, não foi considerada a adopção de qualquer metodologia que impedisse a sua correcta interpretação ou adulterasse irrecuperavelmente a sua leitura de conjunto.

O projecto de reabilitação, por se diferenciar necessariamente de um projecto de *obra nova*, pretendeu a recuperação de um conjunto de elementos de elevado valor histórico, cultural e patrimonial assente em critérios muito específicos:

a) Conservar e preservar todos os elementos originais que configuram a fortificação medieval, mediante a sua protecção e consolidação;

b) Restaurar todos os elementos em deterioração, facilitando e melhorando a sua compreensão por parte do público;

c) Assegurar a manutenção dos elementos, adequando a sua disposição original a novas funções, com a criação de um núcleo museológico, necessariamente compatíveis com o património preexistente.

Acções Preventivas e Valorativas

Ainda que o projecto tenha sido concluído num período muito recente, não sendo por consequência conhecidos os futuros planos de exploração do espaço, regista-se a necessidade de elaboração de um plano de intervenção a curto prazo, coordenado pelas entidades tutelares, que garanta a manutenção do monumento e promova a execução de um conjunto de medidas valorativas para o conjunto reabilitado.

A reformulação das características funcionais do espaço, nomeadamente no edifício da alcaidaria, obrigou à revisão das condições que este oferecia no sentido do seu melhor aproveitamento. Por este meio, ficou subentendida a necessária relação entre a acção de reabilitação e conservação e a acção de valorização[118]. Para além das acções de cariz cultural, ligadas necessariamente com a implementação de um núcleo museológico ou interpretativo, os espaços carecerão ainda de planos de manutenção que passem pela criação de um plano de uso muito criterioso:

a) Criação de uma equipa multidisciplinar de acompanhamento das alterações físicas que necessariamente se produzirão no espaço fortificado;

b) Criação de um corpo técnico permanente que assegure a saudável execução das acções a promover nos espaços internos e externos da fortificação;

c) Fiscalização regular das entidades tutelares que garanta a não introdução de elementos incompatíveis com o espaço reabilitado, como sendo os mobiliários externos e internos inadequados, ou quaisquer outras alterações;

[118] A valorização do património construído, para além da sua conservação física, é geralmente compreendida como uma atitude conjunta de reconhecimento do valor do edifício, do seu significado cultural, adequando-o a novas funções e optimizando o seu uso. Sobre esta matéria veja-se BUCHO, Domingos – *ob. cit.*, pp. 193-194.

d) Rentabilização do espaço numa perspectiva de abertura à comunidade, tornando acessível a história da evolução construtiva da fortificação e a sua interacção com o meio urbano envolvente.

Estas propostas de valorização encontram-se necessariamente dependentes dos planos de gestão propostos para o espaço, cuja avaliação qualitativa permitirá a médio e longo prazo conceder, ou não, sucesso a todo o processo de reabilitação desenvolvido na vila de Alter do Chão. Todas as acções de valorização a implementar deverão partir do pressuposto de consciencialização histórica do monumento, enquanto símbolo de uma memória colectiva muito concreta[119].

Tendo em conta estes pressupostos, haverá que ter em consideração uma série de critérios essenciais, sobre os quais se deverá basear todo o programa de manutenção e gestão do conjunto patrimonial. Estes critérios baseiam-se essencialmente na capacidade de preservação do património construído e nos serviços proporcionados por esse meio, tendo em vista a transmissão de informação cultural. A informação transmitida ou a capacidade para dar a conhecer ao público o valor patrimonial do elemento em análise deverá, no fundo, contribuir para a manutenção e conservação do objecto em valorização, em torno do qual se desenrolará todo o processo.

5.2. Avaliação da qualidade do projecto

O desenvolvimento dos actuais planos de gestão e uso do património construído encontram-se fundamentados em dois critérios aparentemente contraditórios. Se por um lado, se regista a necessidade de um uso contínuo dos espaços, por outro lado, verifica-se a necessidade permanente da sua protecção face à acção continuada dos agentes antrópicos. O património construído é primordialmente um testemunho da mutabilidade cultural das comunidades e como tal, possui intrinsecamente um valor documental. Contraditoriamente, verifica-se a necessidade de uso desse mesmo património, de modo a que seja possível a sua conservação e manutenção.

Gestão e Qualidade

[119] A problemática associada à gestão contemporânea de conjuntos de elevado valor patrimonial poderá ser aprofundada em DUARTE, Pedro Sanches – «A gestão patrimonial como exercício de história das mentalidades», in *Revista ERA Arqueologia,* n.º 7, Lisboa, Fevereiro, 2006, pp. 235-247.

Tendo em consideração estes pressupostos, a gestão do património posteriormente à sua recuperação física assume tanta ou mais importância do que o projecto de reabilitação inicial. A qualidade de um projecto[120] de reabilitação não assenta somente no produto final restaurado, mas sim em todo um processo de gestão que possibilite e garanta a sua perpetuação no tempo e espaço.

A gestão da qualidade deverá, por este meio, assegurar a manutenção e conservação do bem patrimonial, oferecendo simultaneamente um cómodo e correcto desfruto do mesmo por parte do público. A qualidade do projecto físico de reabilitação, bem como os serviços posteriormente proporcionados e a informação que disponibilizará à comunidade são alguns dos critérios necessários ao sucesso de uma qualquer processo de intervenção.

A recuperação do castelo medieval da vila de Alter do Chão propôs, neste sentido, a criação de um espaço museológico de natureza militar – a funcionar no edifício interno da alcaidaria –, como complemento à beneficiação e valorização do espaço fortificado reabilitado. Esta proposta visa o uso recreativo, cultural e turístico do espaço, e pela criação de um núcleo com conteúdo cultural que sirva de atracção para a comunidade, com vista à valorização do monumento. Pretende-se que a visita tenha uma intenção didáctica e pedagógica, a par da função lúdica que o castelo actualmente proporciona. A informação a disponibilizar no museu, será oferecida pela instalação de painéis de informação e sinalização específica, que colmatarão a ausência de painéis explicativos no exterior do conjunto edificado.

Este projecto adicionará um elemento qualitativo ao plano de recuperação do espaço, cuja potenciação poderá passar, inclusivamente, pela realização de actividades adicionais, tais como as vistas nocturnas, concertos, o teatro e a dança, que encontrarão no recinto interior da fortificação uma área de excelência. Tanto o espaço museológico como a execução de actividades lúdico e pedagógicas nos espaços que compõem o conjunto construído em análise serão, certamente, factores de extrema importância a ter em consideração pelos futuros gestores deste património.

Circuitos e Acessibilidade

As características minimalistas do projecto de recuperação e criação de um núcleo museológico pretenderam assegurar a resolução dos problemas preexistentes relacionados

[120] A temática da gestão dos espaços e qualidade dos projectos de recuperação foi abordada no artigo de MÉNDEZ, Matilde González – «Herity para la calidad en la gestión para el público de los bienes culturales», in *Actas do III Congresso Internacional sobre Musealización de Yacimientos Arqueológicos*, Zaragoza, Novembro, 2004, pp. 53-57.

com a questão das acessibilidades[121], tendo em consideração as necessidades particulares dos futuros visitantes da fortificação. O circuito visitável do castelo e núcleo museológico foi definido de acordo com a disposição espacial do espaço fortificado e as necessidades do público. Neste sentido, procurou-se a eliminação de obstáculos à livre circulação de visitantes com necessidades de locomoção através da instalação de rampas de acesso, ascensores, sanitários adaptados e sinalética de leitura simples.

Nos níveis térreos, o acesso ao castelo poderá ser realizado pela porta da traição, acessível por meio de escadas e rampa, de acesso reservado para pessoas com mobilidade reduzida. Ao invés, o acesso realizado pela entrada principal ou porta da vila poderá ser realizado mediante o uso de uma rampa de declive pouco acentuado. No interior do espaço fortificado, existe um circuito perfeitamente definido na praça d'Armas de acesso aos adarves, por meio de escada metálica, e de acesso à alcaidaria, por meio de rampas de declive ligeiro.

Os pisos superiores, compostos pelo primeiro e segundo piso da alcaidaria, bem como adarves de distintas torres, encontram-se acessíveis por um ascensor panorâmico que permite o acesso total até à cobertura. A partir dos terraços a mobilidade encontra-se um pouco reduzida devido à dimensão dos adarves e escadas, não sendo acessível a pessoas com dificuldades de locomoção.

O circuito estabelecido tem sempre como ponto de partida os acessos dispostos no pátio interior, escadas e elevador desenvolvendo-se em círculo, de acordo com a disposição da própria fortificação. O ascensor ou elevador, ainda que não se integre completamente na estrutura envolvente [devido a questões estéticas e por consequência ambíguas], possui extraordinárias mais-valias em termos de acessibilidade. Por este meio é permitido tanto o acesso ao terraço como ao núcleo museológico projectado para o primeiro piso da alcaidaria, encontrando-se aqui eliminados todos os entraves à mobilidade. A autonomia e a

[121] "O objectivo de melhorar a acessibilidade aos museus tem sido considerado fundamental para o seu próprio crescimento e desenvolvimento. Neste âmbito inclui-se não apenas a acessibilidade do espaço, de circulação e de exposição, mas também das colecções, dos programas e das actividades promovidas pelos museus. O grau de sucesso do museu e de significado de uma visita para o público depende, em grande medida, da forma como o museu perspectiva e actualiza o acesso físico e intelectual dos seus públicos". A problemática das acessibilidades a edifícios públicos e, em particular, o acesso a museus poderá ser aprofundada em COLWELL, Peter e MENDES, Elisabete – *Temas de Museologia. Museus e Acessibilidade*, Coordenação de Clara Mineiro, Colecção «Temas de Museologia», Instituto Português de Museus, Lisboa, 2004, pp. 15-16.

exploração do espaço museológico por parte do visitante encontram-se facilitadas pela introdução de sinalética visual de fácil apreensão, com indicação clara dos percursos, locais de entrada e saída, mudanças de nível, escadas e elevadores.

Ainda que as necessidades de locomoção tenham sido contempladas pelo projecto de restauro do castelo, não foram implantados quaisquer percursos tácteis destinados aos visitantes com necessidades visuais. A solução para este tipo de acesso passaria pela marcação de um percurso de contraste ao nível dos pavimentos, ou a colocação de corrimões que permitissem o acesso a todo o espaço visitável. O núcleo museológico a implantar na fortificação, deverá contar, ainda assim, com a implementação de painéis informativos com textos em *Braille,* que poderão colmatar em parte a inexistência das soluções referenciadas.

Sustentabilidade

Sob o ponto de vista da sustentabilidade, a execução de um projecto desta natureza implicará necessariamente o delineamento de um plano de gestão dos espaços, com interacção comunitária. Os altos custos de manutenção de um conjunto militar com o valor patrimonial do castelo de Alter do Chão, bem como o cumprimento das exigências necessárias à sua abertura ao público deverão ser tido sempre em consideração para a gestão sustentável dos espaços.

Abrir ao público em geral um recinto com estas características significa a aquisição prévia de novos recursos humanos e financeiros que assegurem a manutenção de um plano de conservação preventiva, de modo a que possam ser minimizados tanto os efeitos dos agentes naturais, como os efeitos dos próprios agentes antrópicos. Compatibilizar a conservação do espaço com as visitas públicas deverá ser, por este motivo, uma das prioridades da gestão do monumento.

A vinculação actual do património construído ao turismo une directamente o uso deste mesmo património às actividades de lazer. Por este meio, torna-se necessário o desenvolvimento de actividades atractivas para o público visitante, para que o próprio monumento possa ser parte integrante de uma qualquer actividade cultural. A dinamização de uma boa política cultural – assente directamente na organização de eventos da mais variada índole –, será o elemento fundamental para valorização do património construído, enquanto foco de desenvolvimento local. Deste modo, a interacção entre o monumento e as

políticas de gestão do mesmo, deverão permitir que o monumento adquira um papel relevante no turismo cultural e seja um factor de sustentabilidade[122].

O castelo de alter do Chão, bem como o seu núcleo museológico possuem todas as condições para se desenvolverem enquanto centro dinamizador de actividades culturais – tanto ao nível municipal como a nível regional, – e enquanto fonte de recursos económicos. Estes recursos assentarão não só na criação de postos de trabalho, como na gestão de um fluxo de turismo cultural que produzirá necessariamente um impacto na economia local.

O desenvolvimento de um projecto desta natureza, em particular no que concerne à construção de um núcleo museológico, deverá atender igualmente, à criação de mecanismos que assegurem que os serviços disponibilizados respondem adequadamente às condições de acolhimento dos visitantes e, em particular aos visitantes com necessidades especiais. Os modelos de avaliação e diagnóstico podem ser aplicados com recurso a inquéritos diversificados, bem como à disponibilização de livros de registo de opiniões e comentários, acessíveis a todo o público.

Avaliação e Diagnóstico

A determinação do grau de satisfação dos visitantes de um determinado espaço cultural, seja ele um monumento ou núcleo museológico, será essencial para a avaliação corrente dos modos de interacção do objecto como o público geral. Por este meio, poderão ser igualmente geridos futuros projectos, de modo a que possa ser facilitada a correcta apreensão do objecto e do espaço museológico. Existem já elaborados alguns inquéritos de avaliação ao público organizados pelo Instituto Português de Museus[123], cujo objectivo passa essencialmente pela determinação do grau de satisfação de um visitante, face às condições de proporcionadas por determinado espaço. Tendo em consideração este modelo, foi

[122] "Longe de ser um luxo para a colectividade, o uso do património é uma fonte de recursos económicos. O património cultural hoje é considerado um produto de consumo capaz de gerar receitas relevantes". Vide BARROS, Luís Aires – «As Grandes Questões do Património Cultural Construído», in *Cadernos SPPC*, Sociedade para a Preservação do Património Construído, n.º 2, Lisboa, 1996, p. 13.

[123] "Um dos principais objectivos do museu é comunicar e interagir com o público. O museu só poderá atingir plenamente este objectivo se reconhecer que o público tem diversas maneiras de ser e de entender o mundo e, se preparar o seu espaço, equipamento, serviços, exposições e materiais de comunicação e divulgação, de acordo com estes princípios. O ideal é que todos os serviços sejam acessíveis a todos. As pessoas com necessidades especiais não devem estar sujeitas à oferta de serviços especiais, mas devem poder optar entre um leque diversificado de possibilidades, como por exemplo, escolher a ementa do bar/restaurante em português, inglês ou Braille. O ideal será que as pessoas com necessidades especiais possam explorar o museu autonomamente e ter acesso a informação sobre todas as peças expostas. É provável que nenhum museu do mundo seja 100% acessível. Será uma meta mais realista para novos museus concebidos de raiz com este fim". Consulte-se COLWELL, Peter e MENDES, Elisabete – – *ob. cit.*, pp. 83-84.

realizada uma nova tabela de avaliação, cujo conteúdo poderá constituir uma importante base de trabalho para a apreciação das condições oferecidas nos espaços museológicos.

A criação de tabelas ou gráficos de avaliação, deverá basear-se em escalas de valor predefinidas, de fácil apreensão e aplicação. Os inquéritos deverão definir parâmetros-tipo, esquematizados em tabela de acordo com as distintas temáticas inerentes ao processo de avaliação. Entre as inúmeras abordagens possíveis, poderá recorrer-se, por exemplo, a métodos de classificação mais simplificados, disponíveis por gráficos de cores, com determinação de um grau de satisfação genérico, para um determinado parâmetro em avaliação. Este tipo de gráficos, de natureza mais generalista, encontra-se amplamente difundido pelo Programa *Herity*[124], dedicado à avaliação da qualidade dos planos de recuperação e beneficiação aplicáveis sobre o património cultural construído.

A avaliação poderá e deverá ser realizada no entanto, de modo muito criterioso, utilizando para tal, meios muito rigorosos. Os inquéritos realizados ao público poderão fornecer amostragens de informação, tanto ou mais fidedignas, consoante o grau de complexidade da pergunta realizada. Tenha-se em consideração a seguinte tabela:

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não	Sem Aplicação	Valor 1 a 4
1 - Acesso ao Castelo – Espaço Exterior				
Existe sinalização exterior nas imediações do castelo				

[124] Sobre a temática da *Avaliação e Diagnóstico* na acessibilidade física e intelectual aos espaços consulte-se MÉNDEZ, Matilde González – *ob. cit.*, pp. 53-57. Terá igualmente interesse a consulta do site www. herity.it, dedicado ao programa *Cultural Heritage Quality Management Recognition* [Setembro 2007].

Existem transportes públicos que assegurem o acesso				
Existe estacionamento reservado para pessoas com deficiência				
O parqueamento possui as dimensões mínimas de 550 x 350 cm				
Os pavimentos são compactos e de boa aderência				
Os passeios têm a largura mínima de 225 cm				
Os lancis das passagens possuem uma inclinação ligeira				
Existem rampas de acesso com corrimão				
Existem degraus				
As portas são giratórias				
As portas são automáticas de correr				
A porta de vidro tem assinalado o contraste cromático ao nível dos olhos e do pavimento				

Os resultados do inquérito e avaliação aos meios de acessibilidade física serão mais completos, mediante o grau de pormenor imposto ao questionário. Poderão realizar-se perguntar genéricas ou questões minuciosas, dependentes do nível de informação que se pretenda obter junto do visitante. Já no domínio da transmissão de informação, poderá organizar-se o seguinte questionário:

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não	Sem Aplicação	Valor 1 a 4
2 – Informação Disponibilizada no Monumento				
O nome o horário do monumento são legíveis				
O nome o horário do monumento estão disponíveis em Braille				
O nome o horário do monumento estão disponíveis em versão sonora				
Os painéis e roteiros permitem uma interpretação clara				
Existem textos ou documentação em Braille				
Os mapas de orientação são simples e claros				
Os espaços do monumento estão identificados por diferentes cores				
Existe informação em vários idiomas				
A informação dos expositores tem uma posição constante				
Existem ecrãs tácteis com informação sonora				
As entradas e saídas encontram-se bem identificadas				

A informação disponibilizada no monumento ou núcleo museológico, poderá assumir as mais distintas abordagens, desde o formato papel do pequeno folheto informativo, ao painel explicativo. Os elementos multimédia, presentes através dos ecrãs tácteis, bem como os elementos sonoros são essenciais ao correcto uso do espaço expositivo.

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não	Sem Aplicação	Valor 1 a 4
3 – Condições de Acolhimento no Monumento				
A bilheteira e o balcão de atendimento têm largura mínima de 150 cm				
O balcão de atendimento têm espaço livre no mínimo de 2m²				
Instalações sanitárias para ambos os sexos				
Instalações sanitárias para pessoas com deficiência				
O pavimento possui condições de aderência				
As escadas e rampas têm a largura mínima de 150 cm				
As mesas têm altura regulável e permitem encaixe de cadeira de rodas				
Existe loja				
Existe bar, cafetaria ou restaurante				

Estas condições, ainda que não se relacionem directamente com a fruição do objecto ou espaço patrimonial, serão essenciais à fruição do património por parte do visitante. A existência ou não de um espaço de lazer ou de uma cafetaria e instalações sanitárias com condições básicas, poderão, por exemplo condicionar o modo como um visitante realiza a própria visita. Deste modo, torna-se clara a utilidade da avaliação realizado pelo público.

Parâmetros de Avaliação	Sim	Não	Sem Aplicação	Valor 1 a 4
4 – Condições do Espaço de Exposição ou Núcleo Museológico				
Os expositores possuem boas condições de iluminação				
Os expositores têm os contornos bem definidos e possuem protecção				
Os objectos expostos possuem uma ligeira inclinação				
Os suportes de informação não constituem um obstáculo				
Os revestimentos do pavimento (alcatifas) estão fixos correctamente				
As divisões possuem boa iluminação				
Os objectos encontram-se bem iluminados				

5.3. Conclusão

O Castelo de Alter do Chão enquanto objecto patrimonial reflecte uma cumplicidade peculiar entre o espaço antigo de valor histórico-cultural e a intervenção contemporânea, respeitadora das preexistências históricas e culturais. O projecto de beneficiação e recuperação do castelo alentejano resultou, deste modo, numa intervenção de elevado valor estético de características muito específicas.

A falta continuada de manutenção do edifício, bem como o abandono a que este foi votado tornaram a intervenção de reabilitação num processo muito sensível, dificilmente posto em prática sem o recurso a especialidades técnicas distintas. Na verdade, a intervenção e fundamentação científica de intervenções desta natureza não se deverão limitar à recolha de breves informações histórico-culturais acerca do imóvel. Partindo deste pressuposto, foram tidas em consideração as abordagens realizadas por uma equipa multidisciplinar com recurso à Engenharia Civil, Arquitectura, Arqueologia e História, dotadas de meios de investigação essenciais à execução de todo o projecto de reabilitação.

Por este processo tornou-se necessária a preservação dos valores históricos e culturais presentes no espaço construído, preservando-se e garantindo-se, por este meio, o restauro do objecto físico existente e a manutenção dos valores sociais a ele inerentes. A presença de um elemento patrimonial num meio cultural, ao reflectir modos e comportamentos humanos, tem por consequência um valor intrínseco que somente uma correcta reabilitação pode preservar.

O desenvolvimento do turismo cultural e a crescente consciencialização social do papel do património cultural nas comunidades sociais, têm vindo a ser determinantes para a elaboração de planos de intervenção, em que a investigação e a protecção, a conservação e a valorização adquirem um papel essencial no desenvolvimento do património socio-económico comum. Nesta medida, tornou-se oportuno reflectir sobre os projectos de valorização contemporâneos – que não sendo na sua essência operações de restauro propriamente ditas –, representam, todavia, uma atitude cultural indissociável do conceito de reabilitação e preservação da cultura comum.

A beneficiação do castelo de Alter do Chão encontra-se inserida nesta problemática, enquanto reflexo de uma proposta de valorização baseada num plano de intervenção devidamente fundamentado. Neste sentido, e tendo em consideração os princípios de

intervenção actualmente aceites, foi procurado um equilíbrio entre as componentes e funcionalidades da construção moderna, patente na necessidade de reabilitação do espaço monumental preexistente. Este equilíbrio, traduzido pela execução de *boas práticas* de restauro, teve como objectivo a recuperação e valorização dos espaços sem que tenha sido colocado em risco o valor patrimonial dos elementos construídos.

A proposta de beneficiação do edifício militar destaca-se igualmente pelo carácter valorativo e reabilitativo dos planos de intervenção, devidamente alicerçados em critérios de *não intervenção*, caracterizados pela ausência de marcos simbólicos contemporâneos. O conhecimento rigoroso do edifício e dos processos construtivos tradicionais que este apresenta, constituiu a base do projecto de intervenção, com um sucesso garantido pela aplicação de materiais e técnicas tradicionais adequadas.

Os critérios de intervenção que pautaram o projecto de reabilitação do castelo medieval de Alter do Chão procuraram a total compatibilidade com o elemento preexistente, limitando a acção restauradora a um mínimo de acções indispensáveis. Existiu um recurso permanente a técnicas de construção tradicionais, de soluções não intrusivas e totalmente reversíveis. Foi ainda garantida a manutenção das características formais do espaço fortificado, sem adição ou subtracção de qualquer elemento construtivo descaracterizador. Quando necessário foram utilizados materiais contemporâneos de total compatibilidade com a construção tradicional, reaproveitando-se, sempre que possível, elementos construtivos originais sem recurso a reproduções de simulação ou *pastiche*.

De um modo geral, esteve sempre presente o respeito pela manutenção do critério de autenticidade, inerente ao monumento militar. A autenticidade pressupõe o respeito pela manutenção dos materiais originais e pela integridade do conjunto preexistente, composto por uma estrutura e por um conjunto de elementos e materiais constituintes, de igual valor patrimonial. O conjunto destes elementos foi, por esta razão, inteiramente respeitado, tendo em consideração que a remoção ou alteração dos elementos constituintes constitui sempre uma perda de valor histórico do espaço construído. Pretendeu-se, no fundo, aliar a intervenção analisada à manutenção dos valores históricos associados ao conjunto fortificado, sem que tivesse sido permitido em algum momento a execução de uma intervenção passível de adulteração ou falsificação dos elementos preexistentes.

Capítulo VI

Fontes Bibliográficas e Anexos Documentais

6.1. Estudos Especializados

AGUIAR, José – «Conservação do Património Urbano: Evolução dos Conceitos e da Teoria», in *Cor e Cidade Histórica, Estudos Cromáticos e Conservação do Património*, FAUP, Porto, 2005.

ALARCÃO, Jorge – «O Domínio Romano», in *Portugal – das Origens à Romanização*, Coordenação de Jorge de Alarcão, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

ALMEIDA, João – «Monumentos do Concelho de Alter do Chão», in *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, vol. III, Publicação do Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1947.

ANTÓNIO, Jorge – «Contrato de Comodato do Castelo de Alter do Chão», in *Revista Fragmento*, Boletim de Arqueologia e História do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Alter do Chão, n.º 3, Novembro de 2006.

APPLETON, João – «Recuperação Construtiva de Edifícios Conventuais: da Teoria à Prática», in *Conversas à Volta dos Conventos*, Évora, 2002.

APPLETON, João – *Reabilitação de Edifícios Antigos. Patologias e Tecnologias de Intervenção*, Edições Orion, Lisboa, 2003.

BARROCA, Mário Jorge – «Arquitectura Militar», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, direcção de Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, 2003.

BARROCA, Mário Jorge – «Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico», in *Revista Portugália*, Nova Série: vol. XI-XII, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1990-1991.

BARROS, Luís Aires – «As Grandes Questões do Património Cultural Construído», in *Cadernos SPPC*, Sociedade para a Preservação do Património Construído, n.º 2, Lisboa, 1996.

BAZZANA, André & CRESSIER, Patrice & GUICHARD, Pierre – *Les Châteaux Ruraux d'Al-Andalus: Histoire et Archéologie des Husun du Sud-Est de L'Espagne*, Publications de la Casa de Veslásquez, Série Archéologie XI, Madrid, 1988.

BENGOA, José Ignacio – «La Proteccion del Património Cultural de la Humanidad», in *Boletín del Instituto Andaluz de Patrimonio Histórico*, n.º 17, 1996.

BLANCO, Javier & ARROYO, Salvador Pérez – *Carta de Cracovia 2000. Principios para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construido*, Instituto Espanhol de Arquitectura, Universidade de Valladolid, 2000.

BUCHO, Domingos – *Teoria e História da Conservação. Notas de investigação e textos de apoio*, tese de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, texto policopiado, Universidade de Évora, Évora, 2003.

CABALLERO ZOREDA, Luís – «Arqueologia de la Arquitectura. Conocimiento e Intervención», in *Revista Estudos de Património*, n.º 9, IPPAR, Lisboa, 2006.

CALADO, Rafael Salinas – *Brasões dos Duques de Bragança no seu antigo senhorio da vila de Alter do Chão,* Coimbra, 1948.

CARVALHO, Sérgio Luís – *Cidades Medievais Portuguesas: Uma Introdução ao seu Estudo*, Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

CATARINO, Helena – «Os Sistemas Defensivos», in *História de Portugal: O Mundo luso-romano e o Portugal medieval*, vol. III, coordenação de João Medina, Ediclube, Lisboa, 2004.

COLWELL, Peter & MENDES, Elisabete – *Temas de Museologia. Museus e Acessibilidade*, Coordenação de Clara Mineiro, colecção «Temas de Museologia», Instituto Português de Museus, Lisboa, 2004.

CUNHA, Rui Maneira – «As Medidas utilizadas em Portugal», in *As Medidas na Arquitectura, Séculos XIII – XVIII: o Estudo de Monsaraz*, Caleidoscópio, Lisboa, 2003.

CUSTÓDIO, Jorge – «De Alexandre Herculano à Carta de Veneza», in *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993.

DIAS, Pedro – «A Arquitectura Militar», in *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994.

DUARTE, Pedro Sanches – «A gestão patrimonial como exercício de história das mentalidades», in *Revista ERA Arqueologia,* n.º 7, Lisboa, Fevereiro 2006.

FARIA, Amorim – «Reabilitação de Estruturas de Madeira em Edifícios Antigos», in *Primeiras Jornadas de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro*, [s. n.], Aveiro, 2003.

FERREIRA, António Manuel – «A Vila de Alter do Chão na História de Portugal», in *A Cidade*, n.º 3, Portalegre, 1982.

FONTES, Luís – «Experiências Portuguesas em Arqueologia da Arquitectura», in *Revista Estudos de Património*, n.º 9, IPPAR, Lisboa, 2006.

GASPAR, Jorge – «Herança, Património e Turismo», in *I Fórum Marvão, Actas do Colóquio de Património, Turismo, Despovoamento e Descaracterização dos Centros Históricos*, Câmara Municipal de Marvão, 2005.

GOMES, António Saul – *Introdução à história do castelo de Leiria*, Colecção «Cidade de Leiria», Câmara Municipal de Leiria, Leiria, 1995.

GOMES, Rita Costa – *Castelos da Raia: A Beira*, vol. I, IPPAR, Lisboa, 1996.

HARRIS, Edward – «Stratigraphic Sequences and Post Excavation Analyses», in *Principles of Archaeological Stratigraphy*, Academic Press, Londres, 1979.

HENRIQUES, Fernando – «Teoria da Conservação», in *A Conservação do Património Histórico Edificado*, LNEC, Memória n.º 775, Lisboa, 1991.

HERCULANO, Alexandre – *Opúsculos, Questões Públicas*, vol. II, Livraria Bertrand, Lisboa, 1872-1873.

JOKILEHTO, Jukka – *A History of Architectural Conservation*, Butterworth & Heinmann Edition, Oxford, 1999.

JORGE, Virgolino Ferreira – «Arquitectura, Medida e Número na Catedral de Évora», in *Revista Monumentos*, n.º 26, DGEMN, Abril, 2007.

KEIL, Luís – «Distrito de Portalegre», in *Inventário Artístico do Distrito de Portalegre*, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1943.

LOPES, Flávio – «Carta de Atenas», in *Cartas e Convenções Internacionais*, IPPAR, Lisboa, 1996.

MAGALHÃES, A. Cristiana – «Patologia de rebocos antigos», in *Cadernos de Edifícios*, n.º 2, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, Outubro de 2002.

MATTOSO, José – «Portugal no reino Asturiano-Leonês», in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. I, Editorial Estampa, Lisboa, 1993.

MÉNDEZ, Matilde González – «Herity para la calidad en la gestión para el público de los bienes culturales», in *Actas do III Congresso Internacional sobre Musealización de Yacimientos Arqueológicos*, Junta de Zaragoza, 2004.

MONTEIRO, João Gouveia – Os *Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média – Presença, Perfil, Conservação, Vigilância e Comando,* Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999.

NABAIS, José Casalta – *Introdução ao Direito do Património Cultural*, Almedina, Coimbra, 2004.

NUNES, Lina & CRUZ, Helena – «Fungal Degradation of Wood Buildings», in *Conference of Microbial Impact on Building Materials*, LNEC, Lisboa, 2003.

OLIVEIRA, Ernesto & GALHANO, Fernando – «Casa Térrea: Zona Alentejana», in *Portugal de Perto, Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.

Os Castelos Fronteiriços do Alto Alentejo, Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, Lisboa, 1990.

PARENTI, Roberto – «Una visión general de la Arqueologia de la Arquitectura», in *Actas de Arqueologia de la Arquitectura. El método arqueológico aplicado al processo de estúdio y de intervención en edificios históricos*, Consejería de Educación y Cultura, Junta de Castilla y León, Burgos, 1999.

PEREIRA, António Nunes – «Para uma Terminologia da Disciplina de Protecção do Património Construído», in *Jornal dos Arquitectos*, n.º 213, Associação dos Arquitectos Portugueses, Novembro/Dezembro 2003.

PEREIRA, Paulo – «Acerca das Intervenções no Património Edificado. Alguma História», in *Intervenções no Património. Nova Política de 1995-2000*, IPPAR, Lisboa, 1997.

PERES, Damião – «Criação de Portugal: Conquista da Autonomia Política e Eclosão do sentimento Nacional», in *Como Nasceu Portugal*, 8ª edição, Editorial Vertente, Porto.

PINHO, Fernando – «Paredes e Muros de Cantaria e Enxilharia», in *Paredes de Edifícios Antigos em Portugal*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2000.

PONTES, Maria Leonor & MONTEIRO, João Gouveia – *Os Castelos Portugueses, Guia Temático*, IPPAR, Lisboa, 2002.

PROENÇA, Alexandre Marques – «Notas Históricas sobre Alter do Chão e Alter Pedroso/Castelo de Alter do Chão», in *Mensageiro de Alter*, n.º 286, [s. n.], Alter do Chão, 15 de Agosto de 1975.

PROVIDÊNCIA, Pedro – «O desempenho dos revestimentos e acabamentos históricos na leitura do Património Monumental», in *Revista Estudos de Património*, n.º 9, IPPAR, Lisboa, 2006.

REAL, Fernando – «Património Arqueológico: Conservação e Usos», in *Cadernos SPPC*, Sociedade para a Preservação do Património Construído, n.º 3, Évora, 1996.

REILLY, Bernard – «As Duas Culturas em Presença na Ibéria do Século XII», in *Cristãos e Muçulmanos: A Luta pela Península Ibérica*, Editorial Teorema, Lisboa, 1996.

SILVA, Henrique Gomes – «Monumentos Nacionais. Orientação Técnica a seguir no seu Restauro», in *Tese de Apresentação ao Primeiro Congresso da União Nacional. Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 1, DGEMN, Porto, 1935.

SILVA, Suzana & NABAIS, José Casalta – *Direito do Património Cultural: Legislação*, Almedina, Coimbra, 2003.

SIMÕES, Abel – *O Tijolo, Velho e Sempre Novo Material de Construção*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 1966.

SOROMENHO, Miguel & SILVA, Nuno Vassalo – «Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos. Da Idade Média ao século XVIII», in *Dar Futuro ao Passado*, IPPAR, Lisboa, 1993.

VEIGA, Maria Rosário – «Comportamento de rebocos para edifícios antigos: Exigências gerais e requisitos específicos para edifícios antigos», in *Seminário Sais solúveis em argamassas de edifícios antigos*, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa, 2005.

6.2. Obras de Referência

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Igreja de Leça do Balio, n.º 1, DGEMN, Porto, Setembro 1935.

CALADO, Margarida & SILVA, Jorge Henrique – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*, Editorial Presença, Lisboa, Março, 2005.

Dicionário de História de Portugal, direcção de Joel Serrão, vol. III, Figueirinhas, Lisboa, 2002.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, vol. XVI, Temas & Debates, Lisboa, 2005.

FIGUEIREDO, Paulo – *Dicionário de Termos Arqueológicos*, Prefácio, Lisboa, 2003.

LEÃO, Duarte Nunes – *Descrição do Reino de Portugal*, 3.ª edição, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

Monarquia Lusitana, Parte Terceira, por Frei António Brandão, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1974.

Nova História de Portugal: Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista, vol. II, coordenação de A. H. de Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa, 1993.

NUNES, António Pires – *Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar*, Estado Maior do Exército, Direcção do Serviço Histórico-Militar, Lisboa, 1991.

Portugal. Diccionario Histórico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico, Artistico…, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, Romano Torres Editor, Lisboa, 1904.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène – *Encyclopédie Médievale*, Bibliothèque de l'Image, Paris, 2004.

VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram*, vol. I, Livraria Civilização, Porto, 1965.

6.3. Fontes Documentais

Ordem de Serviço n.º 866, de 20 de Julho de 1936. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201010001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Memória Descritiva do Projecto de 1938, datado de 27 de Abril de 1938. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Ofício n.º 47, da 3.ª Secção da Repartição Técnica de Évora, de 13 Março de 1939. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Alerta de ruína exposto pela Instituição da Casa do Alentejo em Março de 1943 e dirigido ao Ministério das Obras Públicas. *Ofício da Casa do Alentejo* de 23 Março de 1943. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Comunicação n.º 181, de 1 de Maio de 1944. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Comunicação n.º 28, de 7 de Fevereiro de 1946. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Memória Descritiva do Projecto de 1946, de 28 de Janeiro de 1946. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Ofício da Fundação Casa de Bragança n.º 2940 ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 17 de Setembro de 1954. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Comunicação n.º 32, de 19 de Janeiro de 1954. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Excerto da *Memória Descritiva do Projecto de 1955*, de 1 de Outubro de 1955. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Memória Descritiva e Excerto do Orçamento do Projecto de Restauro de 9 de Março de 1977. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Ofício 172–A, respeitante ao projecto de 1977, de 12 de Abril de 1977. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Levantamento Arquitectónico do castelo de Alter do Chão, de Dezembro de 1991. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém. Plantas dos pisos 1 a 3.

Levantamento Arquitectónico do castelo de Alter do Chão, de Dezembro de 1991. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém. Levantamento em corte.

Carta de Risco do Castelo de Alter do Chão, de Janeiro de 2005. *Processo Administrativo*, n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.

Memória Descritiva e Justificativa do Projecto de Requalificação e Adaptação do Castelo de Alter do Chão a Espaço Museológico de 2005. Gabinete de Arquitectura da Câmara Municipal de Alter do Chão.

Carta Militar de Portugal n.º 370 à escala 1/25 000, do Instituto Geográfico Português.

6.4. Cartas e Convenções Internacionais

Carta de Veneza 1964. Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y Sítios. Versão castelhana em www.icomos.org.

Carta de Washington 1987. Carta Internacional para la Conservación de Ciudades Históricas y Áreas Urbanas Históricas. Versão castelhana em www.icomos.org.

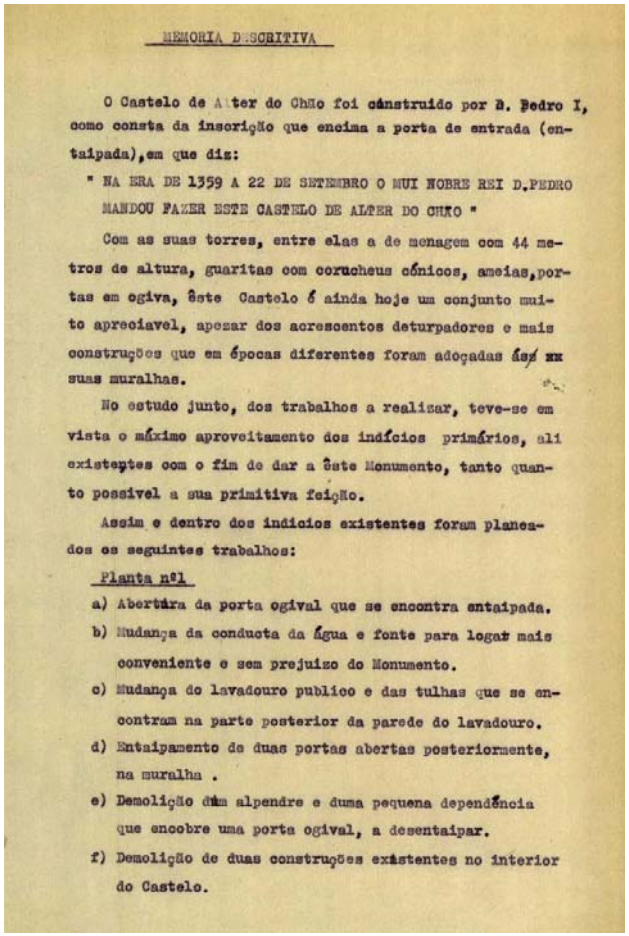
Carta de Lausanne 1990. Carta Internacional para la Gestión del Patrimonio Arqueológico. Versão castelhana em www.icomos.org.

Carta de Cracovia 2000. Principios para la Conservación y Restauración del Patrimonio Construido, Instituto Espanhol de Arquitectura, Universidade de Valladolid.

Convenção de La Valetta, Malta, 1992. Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico. Versão portuguesa em www.aparqueologos.org.icomos.org.

Convenção de Granada, 1985. Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa. Versão portuguesa em www.aparqueologos.org.icomos.org.

6.5. Anexos Documentais



MEMORIA DESCRITIVA

O Castelo de Alter do Chão foi cànstruido por D. Pedro I, como consta da insorição que encima a porta de entrada (entaipada), em que diz:

" NA ERA DE 1359 A 22 DE SETEMBRO O MUI NOBRE REI D.PEDRO MANDOU FAZER ESTE CASTELO DE ALTER DO CHÃO "

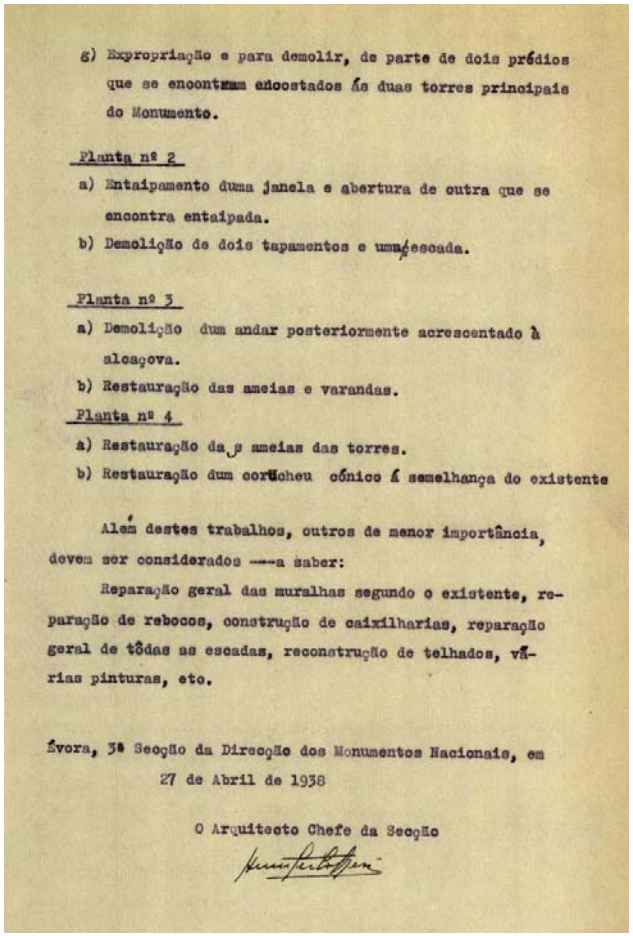
Com as suas torres, entre elas a de menagem com 44 metros de altura, guaritas com corucheus cónicos, ameias, portas em ogiva, êste Castelo é ainda hoje um conjunto muito apreciavel, apezar dos acrescentos deturpadores e mais construções que em épocas diferentes foram adoçadas ás suas muralhas.

No estudo junto, dos trabalhos a realisar, teve-se em vista o máximo aproveitamento dos indícios primários, ali existentes com o fim de dar a êste Monumento, tanto quanto possivel a sua primitiva feição.

Assim e dentro dos indicios existentes foram planeados os seguintes trabalhos:

Planta nº1

a) Abertura da porta ogival que se encontra entaipada.
b) Mudança da conducta da água e fonte para logar mais conveniente e sem prejuizo do Monumento.
c) Mudança do lavadouro publico e das tulhas que se encontram na parte posterior da parede do lavadouro.
d) Entaipamento de duas portas abertas posteriormente, na muralha .
e) Demolição dum alpendre e duma pequena dependência que encobre uma porta ogival, a desentaipar.
f) Demolição de duas construções existentes no interior do Castelo.



g) Expropriação e para demolir, de parte de dois prédios que se encontram encostados ás duas torres principais do Monumento.

Planta nº 2

a) Entaipamento duma janela e abertura de outra que se encontra entaipada.
b) Demolição de dois tapamentos e uma escada.

Planta nº 3

a) Demolição dum andar posteriormente acrescentado à alcaçova.
b) Restauração das ameias e varandas.

Planta nº 4

a) Restauração das ameias das torres.
b) Restauração dum corucheu cónico á semelhança do existente

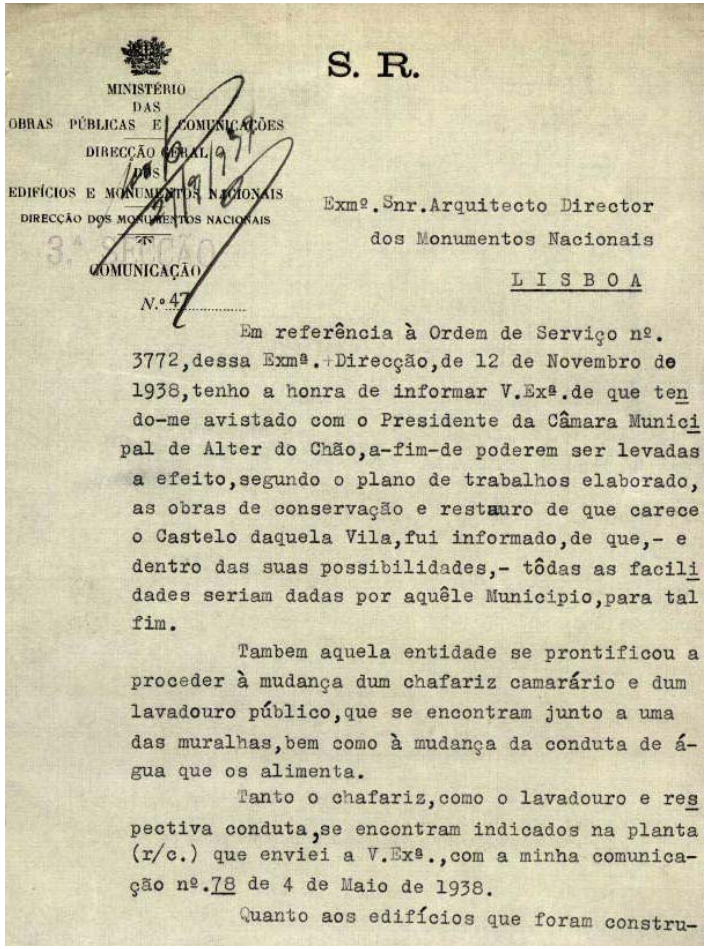
Além destes trabalhos, outros de menor importância, devem ser considerados ---a saber:

Reparação geral das muralhas segundo o existente, reparação de rebocos, construção de caixilharias, reparação geral de tôdas as escadas, reconstrução de telhados, várias pinturas, etc.

Évora, 3ª Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais, em 27 de Abril de 1938

O Arquitecto Chefe da Secção

Memória Descritiva do Projecto de 1938, datado de 27 de Abril de 1938. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.



S. R.

MINISTÉRIO
DAS
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

3.ª SECÇÃO
COMUNICAÇÃO

N.º 47

Exmº. Snr. Arquitecto Director
dos Monumentos Nacionais

L I S B O A

Em referência à Ordem de Serviço nº. 3772, dessa Exmª. Direcção, de 12 de Novembro de 1938, tenho a honra de informar V.Exª. de que tendo-me avistado com o Presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão, a-fim-de poderem ser levadas a efeito, segundo o plano de trabalhos elaborado, as obras de conservação e restauro de que carece o Castelo daquela Vila, fui informado, de que, - e dentro das suas possibilidades, - tôdas as facilidades seriam dadas por aquêle Municipio, para tal fim.

Tambem aquela entidade se prontificou a proceder à mudança dum chafariz camarário e dum lavadouro público, que se encontram junto a uma das muralhas, bem como à mudança da conduta de água que os alimenta.

Tanto o chafariz, como o lavadouro e respectiva conduta, se encontram indicados na planta (r/c.) que enviei a V.Exª., com a minha comunicação nº. 78 de 4 de Maio de 1938.

Quanto aos edifícios que foram construídos junto à muralha e que são, propriedade de particulares, tambem o Presidente daquela Câmara me informou, de que seriam e no momento oportuno, envidados os melhores esforços, para que o Castelo ficasse desafrontado daquelas construções.

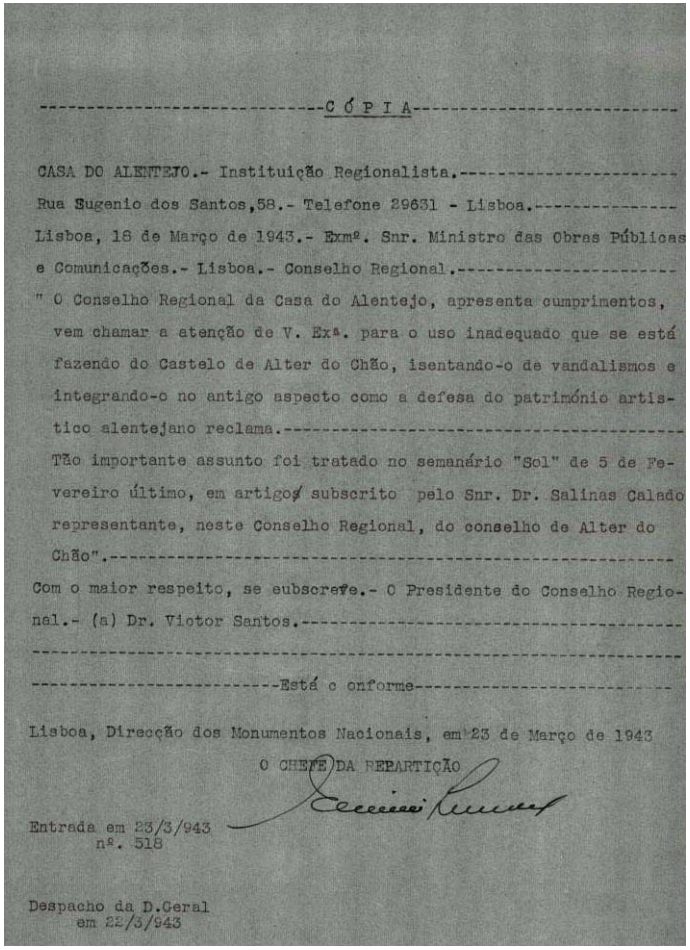
Mais informo V.Exª., de que, tendo avisado o proprietário do referido Castelo (Snr. Antonio Cordovil, residente nesta cidade), de que era necessário proceder às obras de restauro que o mesmo Castelo necessita, e segundo o plano elaborado -(isto por se tratar dum Monumento Nacional em posse dum particular)- fui informado, de que, não se encontrando em condições de poder levar a efeito aquelas obras, atendendo a que eram obras de certo vulto, da melhor vontade procederia à sua venda, desde que lhe fossem ofertados cêrca de 70.000$00.

A Bem da Nação
Évora, 3ª. Secção, em 13 de Março de 1939.

O Arquitecto Chefe

ENTRADA
14-3-1939
Fls. 1º
PROCESSO Nº

Ofício n.º 47 da 3ª Secção da Repartição Técnica de Évora datado de 13 Março de 1939. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.



----------C Ó P I A----------

CASA DO ALENTEJO.- Instituição Regionalista.----------
Rua Eugenio dos Santos,58.- Telefone 29631 - Lisboa.----------
Lisboa, 18 de Março de 1943.- Exmº. Snr. Ministro das Obras Públicas
e Comunicações.- Lisboa.- Conselho Regional.----------
" O Conselho Regional da Casa do Alentejo, apresenta cumprimentos,
vem chamar a atenção de V. Exª. para o uso inadequado que se está
fazendo do Castelo de Alter do Chão, isentando-o de vandalismos e
integrando-o no antigo aspecto como a defesa do património artis-
tico alentejano reclama.----------
Tão importante assunto foi tratado no semanário "Sol" de 5 de Fe-
vereiro último, em artigo subscrito pelo Snr. Dr. Salinas Calado
representante, neste Conselho Regional, do conselho de Alter do
Chão".----------
Com o maior respeito, se subscreve.- O Presidente do Conselho Regio-
nal.- (a) Dr. Victor Santos.----------

----------Está conforme----------

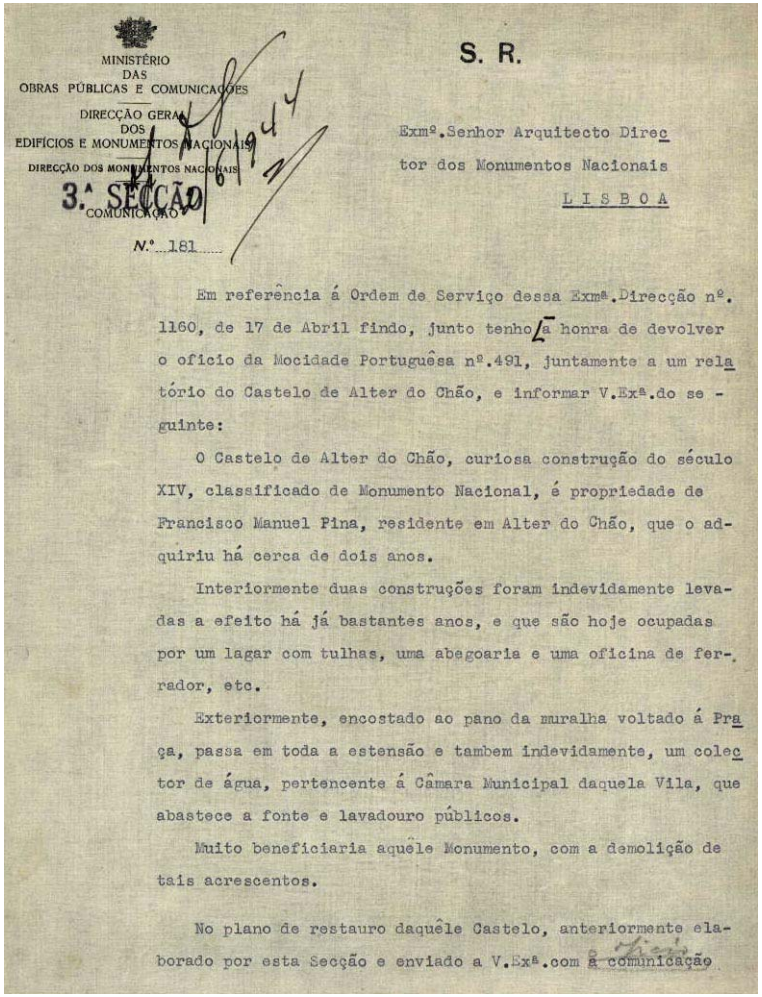
Lisboa, Direcção dos Monumentos Nacionais, em 23 de Março de 1943

O CHEFE DA REPARTIÇÃO

Entrada em 23/3/943
nº. 518

Despacho da D.Geral
em 22/3/943

Alerta de ruína exposto pela Instituição da Casa do Alentejo em Março de 1943 e dirigido ao Ministério das Obras Públicas. *Ofício da Casa do Alentejo* de 23 Março de 1943. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.



MINISTÉRIO
DAS
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

3.ª SECÇÃO
COMUNICAÇÃO

N.º 181

S. R.

Exmº.Senhor Arquitecto Direc
tor dos Monumentos Nacionais
LISBOA

Em referência á Ordem de Serviço dessa Exmª.Direcção nº. 1160, de 17 de Abril findo, junto tenho a honra de devolver o ofício da Mocidade Portuguêsa nº.491, juntamente a um relatório do Castelo de Alter do Chão, e informar V.Exª.do seguinte:

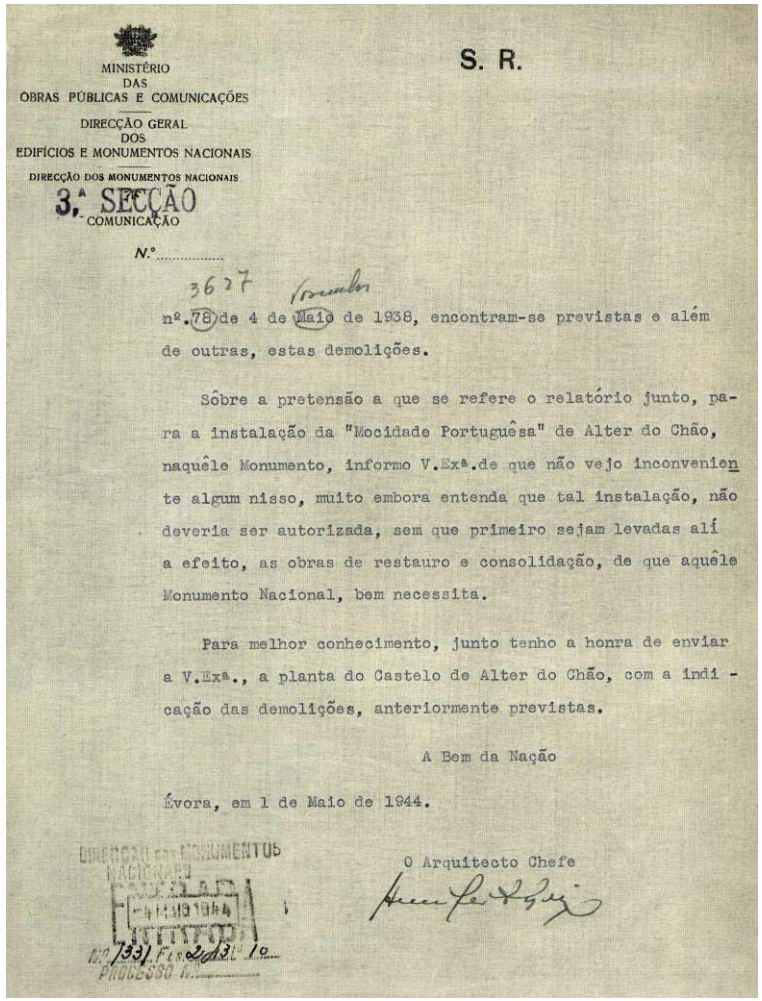
O Castelo de Alter do Chão, curiosa construção do século XIV, classificado de Monumento Nacional, é propriedade de Francisco Manuel Pina, residente em Alter do Chão, que o adquiriu há cerca de dois anos.

Interiormente duas construções foram indevidamente levadas a efeito há já bastantes anos, e que são hoje ocupadas por um lagar com tulhas, uma abegoaria e uma oficina de ferrador, etc.

Exteriormente, encostado ao pano da muralha voltado á Praça, passa em toda a estensão e tambem indevidamente, um colector de água, pertencente á Câmara Municipal daquela Vila, que abastece a fonte e lavadouro públicos.

Muito beneficiaria aquêle Monumento, com a demolição de tais acrescentos.

No plano de restauro daquêle Castelo, anteriormente elaborado por esta Secção e enviado a V.Exª.com a comunicação



MINISTÉRIO
DAS
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

3.ª SECÇÃO
COMUNICAÇÃO

N.º

S. R.

3627 (novembro)

nº.78 de 4 de Maio de 1938, encontram-se previstas e além de outras, estas demolições.

Sôbre a pretensão a que se refere o relatório junto, para a instalação da "Mocidade Portuguêsa" de Alter do Chão, naquêle Monumento, informo V.Exª.de que não vejo inconveniente algum nisso, muito embora entenda que tal instalação, não deveria ser autorizada, sem que primeiro sejam levadas alí a efeito, as obras de restauro e consolidação, de que aquêle Monumento Nacional, bem necessita.

Para melhor conhecimento, junto tenho a honra de enviar a V.Exª., a planta do Castelo de Alter do Chão, com a indicação das demolições, anteriormente previstas.

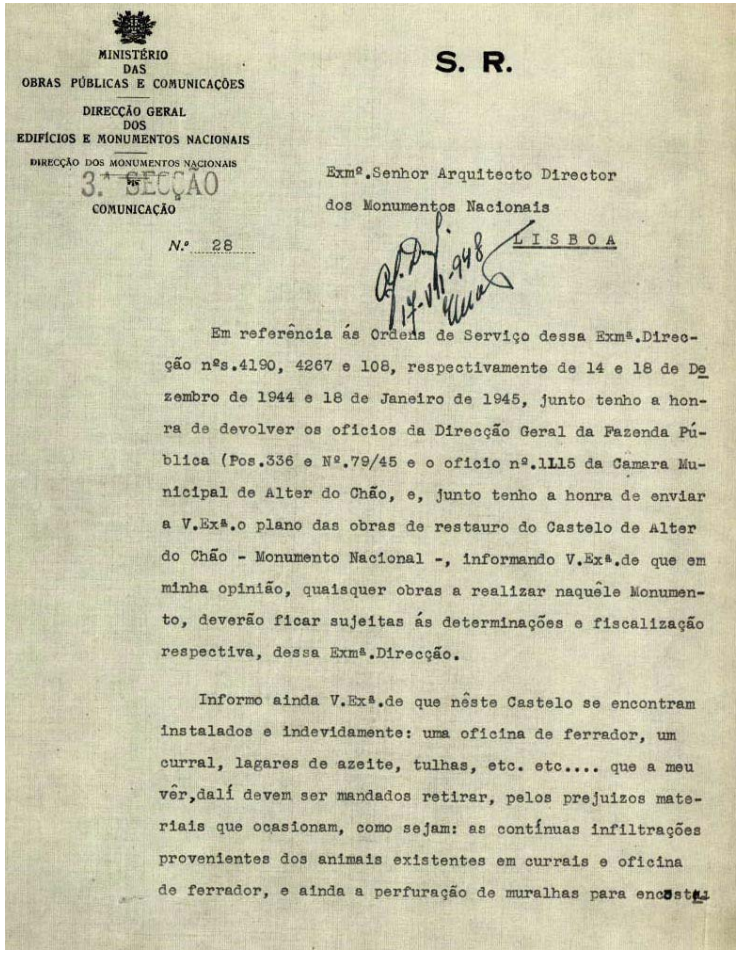
A Bem da Nação

Évora, em 1 de Maio de 1944.

O Arquitecto Chefe

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS
PROCESSO N.º 133 Fls. 2 a 3 1º

Comunicação n.º 181, de 1 de Maio de 1944. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.



MINISTÉRIO
DAS
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

3.ª SECÇÃO
COMUNICAÇÃO

N.º 28

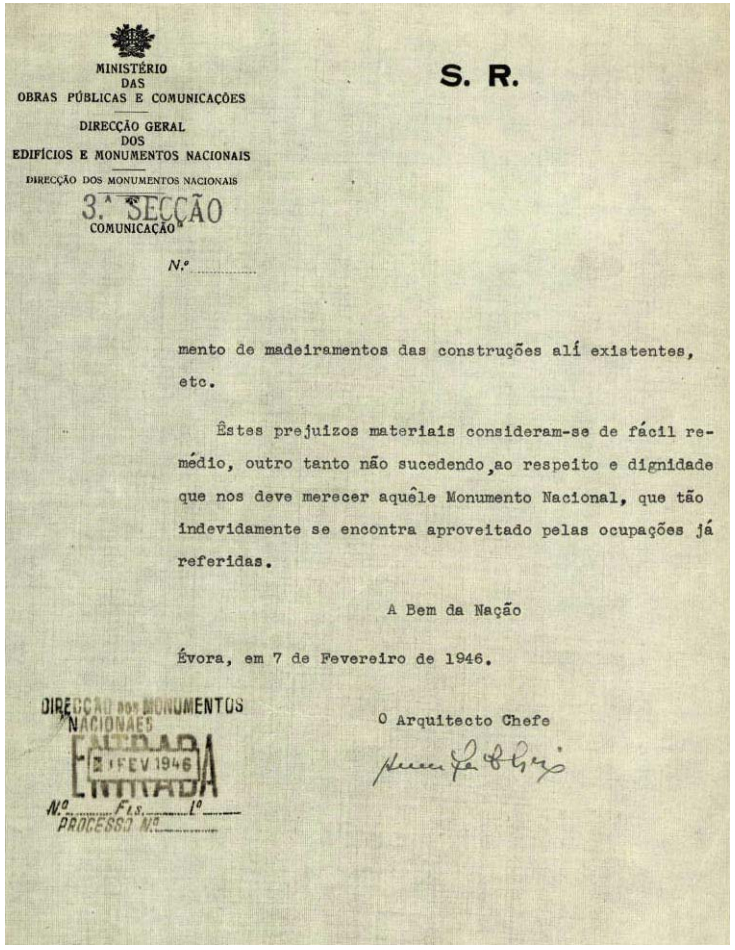
S. R.

Exmº.Senhor Arquitecto Director
dos Monumentos Nacionais
LISBOA

17-VII-948

Em referência ás Ordens de Serviço dessa Exmª.Direcção nºs.4190, 4267 e 108, respectivamente de 14 e 18 de Dezembro de 1944 e 18 de Janeiro de 1945, junto tenho a honra de devolver os oficios da Direcção Geral da Fazenda Pública (Pos.336 e Nº.79/45 e o oficio nº.1115 da Camara Municipal de Alter do Chão, e, junto tenho a honra de enviar a V.Exª.o plano das obras de restauro do Castelo de Alter do Chão - Monumento Nacional -, informando V.Exª.de que em minha opinião, quaisquer obras a realizar naquêle Monumento, deverão ficar sujeitas ás determinações e fiscalização respectiva, dessa Exmª.Direcção.

Informo ainda V.Exª.de que nêste Castelo se encontram instalados e indevidamente: uma oficina de ferrador, um curral, lagares de azeite, tulhas, etc. etc.... que a meu vêr,dalí devem ser mandados retirar, pelos prejuizos materiais que ocasionam, como sejam: as contínuas infiltrações provenientes dos animais existentes em currais e oficina de ferrador, e ainda a perfuração de muralhas para encosta



MINISTÉRIO
DAS
OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

DIRECÇÃO GERAL
DOS
EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAIS

3.ª SECÇÃO
COMUNICAÇÃO

N.º

S. R.

mento de madeiramentos das construções alí existentes, etc.

Êstes prejuizos materiais consideram-se de fácil remédio, outro tanto não sucedendo,ao respeito e dignidade que nos deve merecer aquêle Monumento Nacional, que tão indevidamente se encontra aproveitado pelas ocupações já referidas.

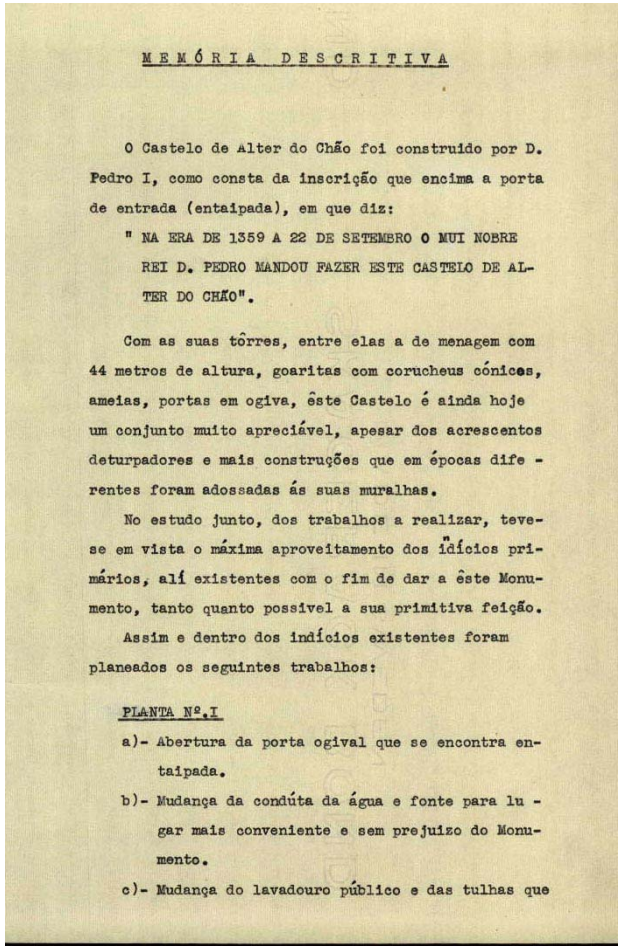
A Bem da Nação

Évora, em 7 de Fevereiro de 1946.

O Arquitecto Chefe

DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS NACIONAES
ENTRADA
12 FEV 1946
N.º Fls. 1º
PROCESSO N.º

Comunicação n.º 28, de 7 de Fevereiro de 1946. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.



MEMÓRIA DESCRITIVA

O Castelo de Alter do Chão foi construido por D. Pedro I, como consta da inscrição que encima a porta de entrada (entaipada), em que diz:

" NA ERA DE 1359 A 22 DE SETEMBRO O MUI NOBRE REI D. PEDRO MANDOU FAZER ESTE CASTELO DE ALTER DO CHÃO".

Com as suas tôrres, entre elas a de menagem com 44 metros de altura, goaritas com corucheus cónicos, ameias, portas em ogiva, êste Castelo é ainda hoje um conjunto muito apreciável, apesar dos acrescentos deturpadores e mais construções que em épocas diferentes foram adossadas ás suas muralhas.

No estudo junto, dos trabalhos a realizar, teve-se em vista o máxima aproveitamento dos indícios primários, alí existentes com o fim de dar a êste Monumento, tanto quanto possivel a sua primitiva feição.

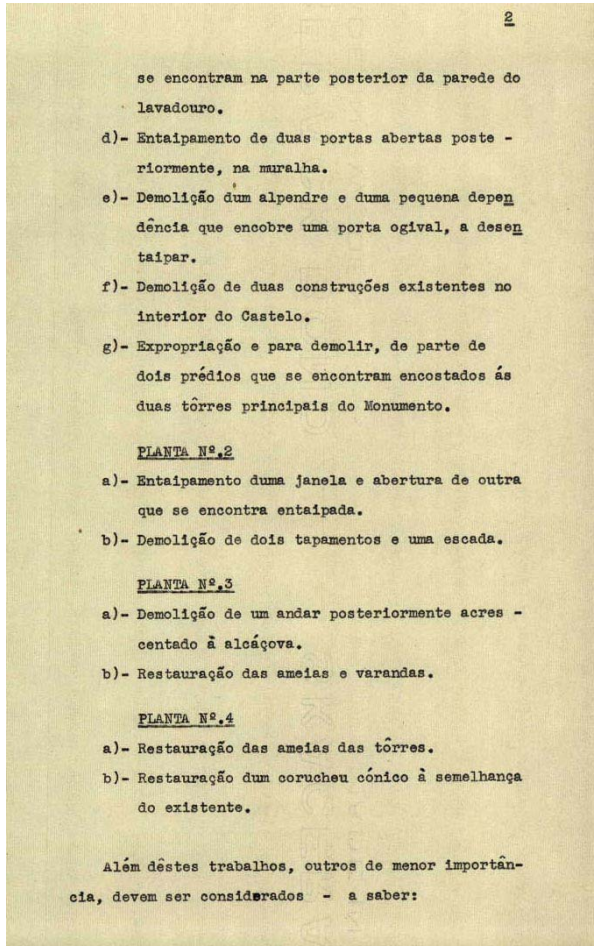
Assim e dentro dos indícios existentes foram planeados os seguintes trabalhos:

PLANTA Nº.1

a)- Abertura da porta ogival que se encontra entaipada.

b)- Mudança da condúta da água e fonte para lugar mais conveniente e sem prejuizo do Monumento.

c)- Mudança do lavadouro público e das tulhas que



2

se encontram na parte posterior da parede do lavadouro.

d)- Entaipamento de duas portas abertas posteriormente, na muralha.

e)- Demolição dum alpendre e duma pequena dependência que encobre uma porta ogival, a desentaipar.

f)- Demolição de duas construções existentes no interior do Castelo.

g)- Expropriação e para demolir, de parte de dois prédios que se encontram encostados ás duas tôrres principais do Monumento.

PLANTA Nº.2

a)- Entaipamento duma janela e abertura de outra que se encontra entaipada.

b)- Demolição de dois tapamentos e uma escada.

PLANTA Nº.3

a)- Demolição de um andar posteriormente acrescentado à alcáçova.

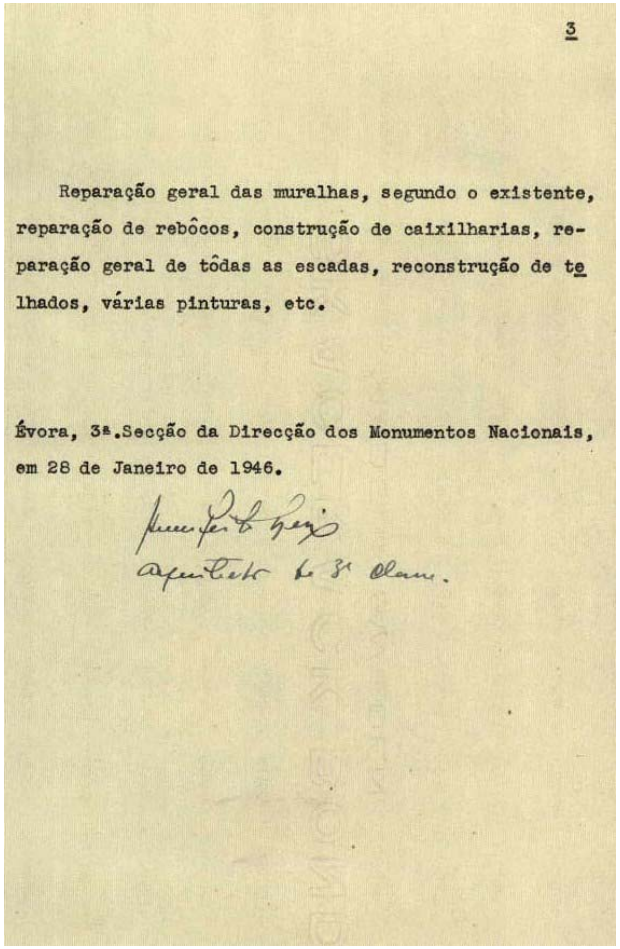
b)- Restauração das ameias e varandas.

PLANTA Nº.4

a)- Restauração das ameias das tôrres.

b)- Restauração dum corucheu cónico à semelhança do existente.

Além dêstes trabalhos, outros de menor importância, devem ser considerados - a saber:



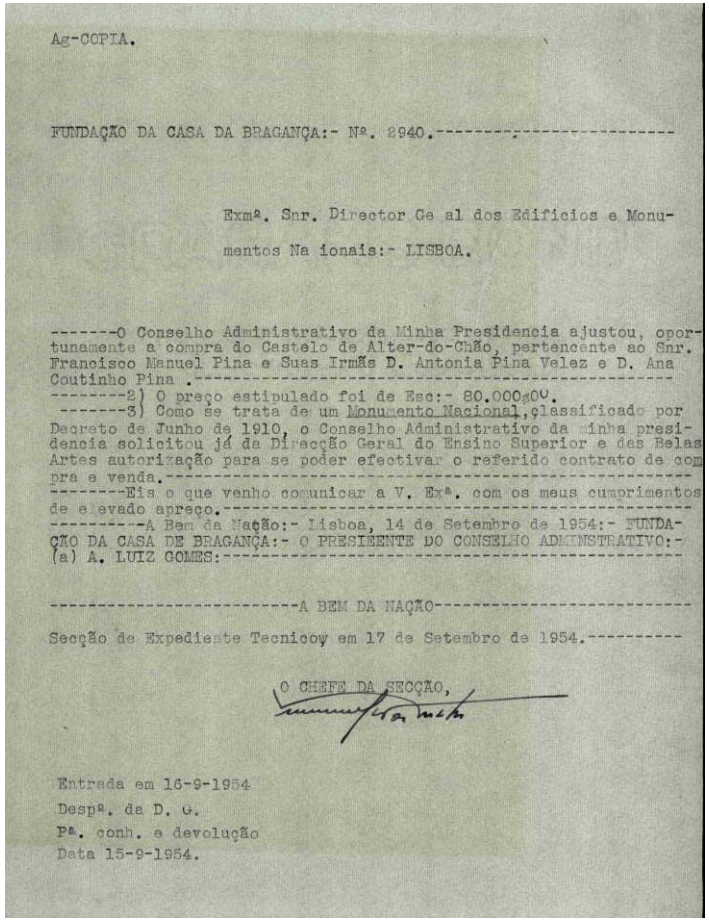
3

Reparação geral das muralhas, segundo o existente, reparação de rebôcos, construção de caixilharias, reparação geral de tôdas as escadas, reconstrução de telhados, várias pinturas, etc.

Évora, 3ª.Secção da Direcção dos Monumentos Nacionais, em 28 de Janeiro de 1946.

Arquitecto de 3ª Classe.

Memória Descritiva do Projecto de 1946, de 28 de Janeiro de 1946. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.



Ag-CCPIA.

FUNDAÇÃO DA CASA DA BRAGANÇA:- Nº. 2940.----------

Exmª. Snr. Director Ge al dos Edificios e Monumentos Na ionais:- LISBOA.

-------O Conselho Administrativo da Minha Presidencia ajustou, oportunamente a compra do Castelo de Alter-do-Chão, pertencente ao Snr. Francisco Manuel Pina e Suas Irmãs D. Antonia Pina Velez e D. Ana Coutinho Pina .----------
--------2) O preço estipulado foi de Esc:- 80.000$00.
-------3) Como se trata de um Monumento Nacional, classificado por Decreto de Junho de 1910, o Conselho Administrativo da minha presidencia solicitou já da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes autorização para se poder efectivar o referido contrato de compra e venda.----------
--------Eis o que venho comunicar a V. Exª. com os meus cumprimentos de elevado apreço.----------
---------A Bem da Nação:- Lisboa, 14 de Setembro de 1954:- FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA:- O PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINSTRATIVO:- (a) A. LUIZ GOMES:----------

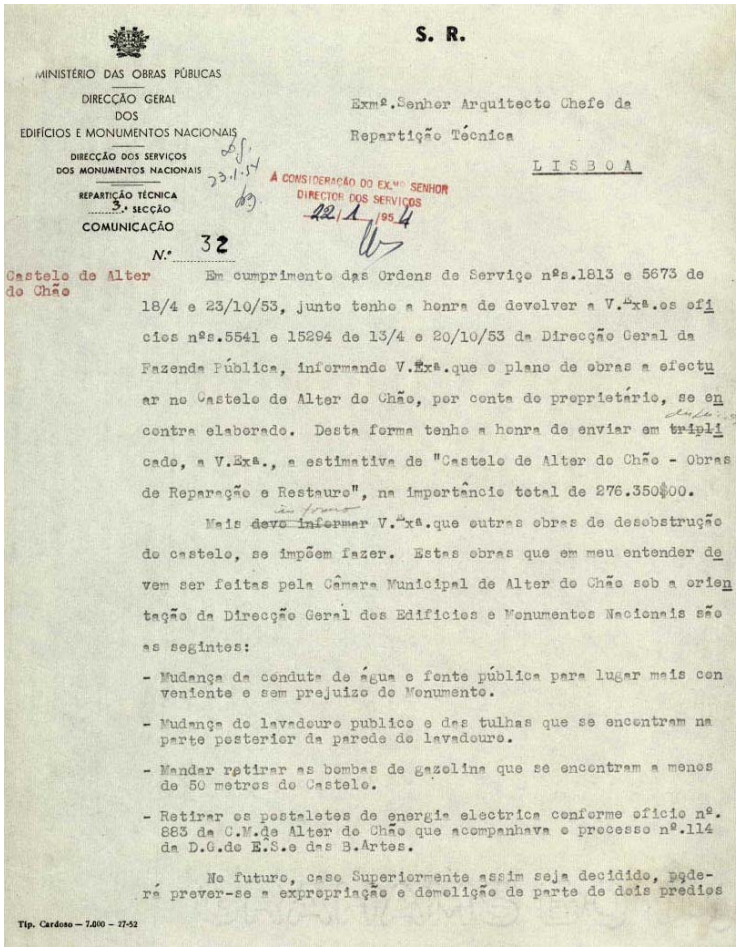
----------A BEM DA NAÇÃO----------

Secção de Expediente Tecnicoy em 17 de Setembro de 1954.----------

O CHEFE DA SECÇÃO,

Entrada em 16-9-1954
Despª. da D. G.
Pª. conh. e devolução
Data 15-9-1954.

Ofício da Fundação Casa de Bragança n.º 2940, ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 17 de Setembro de 1954. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.



S. R.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
REPARTIÇÃO TÉCNICA 3.ª SECÇÃO
COMUNICAÇÃO

N.º 32

A CONSIDERAÇÃO DO EX.MO SENHOR DIRECTOR DOS SERVIÇOS
22/1/954

Exmº.Senhor Arquitecto Chefe da
Repartição Técnica
L I S B O A

Castelo de Alter do Chão

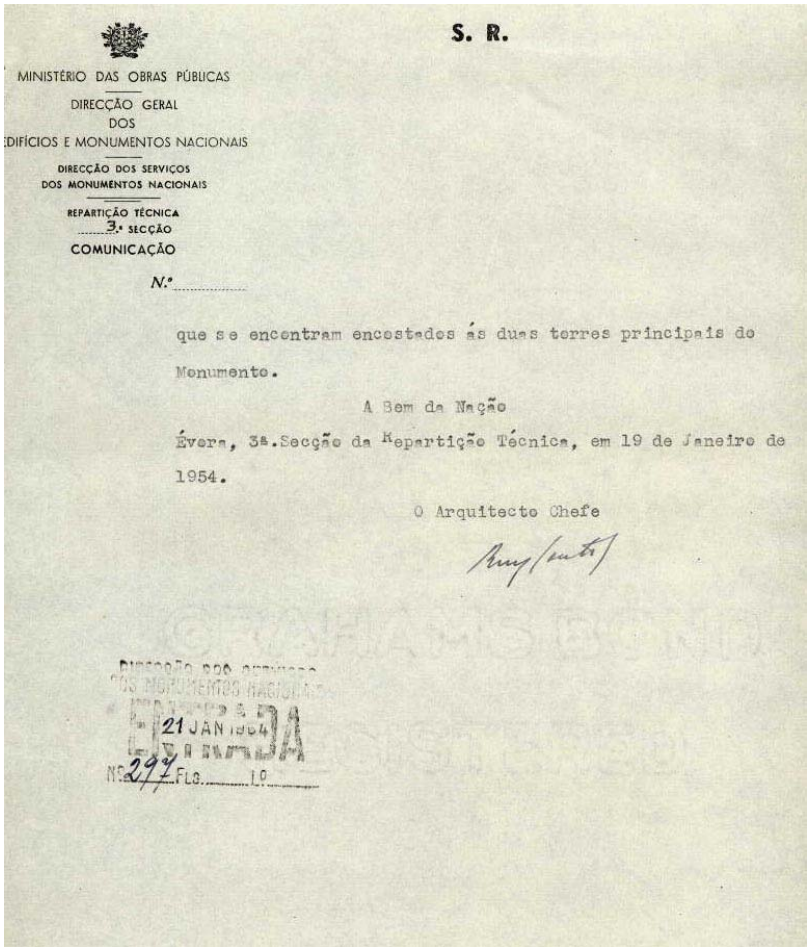
Em cumprimento das Ordens de Serviço nºs.1813 e 5673 de 18/4 e 23/10/53, junto tenho a honra de devolver a V.Exª.os ofícios nºs.5541 e 15294 de 13/4 e 20/10/53 da Direcção Geral da Fazenda Pública, informando V.Exª.que o plano de obras a efectuar no Castelo de Alter do Chão, por conta do proprietário, se encontra elaborado. Desta forma tenho a honra de enviar em duplicado, a V.Exª., a estimativa de "Castelo de Alter do Chão - Obras de Reparação e Restauro", na importância total de 276.350$00.

Mais devo informar V.Exª.que outras obras de desobstrução do castelo, se impõem fazer. Estas obras que em meu entender devem ser feitas pela Câmara Municipal de Alter do Chão sob a orientação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais são as seguintes:

- Mudança da conduta de água e fonte pública para lugar mais conveniente e sem prejuizo do Monumento.
- Mudança do lavadouro publico e das tulhas que se encontram na parte posterior da parede do lavadouro.
- Mandar retirar as bombas de gazolina que se encontram a menos de 50 metros do Castelo.
- Retirar os postaletes de energia electrica conforme oficio nº. 883 da C.M.de Alter do Chão que acompanhava o processo nº.114 da D.G.de E.S.e das B.Artes.

No futuro, caso Superiormente assim seja decidido, poderá prever-se a expropriação e demolição de parte de dois predios

Tip. Cardoso — 7.000 — 27-52



S. R.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
REPARTIÇÃO TÉCNICA 3.ª SECÇÃO
COMUNICAÇÃO

N.º

que se encontram encostados ás duas torres principais do Monumento.

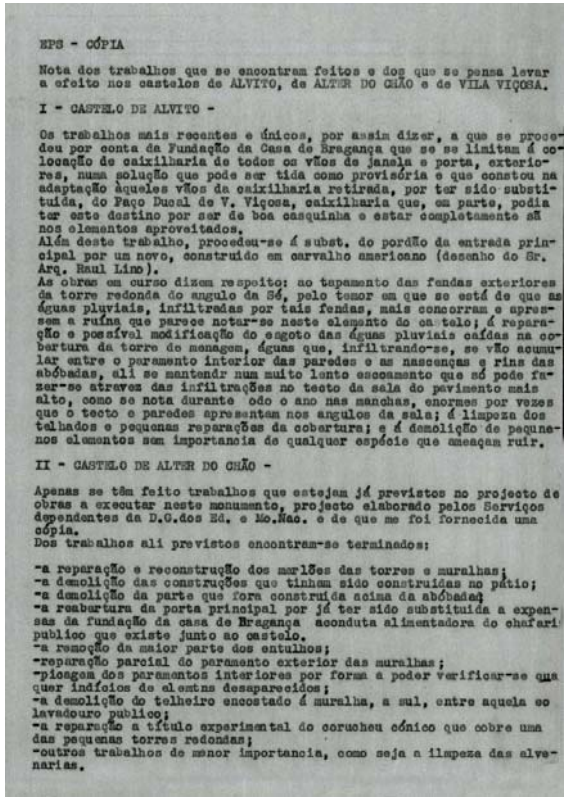
A Bem da Nação

Évora, 3ª.Secção da Repartição Técnica, em 19 de Janeiro de 1954.

O Arquitecto Chefe

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
21 JAN 1954
N.º 297 Fls. 1º

Comunicação n.º 32, de 19 de Janeiro de 1954. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.



MPS - CÓPIA

Nota dos trabalhos que se encontram feitos e dos que se pensa levar a efeito nos castelos de ALVITO, de ALTER DO CHÃO e de VILA VIÇOSA.

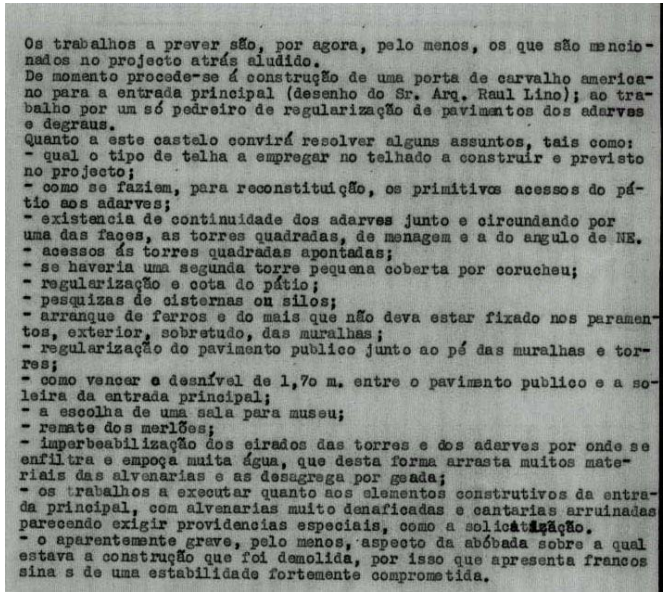
I - CASTELO DE ALVITO -

Os trabalhos mais recentes e únicos, por assim dizer, a que se procedeu por conta da Fundação da Casa de Bragança que se se limitam á colocação de caixilharia de todos os vãos de janela e porta, exteriores, numa solução que pode ser tida como provisória e que constou na adaptação àqueles vãos da caixilharia retirada, por ter sido substituída, do Paço Ducal de V. Viçosa, caixilharia que, em parte, podia ter este destino por ser de boa casquinha e estar completamente sã nos elementos aproveitados.
Além deste trabalho, procedeu-se á subst. do pordão da entrada principal por um novo, construido em carvalho americano (desenho do Sr. Arq. Raul Lino).
As obras em curso dizem respeito: ao tapamento das fendas exteriores da torre redonda do angulo da Sé, pelo temor em que se está de que as águas pluviais, infiltradas por tais fendas, mais concorram e apressem a ruína que parece notar-se neste elemento do castelo; á reparação e possível modificação do esgoto das águas pluviais caídas na cobertura da torre de menagem, águas que, infiltrando-se, se vão acumular entre o paramento interior das paredes e as nascenças e rins das abóbadas, ali se mantendo num muito lento escoamento que só pode fazer-se através das infiltrações no tecto da sala do pavimento mais alto, como se nota durante odo o ano nas manchas, enormes por vezes que o tecto e paredes apresentam nos angulos da sala; á limpeza dos telhados e pequenas reparações da cobertura; e á demolição de pequenos elementos sem importancia de qualquer espécie que ameaçam ruir.

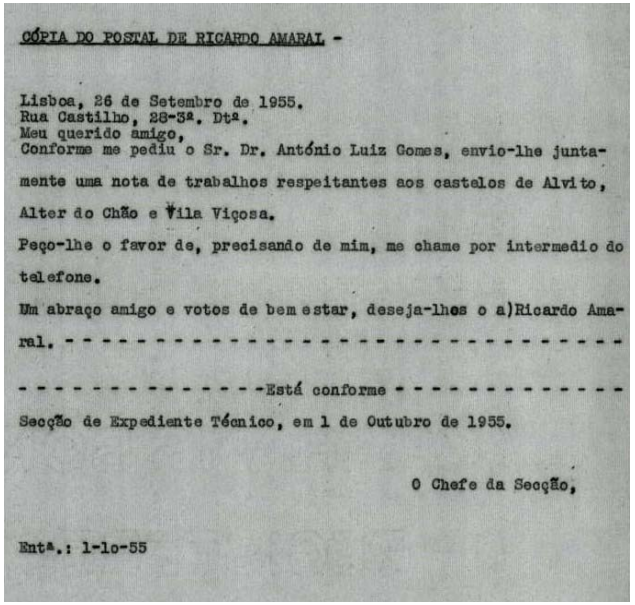
II - CASTELO DE ALTER DO CHÃO -

Apenas se têm feito trabalhos que estejam já previstos no projecto de obras a executar neste monumento, projecto elaborado pelos Serviços dependentes da D.G.dos Ed. e Mo.Nac. e de que me foi fornecida uma cópia.
Dos trabalhos ali previstos encontram-se terminados:

-a reparação e reconstrução dos merlões das torres e muralhas;
-a demolição das construções que tinham sido construidas no pátio;
-a demolição da parte que fora construida acima da abóbada;
-a reabertura da porta principal por já ter sido substituida a expensas da fundação da casa de Bragança aconduta alimentadora do chafariz publico que existe junto ao castelo.
-a remoção da maior parte dos entulhos;
-reparação parcial do paramento exterior das muralhas;
-picagem dos paramentos interiores por forma a poder verificar-se qualquer indícios de elemtns desaparecidos;
-a demolição do telheiro encostado á muralha, a sul, entre aquela e o lavadouro publico;
-a reparação a título experimental do corucheu cónico que cobre uma das pequenas torres redondas;
-outros trabalhos de menor importancia, como seja a limpeza das alvenarias.



Os trabalhos a prever são, por agora, pelo menos, os que são mencionados no projecto atrás aludido.
De momento procede-se á construção de uma porta de carvalho americano para a entrada principal (desenho do Sr. Arq. Raul Lino); ao trabalho por um só pedreiro de regularização de pavimentos dos adarves e degraus.
Quanto a este castelo convirá resolver alguns assuntos, tais como:
- qual o tipo de telha a empregar no telhado a construir e previsto no projecto;
- como se faziam, para reconstituição, os primitivos acessos do pátio aos adarves;
- existencia de continuidade dos adarves junto e circundando por uma das faces, as torres quadradas, de menagem e a do angulo de NE.
- acessos ás torres quadradas apontadas;
- se haveria uma segunda torre pequena coberta por corucheu;
- regularização e cota do pátio;
- pesquizas de cisternas ou silos;
- arranque de ferros e do mais que não deva estar fixado nos paramentos, exterior, sobretudo, das muralhas;
- regularização do pavimento publico junto ao pé das muralhas e torres;
- como vencer o desnível de 1,7o m. entre o pavimento publico e a soleira da entrada principal;
- a escolha de uma sala para museu;
- remate dos merlões;
- impermeabilização dos cirados das torres e dos adarves por onde se enfiltra e empoça muita água, que desta forma arrasta muitos materiais das alvenarias e as desagrega por geada;
- os trabalhos a executar quanto aos elementos construtivos da entrada principal, com alvenarias muito denaficadas e cantarias arruinadas parecendo exigir providencias especiais, como a solicitação.
- o aparentemente grave, pelo menos, aspecto da abóbada sobre a qual estava a construção que foi demolida, por isso que apresenta francos sina s de uma estabilidade fortemente comprometida.



CÓPIA DO POSTAL DE RICARDO AMARAL -

Lisboa, 26 de Setembro de 1955.
Rua Castilho, 28-3º. Dtº.
Meu querido amigo,
Conforme me pediu o Sr. Dr. António Luiz Gomes, envio-lhe juntamente uma nota de trabalhos respeitantes aos castelos de Alvito, Alter do Chão e Vila Viçosa.
Peço-lhe o favor de, precisando de mim, me chame por intermedio do telefone.
Um abraço amigo e votos de bem estar, deseja-lhes o a)Ricardo Amaral. -

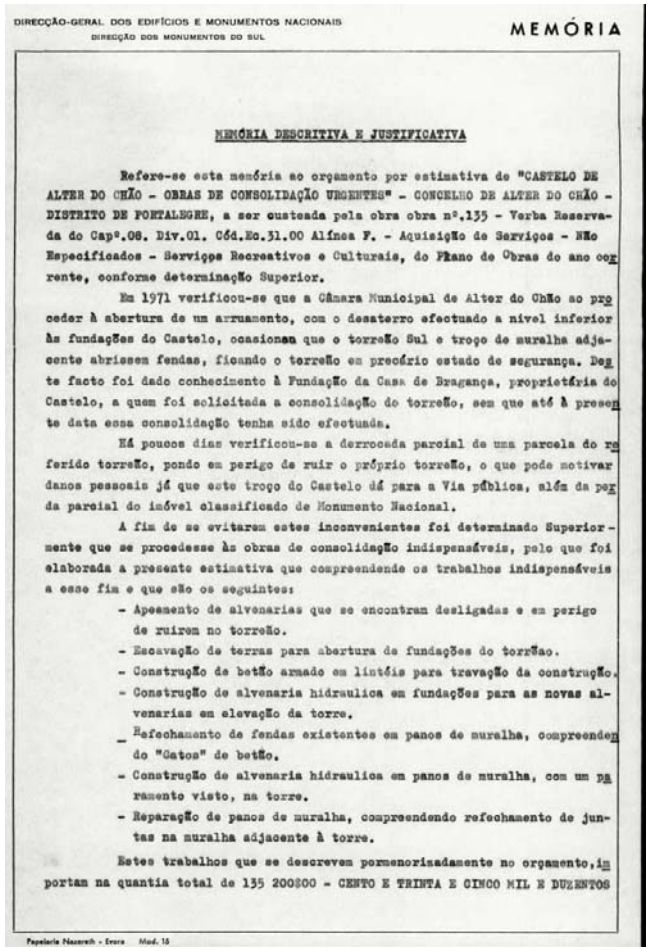
- - - - - - - - - - - - - - - - Está conforme - - - - - - - - - - - - - -

Secção de Expediente Técnico, em 1 de Outubro de 1955.

O Chefe da Secção,

Entª.: 1-1o-55

Excerto da *Memória Descritiva do Projecto de 1955*, datada de 1 de Outubro de 1955. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.



DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS DO SUL

MEMÓRIA

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Refere-se esta memória ao orçamento por estimativa de "CASTELO DE ALTER DO CHÃO - OBRAS DE CONSOLIDAÇÃO URGENTES" - CONCELHO DE ALTER DO CHÃO - DISTRITO DE PORTALEGRE, a ser custeada pela obra obra nº.135 - Verba Reservada do Capº.08. Div.01. Cód.Ec.51.00 Alínea F. - Aquisição de Serviços - Não Especificados - Serviços Recreativos e Culturais, do Plano de Obras do ano corrente, conforme determinação Superior.

Em 1971 verificou-se que a Câmara Municipal de Alter do Chão ao proceder à abertura de um arruamento, com o desaterro efectuado a nível inferior às fundações do Castelo, ocasionou que o torreão Sul e troço de muralha adjacente abrissem fendas, ficando o torreão em precário estado de segurança. Deste facto foi dado conhecimento à Fundação da Casa de Bragança, proprietária do Castelo, a quem foi solicitada a consolidação do torreão, sem que até à presente data essa consolidação tenha sido efectuada.

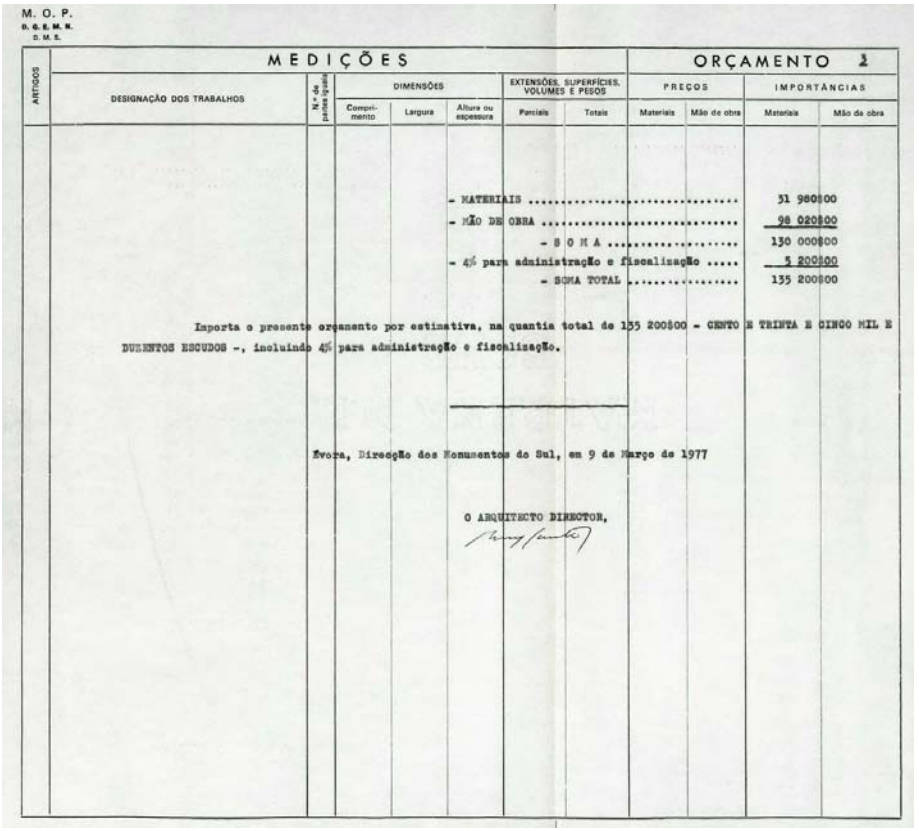
Há poucos dias verificou-se a derrocada parcial de uma parcela do referido torreão, pondo em perigo de ruir o próprio torreão, o que pode motivar danos pessoais já que este troço do Castelo dá para a Via pública, além da perda parcial do imóvel classificado de Monumento Nacional.

A fim de se evitarem estes inconvenientes foi determinado Superiormente que se procedesse às obras de consolidação indispensáveis, pelo que foi elaborada a presente estimativa que compreendende os trabalhos indispensáveis a esse fim e que são os seguintes:

- Apeamento de alvenarias que se encontram desligadas e em perigo de ruirem no torreão.
- Escavação de terras para abertura de fundações do torreão.
- Construção de betão armado em lintéis para travação da construção.
- Construção de alvenaria hidraulica em fundações para as novas alvenarias em elevação da torre.
- Refechamento de fendas existentes em panos de muralha, compreendendo "Gatos" de betão.
- Construção de alvenaria hidraulica em panos de muralha, com um paramento visto, na torre.
- Reparação de panos de muralha, compreendendo refechamento de juntas na muralha adjacente à torre.

Estes trabalhos que se descrevem pormenorizadamente no orçamento, importam na quantia total de 135 200$00 - CENTO E TRINTA E CINCO MIL E DUZENTOS

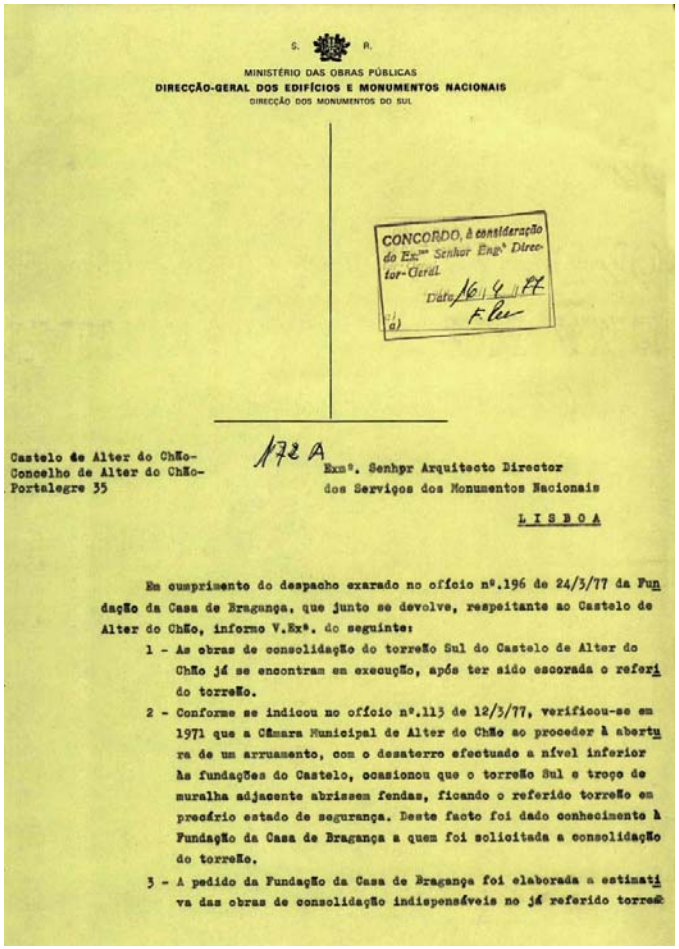
Papelaria Nazareth - Evora Mod. 16



M. O. P.
D. G. E. M. N.
D. M. S.

MEDIÇÕES | **ORÇAMENTO** 2

ARTIGOS	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	Nº de partes iguais	DIMENSÕES: Comprimento	Largura	Altura ou espessura	EXTENSÕES, SUPERFÍCIES, VOLUMES E PESOS: Parciais	Totais	PREÇOS: Materiais	Mão de obra	IMPORTÂNCIAS: Materiais	Mão de obra



S. R.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS
DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS DO SUL

CONCORDO, à consideração do Exmo Senhor Engº Director-Geral
Data 16/4/77
O Chefe
(a)

Castelo de Alter do Chão-
Concelho de Alter do Chão-
Portalegre 35

172 A

Exmº. Senhor Arquitecto Director
dos Serviços dos Monumentos Nacionais

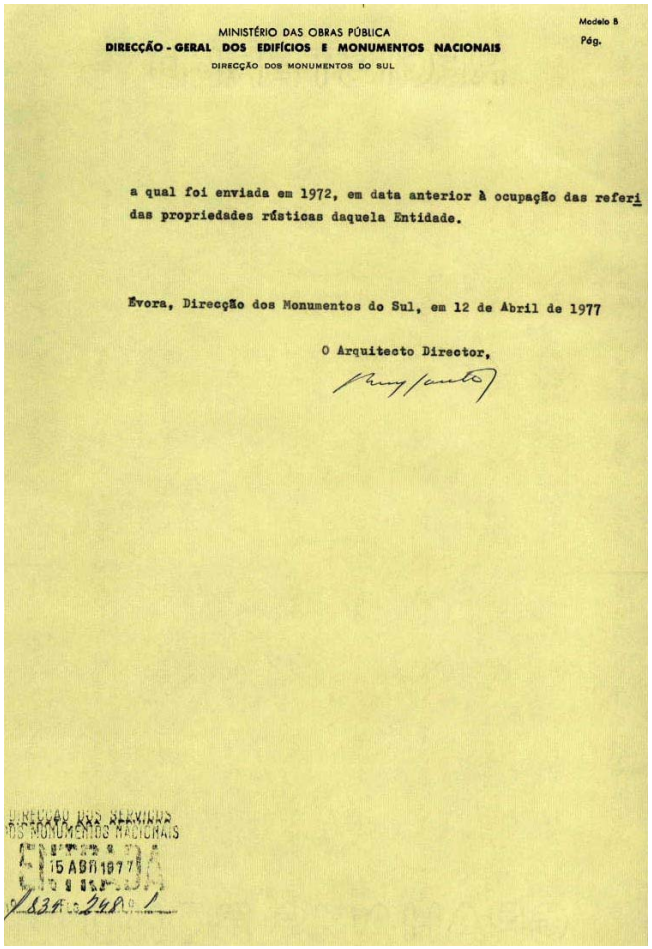
LISBOA

Em cumprimento do despacho exarado no ofício nº.196 de 24/3/77 da Fundação da Casa de Bragança, que junto se devolve, respeitante ao Castelo de Alter do Chão, informo V.Exª. do seguinte:

1 - As obras de consolidação do torreão Sul do Castelo de Alter do Chão já se encontram em execução, após ter sido escorada o referido torreão.

2 - Conforme se indicou no ofício nº.113 de 12/3/77, verificou-se em 1971 que a Câmara Municipal de Alter do Chão ao proceder à abertura de um arruamento, com o desaterro efectuado a nível inferior às fundações do Castelo, ocasionou que o torreão Sul e troço de muralha adjacente abrissem fendas, ficando o referido torreão em precário estado de segurança. Deste facto foi dado conhecimento à Fundação da Casa de Bragança a quem foi solicitada a consolidação do torreão.

3 - A pedido da Fundação da Casa de Bragança foi elaborada a estimativa das obras de consolidação indispensáveis no já referido torreão



MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICA
DIRECÇÃO-GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
DIRECÇÃO DOS MONUMENTOS DO SUL

Modelo 8
Pág.

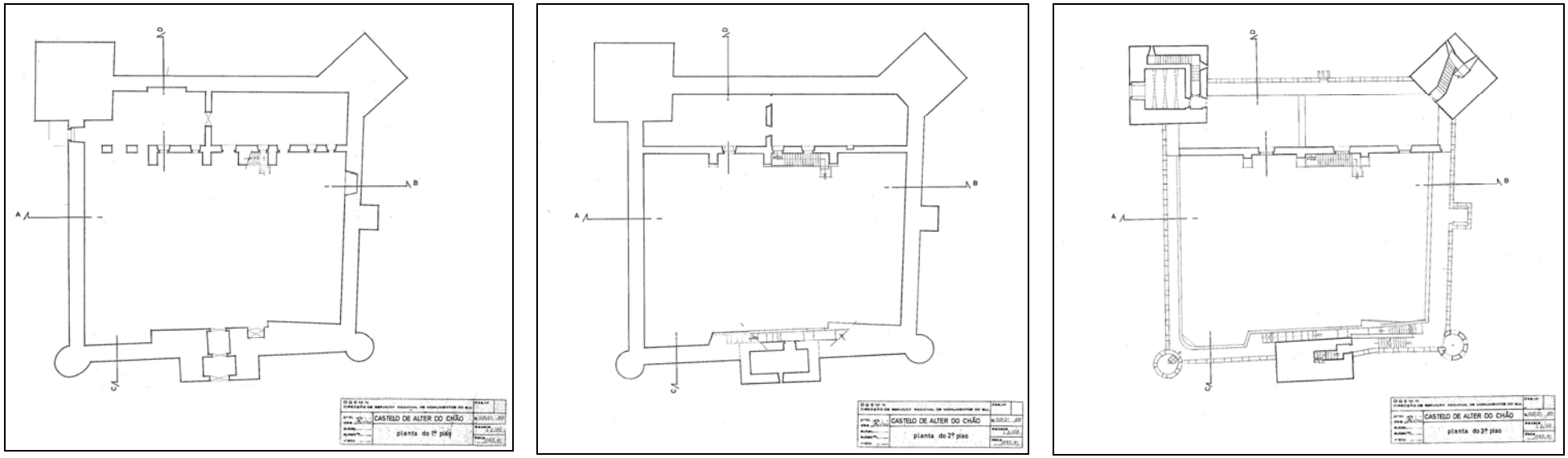
a qual foi enviada em 1972, em data anterior à ocupação das referidas propriedades rústicas daquela Entidade.

Évora, Direcção dos Monumentos do Sul, em 12 de Abril de 1977

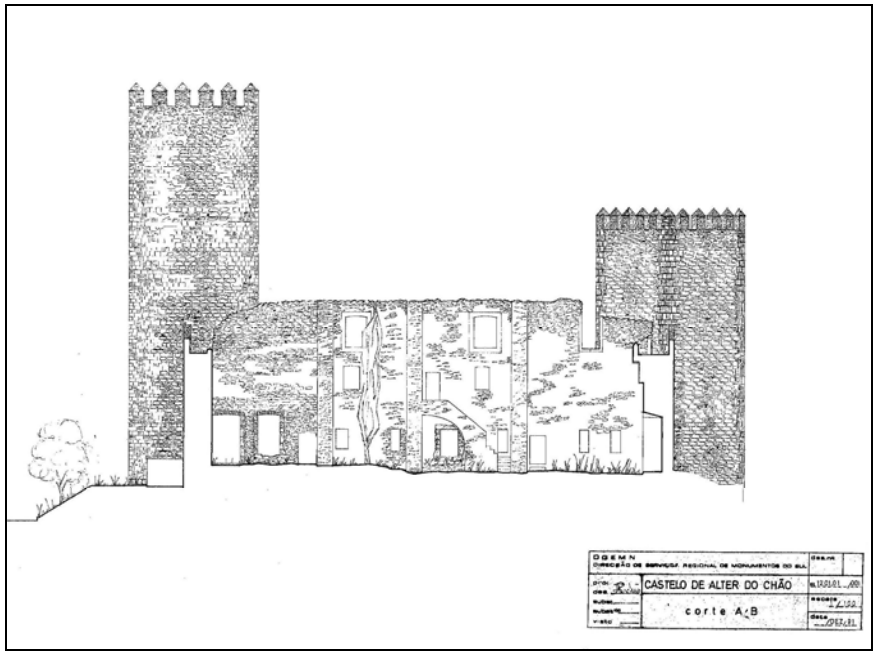
O Arquitecto Director,

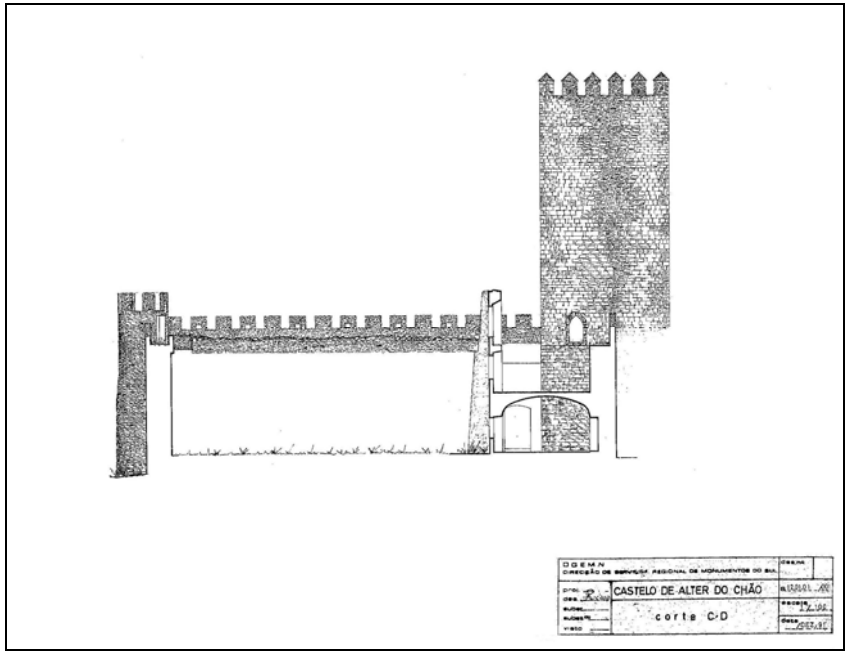
15 ABR 1977

Ofício 172–A, respeitante ao projecto de 1977, de 12 de Abril de 1977. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.


CASTELO DE ALTER DO CHÃO
planta do 1º piso
CASTELO DE ALTER DO CHÃO
planta do 2º piso
CASTELO DE ALTER DO CHÃO
planta do 3º piso

Levantamento Arquitectónico do castelo de Alter do Chão, datado de Dezembro de 1991. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.
Plantas dos pisos 1 a 3 respectivamente da esquerda para a direita.





Levantamento Arquitectónico do castelo de Alter do Chão, datado de Dezembro de 1991. *Processo Administrativo* n.º PT 041 201 010 001, Arquivo da DGEMN, Sacavém.
Levantamento em corte.

MONUMENTOS NACIONAIS
ORIENTAÇÃO TÉCNICA A SEGUIR NO SEU RESTAURO[125]

I

Ousada é sem dúvida, a empresa a que o Governo se dedicou a partir de 1926, primeiro pelo Ministério da Instrução Pública e depois de 1929 pelo então Ministério do Comércio e comunicações, hoje Ministério das Obras Públicas e comunicações, visando o restauro de todo o nosso Património Artístico Monumental.

A obra realizada nos últimos anos é das que afirmam que o País, sem deixar de acalentar os naturais anseios pelas conquistas da civilização moderna, voltou ao Passado no culto dos seus Monumentos, restaurando uns, conservando outros, dando enfim, a todos a pureza da sua traça primitiva.

E esta obra impunha-se como uma das mais importantes, dando a todos a certeza de que o nosso Património Artístico e Monumental vai sendo refeito dos atentados que contra ele foram cometidos nos séculos XVII e XVIII. A quase totalidade dos nossos Monumentos estava irreconhecível. Anteriormente a 1926 as pessoas que, por sensibilidade artística ou por amor à sua terra, olhavam com carinho e respeito os nossos Monumentos, não podiam deixar de sentir um misto de revolta e desolação ao presenciarem o seu permanente desabar, a sua completa ruína.

Era pois, urgente iniciar a obra de salvação, sob pena de tudo se perder irremediavelmente. E a oito anos decorridos é consolador verificar que uma longa obra foi na verdade, realizada. Sem dúvida que uma obra desta magnitude e importância, levada a efeito sem que tivessem sido consultados todos aqueles que se supõem elevados espíritos críticos, altas e imprescindíveis capacidades artísticas, não podia deixar, por parte de alguns, de suscitar críticas por vezes contraditórias. Outros então, para reprovarem a orientação seguida, socorrem-se de opiniões que reputam autorizadas, de sumidades que apresentam como os melhores arqueólogos e críticos de arte, tanto nacionais como estrangeiros, só para poderem afirmar que determinado restauro foi feito à luz de um falso critério artístico e que em determinada obra se deixaram de seguir os preceitos técnicos mais convenientes. Por isso, se nos afigura que a tese *Monumentos Nacionais; Orientação Técnica a seguir no seu Restauro*, não podia ser apresentada em momento mais oportuno.

[125] Transcrição de excertos do documento apresentado na edição digitalizada dos *Boletins da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.ºs 1-131, Lisboa, 1998.

II

É evidente que, fosse qual fosse a orientação a seguir nos trabalhos a executar, sempre essas críticas surgiriam de um ou outro lado. De resto, tratando-se de uma campo de acção em que as polémicas tão férteis são em incidentes, em que cada qual pretende impor o seu conceito, menosprezando o dos outros, é bom ver que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, através da qual obra tem vindo ser realizada, de modo nenhum podia considerar-se intangível e por isso, nem por sombras pretende coarctar o direito de livre crítica a quem dele pretenda usar e até… abusar.

Mas seria um crime de lesa arte se, deixando-se ilaquear pelas peias burocráticas, ou por quaisquer outras, não aproveitasse este momento de renovação nacional para acudir, de pronto ao nosso Património Nacional, visto que amanhã poderia ser tarde, em virtude de ele ter desaparecido por completo.

E não será difícil demonstrar que a concentração de todas as obras de determinando ramo de construção civil num único organismo do Estado, sem a dispersão dos técnicos especializados que, infelizmente não abundam, é de uma grande eficiência. E só com esta concentração seria possível, como foi, a realização dos trabalhos produzidos, na parte respeitante a Monumentos Nacionais, a partir de 1929.

E a verdade é que nunca quaisquer desses trabalhos foram executados pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais sem que houvessem sido precedidos de um meticuloso estudo, baseado nos ensinamentos colhidos pela experiência dos seus técnicos e até nas opiniões daqueles cuja autoridade, na verdade, se impõe. E de que assim tem sido, é, e continuará sendo, aí está a obra produzida a atestá-lo bem alto, de norte a sul do país.

Ela oferece-se à contemplação embevecida de artistas e de técnicos, de leigos e de simples curiosos. Mas que sobretudo aqueles que conheciam os nossos Monumentos e o seu deplorável estado antes de 1926 e reclamavam providências no sentido de se lhes acudir, se dêem ao trabalho de os visitar hoje, pois poderão observar de visu como se fez o seu restauro e quais as directrizes que a ele presidiram.

E já que se ousa criticar a orientação seguida não poderemos deixar de, ainda que a traços largos, salientar quais foram essas directrizes antes e depois de 1926, para que o país melhor se aperceba das razões que obrigaram a seguir um e outro critério, tão diferentes eles são […].

III

E é essa mesma orientação que tem de imprimir-se necessariamente, ás obras a efectuar ainda, pois o critério a seguir na obra de restauro dos nossos Monumentos ressalta claramente da descrição indicada e não pode deixar de consistir senão em proceder-se sempre, antes do início de quaisquer trabalhos, a um exame minucioso do estado do Monumento e das possibilidades de uma restauração solidamente baseada em elementos que não ofereçam dúvidas.

Seguidamente apeiam-se os acrescentos inúteis e reparam-se as mutilações sofridas. E para reconstituir qualquer janela, fresta, coluna, capitel etc., para os integrar no carácter arquitectónico do Monumento, obedece-se sempre e rigorosamente aos elementos obtidos durante as pesquisas e que serviram de base ao estudo do restauro.

Por isso, não podemos deixar de chegar às seguintes conclusões:

1) Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica os nossos monumentos nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais de beleza artística, eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto de religião da Pátria e da Arte.

2) O critério a presidir a essas delicadas obras de restauro, não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens.

3) Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos

Henrique Gomes da Silva
Eng. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
Tese Apresentada no Primeiro Congresso da União Nacional, 1934.

(SILVA, Henrique Gomes – «Monumentos Nacionais. Orientação Técnica a seguir no seu Restauro» in *Tese de Apresentação ao Primeiro Congresso da União Nacional: Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais,* Boletim n.º 1, DGEMN, Porto, 1935).